

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**À LUZ DO DIA, NEM TODOS OS GATOS PARECEM PARDOS: PERCEPÇÕES DE
JOVENS SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROJOVEM URBANO**

DIEGO MONTE BLANCO

PORTO ALEGRE

2009

DIEGO MONTE BLANCO

À LUZ DO DIA, NEM TODOS OS GATOS PARECEM PARDOS: PERCEPÇÕES DE JOVENS SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROJOVEM URBANO

Dissertação de mestrado em Sociologia
Requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Orientador: Dr. Luciano Joel Fedozzi

Porto Alegre

2009

DIEGO MONTE BLANCO

À LUZ DO DIA, NEM TODOS OS GATOS PARECEM PARDOS: PERCEPÇÕES DE JOVENS SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROJovem URBANO

Dissertação de mestrado em Sociologia
Requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

Prof^a. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield

Prof^a. Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a (...)

Minha companheira Aline, por ser parceira incontestável - e “paciente” – ao longo de minha trajetória e pelo apoio em termos de reflexão e de trabalho que viabilizaram etapas deste estudo.

Aos gestores e educadores do Projovem Urbano em Novo Hamburgo, bem como aos gestores nacionais do programa, que se propuseram a participar de entrevistas e relatar dados essenciais para a construção do objeto de investigação desta dissertação.

Aos jovens que colaboraram com entrevistas, se disponibilizando em termos de deslocamento e tempo para relatar suas experiências e concepções.

Aos amigos Roger, Juscelino, André que sempre estiveram atentos à realização deste estudo, contribuindo com reflexões e debates.

Ao Solon Viola e à Ivete Keil - professores companheiros de trabalho e de estudos desde o tempo de graduação – que contribuíram com alguns referenciais teóricos deste estudo.

Ao orientador Luciano Fedozzi, pelos momentos de orientação concedida, que ajudaram a definir questões e hipóteses deste estudo, bem como avaliar o processo de investigação desenvolvida.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio e companheirismo nas minhas escolhas que se tornaram diferentes às suas em termos de trajetórias profissionais.

À secretaria e professores do PPG em Sociologia da UFRGS que se disponibilizaram a contribuir com o processo de desenvolvimento dessa dissertação, com apoio logístico ou teórico-metodológico.

À CAPES pela disponibilização da bolsa de estudos que viabilizou o desenvolvimento dessa dissertação e de outros estudos relacionados à mesma.

*Quando o homem inventou a roda
logo Deus inventou o freio,
um dia, um feio inventou a moda,
e toda roda amou o feio*

*Tire o seu piercing do caminho
Que eu quero passar
Quero passar com a minha dor (...)*

*Pra elevar minhas idéias não preciso de incenso
Eu existo porque penso tenso por isso existo
São sete as chagas de cristo
São muitos os meus pecados
"Satanás" condecorado na tv tem um programa
Nunca mais a velha chama
Nunca mais o céu do lado
Disneylândia eldorado
Vamos nós dançar na lama
Bye bye adeus Gene Kelly
Como santo me revele como sinto como passo
Carne viva atrás da pele aqui vive-se à mingua
Não tenho papas na língua
Não trago padres na alma
Minha pátria é minha íngua
Me conheço como a palma da platéia calorosa
Eu vi o calo na rosa eu vi a ferida aberta
"Eu tenho a palavra certa pra doutor não reclamar"
Mas a minha mente boquiaberta
Precisa mesmo deserta
Aprende aprender a soletrar*

(...)

*Não me diga que me ama
Não me queira não me afague
Sentimento pegue e pague emoção compre em tablete
Mastigue como chiclete jogue fora na sarjeta
Compre um lote do futuro com cheque para trinta dias
Nosso plano de seguro cobre a sua carência
Eu perdi o paraíso mas ganhei inteligência
Demência, felicidade, propriedade privada
Não se prive não se prove
Dontt tell me peace and love
Tome logo um engove pra curar sua ressaca
Da modernidade essa armadilha
Matilha de cães raivosos e assustados
O presente não devolve o troco do passado
Sofrimento não é amargura
Tristeza não é pecado
Lugar de ser feliz não é supermercado*

(...)

*O inferno é escuro não tem água encanada
Não tem porta não tem muro
Não tem porteiro na entrada
E o céu será divino confortável condomínio
Com anjos cantando hosanas nas alturas nas alturas
Onde tudo é nobre e tudo tem nome*

*Onde os cães só latem
Pra enxotar a fome
Todo mundo quer quer
Quer subir na vida
Se subir ladeira espere a descida
Se na hora “h” o elevador parar
No vigésimo quinto andar der aquele enguiço
Sempre vai haver uma escada de serviço*

(...)

*Todo mundo sabe tudo todo mundo fala
Mas a língua do mudo ninguém quer estudá-la
Quem não quer suar camisa não carrega mala
Revólver que ninguém usa não dispara bala
Casa grande faz fuxico
Quem leva fama é a senzala
Pra chegar na minha cama
Tem que passar pela sala
Quem não sabe dá bandeira
Quem sabe que sabia cala
Liga aí porta-bandeira não é mestre-sala
E não se fala mais nisso
Mais nisso não se fala
E não se fala mais nisso
Mais nisso não se fala
*(...)**

*Tire o seu piercing do caminho
Que eu quero passar
Quero passar com a minha dor (...)*

Zeca Baleiro, Piercing

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempos de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada
deve parecer impossível de mudar.*

Bertholdo Brecht, Nada é impossível de mudar (1982)

RESUMO

Esta dissertação trata dos saberes de jovens da periferia urbana sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano – programa nacional que prevê a inclusão de jovens através de elevação da escolaridade, capacitação profissional e participação cidadã. O programa demonstra ser constituído de uma alta envergadura institucional e possuir grande relevância frente à situação socioeconômica precária em que se encontra uma parcela considerável dos jovens brasileiros, gerando, por parte de seus órgãos gestores e dos jovens inscritos, grandes expectativas com relação aos resultados que poderia apresentar. Por outro lado, constata-se que a maioria dos inscritos abandona o Projovem Urbano antes de concluí-lo. Procurando contribuir com a compreensão deste fenômeno, este estudo analisa as expectativas que os jovens integrantes apresentam sobre o programa e percepções sobre os limites e possibilidades de realização dessas expectativas. Os resultados da análise, subsidiada por um referencial hermenêutico e por dados quali-quantitativos, demonstram que os participantes possuem expectativas de integração e mobilidade social ascendente construídas em projeções de elevarem sua escolaridade e de conseguirem se inserir em melhores oportunidades no mercado de trabalho, percebidas como “possibilidades” trazidas pelo programa. Entretanto, apresentam percepções sobre os limites de realização plena, segura e garantida dessas expectativas, frente aos problemas e desafios enfrentados nos contextos das periferias urbanas, conhecidos e mediados em seus cotidianos. O saber prático que possuem sobre os limites para efetivação de seus objetivos almejados demonstra incidir sobre os a condição de suas permanências no Projovem Urbano.

Palavras-chave: Projovem Urbano, inclusão cidadã, juventude, reflexividade;

ABSTRACT

This dissertation deals with the perception that the young people from urban peripheries have about the limitations and possibilities of Projovem Urbano - a national program that aims at the social inclusion of youngsters through an increase in their educational level, professional skills, and civic participation. The program proves to be of wide institutional scope and of great social significance in face of the precarious socio-economic condition under which lives a considerable part of the Brazilian youth, generating with it, from both the managing offices and youngsters enrolled in the program, great expectations at the outcome of the project. On the other hand, it is observed that the majority of the participants leave the program before completion. Intending to contribute to a better understanding of this phenomenon, the present study analyses the expectations that these youngsters have about the program and their perceptions on the limitations and possibilities of fulfilment of these same expectations. The results of this analysis, supported by a hermeneutic framework and by quali-quantitative data, demonstrate that the participants have expectations of integration and social mobility. And that such expectation is built upon a projection of improving their schooling and thus getting better opportunities at the job market, perceived as a “possibility” brought by the program. Notwithstanding, they present misgivings over the full and sure realization of these expectations, due to the problems and challenges faced in the context of the urban periphery, known and mediated in their daily lives. The practical knowledge that they have about the difficulties for the accomplishment of their pursued objectives proves to be a factor in their abandoning of the Urban Projovem program.

Keywords: Projovem Urbano, social inclusion, youth, reflexivity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Parte I	
CAPÍTULO 1	
Objeto sociológico e percurso das hipóteses	25
CAPÍTULO 2	
O Projovem Urbano e as propostas de inclusão e cidadania para jovens “periféricos”	30
2.1 “Juventude” e “juventudes”	30
2.2 O Projovem Urbano na trajetória das políticas sociais de juventude	31
2.2.1 O tema juventude na agenda pública	35
2.2.2 Limites históricos para efetivação de uma cultura de direitos para jovens considerados excluídos	37
2.3 O debate sobre exclusão – situações e processos diversos amarrados em um único conceito	41
2.4 O viés da cidadania e dos direitos	45
2.5 A situação socioeconômica de jovens no cenário nacional e local como desafio a proposta de inclusão cidadã do programa	50
Parte II	
CAPÍTULO 3	
Definições acerca dos saberes dos jovens investigados	54
CAPÍTULO 4	
Procedimentos Metodológicos	67
4.1 Perspectivas teórico-metodológicas que apoiaram a elaboração das estratégias de investigação	67
4.2 Métodos, técnicas e estratégias para o levantamento de dados	69
4.3 Relato da realização prática das estratégias, técnicas e métodos da pesquisa	72
Parte III	
CAPÍTULO 5	
Contextos cotidianos dos jovens integrantes do programa	79
5.1 Perfil dos jovens questionados e entrevistados	79
5.2 Seus cotidianos nas periferias urbanas	85
5.2.1 Estigmatização dos bairros onde moram	85
5.2.2 Infra-estrutura e acesso a serviços em suas localidades	89

5.2.3 Representações sociais sobre cidadania e direitos	92
5.2.4 Como vivem suas rotinas diárias	98
5.3 Trajetórias na escola e no trabalho	105
5.3.1 Uma escola perdida em uma trajetória de sobrevivência?	105
5.3.2 “ <i>Trabalho desde criança, acho que nunca vou deixar de trabalhar</i> ”	109
5.4 Caracterização de suas redes sociais com relação a experiências de trabalho e escolaridade	113
5.4.1 Experiências de trabalho compartilhadas em suas redes	115
5.4.2 A educação formal nas suas redes de convívio cotidiano	120
CAPÍTULO 6	
Percepções dos jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano como via de mobilidade social e inclusão cidadã	
	126
6.1 Expectativas sobre o Projovem Urbano	126
6.2 Percepções sobre as possibilidades trazidas pelo programa	130
6.3 Saberes sobre os limites do Projovem em seus contextos de vida	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
APÊNDICE I – Dados iniciais de identificação da amostra quantitativa	158
APÊNDICE II – Características dos jovens entrevistados	159
APÊNDICE III – Dados da situação habitacional dos jovens pesquisados	160
APÊNDICE IV – Dados de avaliação dos jovens sobre programas públicos	161
APÊNDICE V – Roteiro de entrevistas	162
APÊNDICE VI – Modelo do questionário aplicado	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acesso a serviços e/ou direitos sociais	91
Tabela 2 – Conceção de cidadania dos jovens questionados	94
Tabela 3 – Opinião dos jovens sobre quem é cidadão no Brasil	94
Tabela 4 – Atividades integrantes das rotinas diárias dos jovens questionados	100
Tabela 5 – Última série concluída antes de evadir a escola	106
Tabela 6 – Motivo de saída da escola	107
Tabela 7 – Idade em que pararam de estudar	109
Tabela 8 – Principal atividade de trabalho ou ocupação atual dos jovens que trabalham	111
Tabela 9 – Experiências dos jovens que possuem trajetória no mundo do trabalho	112
Tabela 10 – Familiares com quem moram que possuem mais de 15 anos de idade: principal ocupação ou atividade de trabalho nos dois últimos anos	117
Tabela 11 – Amigos, vizinhos e parentes (que não moram na mesma casa) e que são suas referências pessoais cotidianas: principal ocupação ou atividade de trabalho nos dois últimos anos	118
Tabela 12 – Escolaridade dos familiares que residem na mesma casa (indivíduos com mais de 15 anos de idade)	121
Tabela 13 – Escolaridade de amigos, vizinhos e parentes com mais de 15 anos de idade	121
Tabela 14 – Principal objetivo ao cursar o programa	127
Tabela 15 – Percepção dos jovens sobre as possibilidades que o ingresso e conclusão do programa pode oferecer/oportunizar futuramente	131
Tabela 16 – Expectativas realizadas e não realizadas em relação ao Projovem Urbano	134
Tabela 17 – Percepções que os jovens apresentam sobre os limites do Projovem Urbano	135
Tabela 18 – Experiência com outros programas ou projetos realizados por governos, ONG`s, associações ou centros comunitários	161
Tabela 19 – Percepção sobre os maiores problemas dos programas que conhecem	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estado civil dos jovens questionados	80
Figura 2 – Com quem moram os jovens questionados	80
Figura 3 – Renda familiar mensal	81
Figura 4 – Com quanto contribuem na renda familiar mensal	81
Figura 5 – Distribuição dos jovens questionados com ou sem filhos	82
Figura 6 – Distribuição dos jovens que são pais segundo número de filhos que possuem	82
Figura 7 – Distribuição dos jovens que são pais segundo situação de moradia	82
Figura 8 - Frequentou escola antes de se matricular no Projovem?	105
Figura 9 – Situação atual de trabalho	110
Figura 10 – Trajetória no mundo do trabalho	112
Figura 11 – Situação escolar de familiares com quem residem com idades entre 15 e 29 anos	120
Figura 12 – Situação escolar de pessoas de referência com idade entre 15 e 29 anos	120
Figura 13 – Percepção dos jovens sobre os amigos e/ou familiares que melhoraram sua situação de trabalho e renda nos últimos anos	123
Figura 14 – Percepção dos jovens sobre amigos e familiares que pioraram sua situação de trabalho e renda nos últimos anos	124
Figuras 15 e 16 – Percepção dos jovens sobre mobilidade da situação de trabalho e renda de familiares, pares, amigos e vizinhos nos últimos anos	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas destinados a jovens incorporados ao Projovem Integrado	34
Quadro 2 – Caracterização geral dos jovens entrevistados	159

INTRODUÇÃO

São vários os motivos que me levaram a realizar esta dissertação de mestrado sobre uma política social voltada à inclusão de jovens. Numa certa trajetória que marca praticamente toda esta última década, trabalhei como educador, pesquisador ou, ainda, como articulador de políticas para infância e juventude considerada “excluída” ou em “situação de vulnerabilidade social”. Uma das principais experiências práticas foi com o público de crianças, de adolescentes e de jovens em situação de rua na região metropolitana de POA, realizando ora processos educativos voltados à garantia de direitos, ora pesquisas sobre suas condições sociais; ou ainda elaboração e proposição de programas em espaços de articulação e promoção de políticas. Percebia gradualmente nessas experiências realizadas que os objetivos e expectativas que se davam a partir dos programas desenvolvidos não tinham a mesma ressonância no cotidiano, contextos e trajetórias dessas crianças e jovens. Por mais empenho, dedicação e colaboração entre os atores da sociedade civil e governos envolvidos nesta dinâmica de debate, de proposição e de execução de políticas, os resultados práticos nem sempre eram os esperados.

Nos anos de 2006, 2007 e 2008 tive a oportunidade de coordenar um programa de formação continuada para educadores, técnicos e gestores de políticas voltadas à infância e juventude que atuavam nos municípios da região – o I, II e III Ciclos de Estudos sobre Infância e Juventude no Vale dos Sinos. Este Ciclo era organizado por um conjunto de representantes da sociedade civil e de governos municipais locais que compunham os fóruns e conselhos de direitos. Estes atores eram eleitos nos seus fóruns para compor o Grupo de Trabalho (GT) responsável para organização e realização deste programa. Nos seminários e oficinas realizadas, bem como nas próprias reuniões de trabalho deste GT eram debatidos os sucessos e insucessos dos programas desenvolvidos. Questionava-me cotidianamente, devido a trajetória de trabalho com o público em situação de rua, se as nossas expectativas e objetivos tinham coerência com o imaginário e expectativas das crianças e jovens a quem os programas e políticas realizadas e debatidas se destinavam.

No último Ciclo de Estudos, realizado em 2008, as políticas de juventude constituíram-se como a pauta central. Nessa oportunidade, tive os meus primeiros contatos com o programa Projovem, até então um programa emergencial do governo federal intitulado

como Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Era perceptível a ambigüidade entre o entusiasmo e certo desânimo apresentado por atores governamentais e não-governamentais sobre o tema. Havia um grau de expectativas geradas em função de algumas oportunidades que eram dispostas pelo programa aos jovens de baixa renda e de baixa escolaridade ao mesmo tempo em que não se compreendia plenamente os índices de evasão e os relatos de pouca adesão de uma parcela considerável dos inscritos.

Esta experiência empírica me levou a questionar as expectativas que esses jovens tinham com relação ao programa, se eram semelhantes às dos gestores, bem como suas representações sobre as possibilidades de mobilidade ou integração social a partir de suas vivências em contextos da periferia urbana. A curiosidade voltava-se, então, sobre seus imaginários, ou sobre as percepções que desenvolviam sobre o Projovem como uma via de realização de suas expectativas.

A relevância desta investigação sobre o Projovem Urbano¹ não se dá exclusivamente pela conexão entre a minha trajetória profissional e a proposta do programa, mas, principalmente, pelo fato deste ser atualmente uma das principais ações do governo federal para a juventude, bem como, também, pela própria dimensão de debate que vem ocorrendo na sociedade brasileira, seja na academia, nos movimentos sociais, na mídia, nos governos de diferentes esferas sobre a situação social juvenil brasileira.

De maneira significativa, a pauta “juventude” vem ganhando repercussão nestes espaços, seja em função da representatividade que este público apresenta no cenário demográfico nacional, seja em função de questões representadas por agências do Estado como estratégicas em relação a este segmento que pode vir a contribuir a médio e longo prazo nos planos de desenvolvimento e democratização, ou ainda devido ao retrato social preocupante apresentado em indicadores nacionais sobre desemprego, escolaridade, pobreza, violência a que está sujeita esta parcela da população.

No bojo deste debate, são muitas as concepções que entram em jogo – juventude, inclusão, cidadania, desigualdades - onde estas guiam não apenas o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre o tema “políticas de juventude”, mas também, as práticas sociais

¹ Nova denominação dada, a partir de 2009, ao Projovem que passou por pequenas alterações que não mudam o foco de análise desenvolvido neste estudo. No primeiro capítulo será apresentada resumidamente a trajetória de formação deste programa.

desenvolvidas nos inúmeros programas que vem sendo criados e desenvolvidos por governos e organizações não-governamentais.

Com a intenção de contribuir com esta discussão, este estudo procura compreender o os contextos e circunstâncias nas quais os jovens constroem suas expectativas de mobilidade e integração social e desenvolvem saberes sobre os limites e possibilidades de se realizarem essas expectativas através de uma política de inclusão - o Projovem Urbano.

Além dos aspectos teóricos, também objetiva contribuir com processos de conhecimento e de avaliação sobre políticas públicas voltadas a inclusão e cidadania de jovens ou outros atores que vivem em situações socioeconômicas precárias. Neste sentido, uma projeção a ser destacada é a tentativa de colaborar com uma compreensão acerca dos fenômenos que fazem com que novas políticas, como o Projovem, destinadas à democratização da educação e à diminuição das desigualdades no país, com avaliações predominantemente positivas por parte dos jovens participantes², passem a ser deixadas em segundo ou terceiro plano pelo público a quem se destina, com uma maioria abandonando ou pouco aderindo ao programa.

Este programa foi inicialmente realizado em capitais brasileiras, no ano de 2005. Como uma política nacional, vem sendo gerenciado pelos novos espaços institucionais do governo federal destinados a formular e coordenar políticas focais para juventude tais como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em parceria com ministérios e universidades. Seu desenvolvimento atualmente ocorre através de parcerias firmadas com governos municipais e ONG's, nas capitais e cidades metropolitanas com mais de 200 mil habitantes.

O Projovem Urbano é destinado a jovens com idades entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Sua proposta de inclusão se realiza através de uma formação escolar inovadora, a qual integra o ensino fundamental com capacitação técnico-profissional e desenvolvimento de atividades que incentivam a participação cidadã dos jovens matriculados. O programa ainda disponibiliza uma bolsa auxílio de R\$ 100,00 mensais durante os 18 meses de sua realização aos participantes que mantiverem frequência mínima de 75%.

² Dos 42 jovens que participaram do questionário aplicado através da dissertação, 66,7% dos que responderam a questão relativa à realização de suas expectativas com o curso relataram que todas ou quase todas estavam sendo cumpridas (ver item 6.3 da análise, capítulo 6).

Tal política apresenta, de certa maneira, uma boa aceitação por parte dos governos municipais que decidiram implementá-lo e por parte do público a quem se destina, sendo disponibilizadas um número expressivo de vagas por município que raramente deixam de ser preenchidas na hora da inscrição. Ocorrem sim casos de listas de espera para preenchimento posterior das vagas, caso os inscritos não efetivem sua matrícula³.

Existe, dentro deste quadro contextual, um alto grau de expectativas e investimentos para com o Projovem Urbano, os quais podem ser percebidos através da rede de parcerias institucionais firmadas entre Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação, do Desenvolvimento Social, Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude para o desenvolvimento do mesmo. Além destes, sete universidades federais envolvidas no sistema de monitoramento e avaliação do programa⁴. De acordo com a afirmação de um dos gestores nacionais do Projovem entrevistados,

O Projovem é o cartão de visita da política nacional de juventude. Existem outras políticas, mas esta é o carro chefe da política nacional, devido a todo seu histórico colado a criação da SNJ e ao Conselho Nacional (CONJUVE) e dos altos investimentos técnicos e financeiros que ela possui. (Secretário Nacional Adjunto)

Entretanto, desde sua implantação, o programa vem apresentado um alto nível de abandono que superam os 50% em nível nacional. De acordo com relatórios anuais de avaliação do programa, fornecidos pela gestão nacional, as evasões ocorrem desde o primeiro mês de atividades e se estende até as etapas finais do curso. Conforme dados disponibilizados em um dos seus relatórios parciais de avaliação, em 2007, cerca de 60% dos jovens inicialmente matriculados, no até então chamado Programa Nacional de Inclusão de Jovens, não concluíram o curso. A maior parte deles – 36,3 % - desistiu no início das atividades, antes da primeira avaliação formativa, e outra, em torno de 20%, evadiu após frequentar o Programa por um período (Projovem, 2008, p. 45).

Quando observada sua implementação no município de Novo Hamburgo nos anos de 2008 e 2009 – caso empírico investigado nesta dissertação – os números se mantiveram em proporção ao quadro nacional apresentado. De acordo com os dados repassados pela

³ Em 2009, Novo Hamburgo - município onde foi realizada a pesquisa de campo - foram disponibilizadas 800 vagas e ficaram cerca de 230 jovens numa lista inicial de espera (informações repassadas pela gestão local do programa).

⁴ Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade de Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Pernambuco.

coordenação municipal⁵, em 2009, dos 800 matriculados, 198 jovens desistiram de participar nos primeiros dias de aula. Foram enturmados outros 198 no mês seguinte, em maio, totalizando um total de matrículas de 998 jovens. Em setembro restavam 449 jovens considerados alunos freqüentes (44,9%). Em relação à freqüência, nota-se também um baixo nível de participação desses jovens considerados freqüentes, ocorrendo elevado número de faltas – 62,6% dos jovens considerados “enturmados” até agosto deste ano tinham freqüência inferior a 75%.

Neste município, em um processo de investigação exploratório realizado em agosto de 2008 – processo que subsidiou com dados empíricos a construção do projeto de dissertação - foi constatado ainda que tanto os jovens que participaram desta política, como coordenadores e professores contratados para desenvolver o Projovem apresentavam um comportamento cético com relação aos resultados do programa, frente às altas taxas de evasão⁶ e pouco engajamento⁷ dos alunos ao longo do ano.

A questão da evasão parece ser motivo de grande preocupação entre os gestores, como demonstram nas entrevistas quando questionados sobre quais seriam suas principais expectativas com relação à realização do programa:

Eu gostaria que... primeiro que nós conseguíssemos driblar essa questão da evasão. A expectativa é que haja um menor índice de evasão (...) que esses jovens consigam no final desses dezoito meses terminar o ensino fundamental e que tenham um bom processo de qualificação profissional que lhes ofereça mais possibilidade deles se incluírem no mercado de trabalho.”(Coordenador de políticas de juventude de Novo Hamburgo)

Do ponto de vista da gestão operacional, o grande objetivo é garantir que essas centenas de milhares de jovens que participam do programa concluam o programa [...] que eles sejam sensibilizados para virem pro programa, se matriculem, iniciem e terminem. Por mais que a gente possa imaginar que o programa é muito bom, que é de uma qualidade boa [...] que pode dar oportunidade pra esses jovens [...] ele é um programa complexo de execução e a gestão do programa tem que ser muito perfeita. Quero cumprir o objetivo de que eles chegam até o final. Eu diria que é um grande desafio, do ponto de vista da gestão nacional, uma boa gestão do plano nacional que irradie nos planos municipais para assegurar que esse jovem possa cumprir toda a trajetória. (Secretário Nacional de Juventude).

⁵ Os dados são apresentados em um relatório de execução do Projovem Urbano em Bortolaci (2009).

⁶ Evasão, desistência ou abando são utilizados ao longo do estudo referindo-se a mesma circunstância – a saída, prematura ou não, dos jovens do programa antes de concluí-lo.

⁷ A compreensão de engajamento aqui é conectada analogamente ao sentido dado ao termo adesão. Freqüentar, construir expectativas, acreditar na realização das mesmas, participar, ter um projeto em comum com as propostas oferecidas significaria uma adesão, um engajamento.

O mesmo demonstram os relatórios anuais de avaliação do programa, onde este tema relativo à evasão também tem destaque a ser analisado:

Embora os fatores estruturais importantes, como a necessidade de trabalhar e o medo da violência, tenham papel relevante nos processos que levam à evasão – somados aos problemas de implementação mais evidentes, como atraso ou não pagamento dos benefícios e a falta ou insuficiência das aulas de informática – essas motivações, por si só, não parecem suficientes para explicar as causas para a desistência do programa. Por isso, é necessária uma investigação mais apurada e específica [...] (Projovem, 2008, p.46).

Este quadro de um alto grau de investimentos técnicos e financeiros e de expectativas institucionais, seguido pelo fato de ocorrer uma grande procura por vagas e uma avaliação positiva do programa por parte dos participantes e evadidos⁸, quando comparado aos altos índices de desistência⁹, ou ainda às situações que demonstram pouco engajamento dos jovens às atividades regulares de ensino do Projovem Urbano, apresenta indícios de que - para além de problemas organizacionais do programa já apontados pelos jovens em pesquisas anteriores¹⁰ - vem ocorrendo um possível descompasso entre os objetivos institucionais do Projovem e a percepção dos jovens participantes sobre os limites e possibilidades deste programa ser uma via efetiva de mobilidade e integração social frente às realidades que eles enfrentam em seus contextos cotidianos.

A partir de outros estudos que avaliam a interação e integração de jovens em situação de pobreza, integrantes de estratos sociais populares, no ambiente escolar, pode-se perceber indícios de que existem processos, em contextos de vulnerabilidade social, de uma nova subjetivação e resignificação por parte destes jovens sobre o papel da educação e até mesmo do trabalho como via de integração e mobilidade social. A evidência deste fenômeno pode ser verificada no estudo de Saraví (2009) que ao debater os riscos de uma possível fragmentação social, aborda de maneira interessante os sentidos subjetivos de pertencimento da juventude na América Latina. O autor questiona se os jovens das classes populares, “(...) *en particular aquellos en condiciones de mayor desventaja y vulnerabilidad, continúan percibiendo a la escuela y el trabajo como mecanismos de movilidad social y vías de integración*” (p. 49)? Os

⁸ Segundo pesquisa com jovens evadidos, 85% dos jovens que se afastaram do programa em 2007 manifestaram desejo de retornar a participar do Projovem (Projovem, 2008).

⁹ Os termos desistência, evasão e abandono são utilizados para designar a mesma circunstância – abandonar, evadir o programa antes de sua conclusão.

¹⁰ São apontados pelos jovens entrevistados nesta pesquisa e nos relatórios de avaliação anual do programa problemas que podem ser parte dos motivos de evasão: distância dos núcleos, medos de deslocamento à noite, dificuldade de conciliar trabalho com estudos, demora para recebimento da bolsa, entre outros. Ver relatório parcial de avaliação (ibidem, p 142).

riscos de uma fragmentação ocorreriam pelo fato de a escola e o trabalho estarem entre os principais espaços de socialização e integração na modernidade.

Este pesquisador analisa o fato de ocorrerem freqüentemente situações de aborrecimento e diversos tipos de expressão de pouco entusiasmo apresentado pelos jovens nas suas relações com a escola. Sua interpretação ancorada em dados advindos de pesquisa que realizou no México e na Argentina, reforça uma análise onde os jovens em maior situação de vulnerabilidade não perceberiam mais a educação e o trabalho como vias de mobilidade e integração social.

El aburrimiento expresado por los jóvenes entrevistados puede interpretarse como una respuesta a esta interrogante, puesto que revela su percepción de que la escuela es incapaz de generar transformación alguna, de dejar aunque sea una huella en su construcción (idem, p.50).

O autor ainda compara sua análise com outros estudos realizados na América Latina que apresentam relatos e conclusões semelhantes:

Esta crisis del sentido de la escuela, con variantes y matices, se ha observado también en otros estudios realizados en distintos contextos nacionales. En un informe reciente sobre jóvenes em situación de vulnerabilidad del Perú, el autor afirma que muchos de ellos han perdido el interés por estudiar o trabajar, con lo cual las expectativas depositadas em ambas instituciones son muy bajas y conducen a un estado de incertidumbre e inactividad caracterizado por el no saber qué hacer. Entre los jóvenes de las favelas de Río de Janeiro, al parecer ocurre algo similar. Un estudio sobre las transformaciones ocurridas en los últimos 30 años en estos barrios pobres del Brasil señala que luego de observar el subempleo y desempleo de amigos y hermanos mayores que permanecieron por más tiempo en la escuela [estos jóvenes] concluyen que la educación no tiene sentido (Perlman, 2006; Benavides, 2008 apud Saraví, 2009, p.51).

Em sua própria investigação sobre jovens realizada na Argentina no início desta década, também constatou uma crise de sentido análoga aos estudos apresentados anteriormente:

[...] no esta la a expectativa de ingresar al próximo nivel universitario, no hay un compromiso con los padres o estos carecen de influencia sobre la decisión de los jóvenes, no se percibe un logro potencial en la medida que aparece como un objetivo muy distante e incierto [...](Ibidem, p. 51).

Esta maneira pela qual os jovens considerados em “situação de vulnerabilidade”¹¹ reagem muitas vezes em relação ao ambiente institucional escolar e em relação as possibilidades de realização de um reconhecimento ou mobilidade social futura tem correlação com o que Willis (1977) define como uma contracultura do tipo “escolar” de jovens dos extratos populares na Inglaterra.

Willis, em seu clássico *Learning to Labour* (1977), relacionava essa contracultura escolar a uma cultura que se estabelecia e renovava fora da escola – uma cultura fabril - mediada entre os jovens e famílias operárias num ambiente de pleno emprego que assegurava uma transição, de certa maneira, garantida entre a escola e o trabalho, mesmo em situações de baixos níveis de escolaridade. Tal situação ocasionava um fraco desempenho escolar destes jovens que procuravam subverter a ordem institucional que encontravam nas escolas. Nessa cultura fabril, relações sociais, encaixe e experiência no trabalho se davam através de redes de relações sociais entre amigos e familiares, onde um maior engajamento nos processos de educação e qualificação pouco tenderiam a alterar, de maneira relevante, suas oportunidades futuras.

Estes jovens observados por Willis (idem), ao perceberem que seus futuros estavam, de certa maneira, engendrados nessas relações, reproduziam uma relação de insubordinação com o regramento e a autoridades da escola, com a mesma habilidade que driblavam o disciplinamento e a hierarquia dos ambientes de trabalho (bicos) em que se encaixavam – borracharias, colocação de carpetes, serviços de encanamento, pinturas. Ou, ainda, da mesma forma que seus pais, em suas casas, demonstravam capacidade de “tirar um sarro” de seus superiores aos quais estavam submetidos cotidianamente nas fábricas onde trabalhavam (Giddens, 1989).

Giddens (idem) utiliza como exemplo este estudo para enfatizar a capacidade cognoscente dos agentes e suas condutas frente ao que sabem no contexto onde atuam. Também utiliza o estudo para evidenciar o que ele denomina de “conseqüências não premeditadas da ação”, já que os jovens ao não se engajarem em uma das poucas oportunidades que teriam de mobilidade através da educação, acabavam por limitar suas

¹¹ Este termo “em situação de vulnerabilidade social” é originário de discursos políticos diversos sobre condições sociais de pessoas que vivem em contextos das periferias urbanas, sendo amplamente utilizado por trabalhadores de políticas e programas sociais para caracterizar a população que vivencia cotidianamente as mazelas sociais da pobreza e da falta de acesso a direitos e serviços básicos.

possibilidades, bem como as de prolongar ou perpetuar, *não intencionalmente*, uma relação com a escola e com determinado tipo de trabalho que rejeitavam.

Para Saraví (2009), como também em Giddens (ibidem), Willis apresenta neste clássico embasado em observações etnográficas, mais do que formas ou características de práticas enquanto mera reprodução. Tal estudo permite compreender *o sentido dos comportamentos expressos cotidianamente por estes jovens*, os quais estariam calcados num ceticismo sobre o valor de se engajarem num sacrifício com aparentemente poucos retornos para suas atuais condições sociais.

As expectativas de mobilidade e integração social dos jovens inseridos no Projovem Urbano, bem como a resignificação, realizada a partir das vivências em seus contextos cotidianos, sobre as possibilidades e limites do programa ser uma via de realização destas expectativas, podem, em grande parte, ser analisadas de maneira semelhante aos dados e proposições interpretativas expressas nestes estudos.

A análise em processo nesta presente dissertação questiona, entretanto, se a educação formal, realmente, não teria sentido para esses jovens; se a possibilidade de estudar em um programa de uma “segunda oportunidade” não traria, para estes jovens, expectativas de melhoria de suas situações socioeconômicas atuais. Questionando a idéia de que a educação e o trabalho não sejam mais percebidos por estes jovens como um mecanismo de mobilidade e uma via de integração social, este estudo procura investigar os saberes práticos que os participantes apresentam sobre as possibilidades e limites do programa Projovem. Com relação aos saberes sobre os limites, é dado enfoque sobre suas percepções de como *o contexto em que vivenciam suas trajetórias juvenis* pode limitar a realização de suas expectativas ou projeções construídas a partir do ingresso no Projovem Urbano, na tentativa de compreender como tais saberes podem impactar suas condições de permanência no programa.

Procurando tratar desse assunto a partir de um contexto de debate sobre os temas que cercam as políticas sociais de inclusão para jovens e num viés científico que embasa teórica e metodologicamente a análise, esta dissertação se desenvolve em três partes através dos seguintes capítulos:

Na primeira parte, o capítulo 1 apresenta uma breve retomada do objeto de investigação sociológica através do percurso de desenvolvimento das hipóteses e das questões que guiaram este estudo. Este pequeno capítulo foi construído com o objetivo de situar o leitor, de maneira sintética, frente à perspectiva inicial que motivou o estudo e a suas alterações ao longo da investigação, que serão retomadas nas considerações finais de maneira conclusiva.

O segundo capítulo trata de definições mais gerais que cercam o tema das políticas de inclusão para jovens – tais como cidadania, juventude, exclusão – ao mesmo tempo em que procura situar o Projovem num “enredo sócio-histórico” onde se desenvolvem as políticas sociais de juventude. Também é retratado o atual cenário socioeconômico que desafia as propostas de uma “inclusão cidadã” de uma juventude historicamente marginalizada dos processos de desenvolvimento técnico, social e econômico da sociedade local-global.

O terceiro e quarto capítulos - os quais compõem a segunda parte em que está dividido o estudo - tratam dos fundamentos teóricos e metodológicos que subsidiaram o desenvolvimento da análise de dados. O terceiro apresenta referências teóricas que se tornaram indispensáveis para compreender as expectativas construídas pelos jovens em relação ao programa e suas percepções sobre os limites e possibilidades de realização de tais expectativas em seus contextos cotidianos. Já o capítulo quatro relata as estratégias, métodos e técnicas de investigação realizadas para a construção dos dados qualitativos e quantitativos presentes na dissertação.

A terceira parte da dissertação compreende o quinto e sexto capítulos onde são analisados os dados quali-quantitativos sistematizados em diversas variáveis que compõem o estudo – caracterização de suas condições socioeconômicas e de suas responsabilidades pelo provento da renda da família, trajetórias escolares e profissionais destes jovens e de suas redes de convívio cotidiano, contexto dos bairros onde moram, suas rotinas, concepções de cidadania, expectativas e percepções sobre os limites e possibilidades do programa.

O capítulo cinco procura inicialmente caracterizar de uma maneira básica os jovens, suas famílias, renda, situação conjugal. Num segundo momento, são apresentados dados a realidade do contexto onde moram, suas rotinas e representações sobre o tema “cidadania”. Num terceiro momento, este capítulo ainda procura apresentar suas trajetórias e experiências com relação à escola formal e ao mundo do trabalho, tanto numa perspectiva particular desses

jovens caracterizados enquanto indivíduos, quanto numa perspectiva relacional com suas redes de convivência cotidiana, tratadas como redes de informação e construção de significado sobre essas trajetórias escolares e de trabalho, bem como sobre as possibilidades de mobilidade e integração social que tais experiências compartilhadas trazem.

A última etapa da análise, realizada no capítulo 6, trata justamente das expectativas de mobilidade e integração social desses jovens, bem como da percepção que apresentam sobre os limites e possibilidades de programas de educação, qualificação profissional e participação cidadã - como o Projovem Urbano – serem vias concretas para realização de suas expectativas.

Por último, as considerações finais relatam a caminhada realizada nesta dissertação, retomando questões e hipóteses propostas enquanto “guia hermenêutico”, as conclusões que podem ser extraídas da análise e algumas brechas que se tornam possibilidades de desenvolvimento de outros estudos. Essas “considerações conclusivas” também procuram, a partir da retomada da investigação, construir algumas reflexões sobre o programa investigado na tentativa de sugerir possíveis ajustes de proposta político-pedagógica presente no Projovem Urbano.

Parte I

CAPÍTULO 1

Objeto sociológico e percurso das hipóteses

A partir de um modelo heurístico de interpretação, esta dissertação adotou hipóteses que foram se desenvolvendo e modificando durante as leituras teóricas e a prática de campo. A hipótese inicial era de que ocorreriam dissociações de objetivos e de resultados esperados entre os níveis de elaboração, proposição e gestão desta política e os níveis de experimentação prática contextual do programa por parte dos jovens envolvidos. E, que essas dissociações, por sua vez, teriam uma relação causal sobre os fatos da evasão e pouca adesão ao programa, já que as propostas elaboradas não corresponderiam às expectativas iniciais dos jovens matriculados.

Partindo de um pressuposto analítico organizado a partir de um conceito que serve como modelo de análise sobre os processos de formulação de políticas públicas, denominado como “coalizões de defesa” (Sabatier, 2007), tais políticas como o Projovem, seriam desenhadas a partir de demandas de militantes, grupos de interesse, técnicos, especialistas e de legisladores, num ambiente de disputas e de alianças. Nas alianças, cada política pública, segundo Souza (2006) teria um subsistema¹² que a integraria, formado por um certo número de coalizões de defesa que se distinguiriam frente a seus valores, crenças e idéias, ou, ainda, pelos recursos de que dispõem.

No caso do Projovem, o ambiente de disputas e coalizões que enredam a proposição e elaboração do programa se dá num contexto nacional, macro institucional. A partir do momento em que ocorre um *out put* desse ambiente de elaboração, passa a ser gerenciado por representantes do SNJ e CNJ e monitorado e avaliado por órgãos técnicos contratados. Sua

¹² *Policy subsystem* é um conceito operacional no modelo explicativo das coalizões de defesa que tem como definição uma comunidade parcialmente autônoma formada por coalizões que desenvolvem uma *expertise* em determinados domínio da política, agindo por um período que pode ser considerado longo em termos de duração, influenciando o processo de elaboração e implementação de políticas públicas, competindo com outros subsistemas.

implementação nos municípios se realiza em contextos locais diferenciados envolvendo jovens, gestores e educadores pelos quais os objetivos, as expectativas e resultados esperados sobre a política tendem a ser ressignificados a partir de trajetórias, redes de informação e significação, experiências e referências em que estes jovens participantes e gestores estão envolvidos.

Ora, se uma política pública¹³ de abrangência nacional, de maneira praticamente usual, sai de um ambiente macro institucional de elaboração, planejamento e avaliação e vai ser vivenciada na prática por atores, no caso os jovens, que tiveram trajetórias e experiências em redes de sociabilidade e em contextos de interação diferentes daqueles vivenciados pelos planejadores, pode-se induzir que no seu processo de execução venham ocorrer tais dissociações.

Na formulação e delimitação constante do objeto, os processos iniciais de campo indicaram que se desenvolviam poucas dissociações entre as expectativas e percepções de oportunidades geradas pelo Projovem Urbano, representadas por gestores e jovens entrevistados e questionados. Os primeiros indícios de que não ocorriam grandes dissociações que pudessem incidir de maneira fundamental nas baixas adesões analisadas nesta dissertação se deram através de relatos semelhantes entre alguns gestores entrevistados após as entrevistas realizadas com os jovens que estavam se matriculando ao programa. Um exemplo típico dos relatos apresentados pelos gestores:

[...] É um programa que não tem meta de inserção no mercado de trabalho, mas eu gostaria que a maior parte desses jovens - e eu sei que essa não é a razão da volta da maioria - pelo menos, que a maior parte deles pudesse continuar sua trajetória escolar. Eu gostaria - acho que boa parte deles estão querendo voltar ou entrar no mercado de trabalho - mas que boa parte deles pudessem fazer quem sabe o ensino médio ou tecnológico. Ou que

¹³O termo políticas públicas tem sido utilizado de maneira polissêmica, referindo-se tanto à políticas macro-estruturais ou estratégicas como a política nacional de educação, de saúde, de desenvolvimento, como também à programas que fazem parte destas políticas. Souza (2006) ressalta que, do ponto de vista teórico, os conceitos de política pública e de política social são campos multidisciplinares, já que estas repercutem diretamente na economia e nas sociedades, precisando assim “também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (p.25). Diante desse fato e de acordo com as análises da autora, a passagem do termo para o conceito vem ocorrendo em definições que privilegiam uma abordagem holística sobre o tema, numa perspectiva de que “o todo é mais importante do que a soma das partes” (ibidem). Fazendo uma revisão de literatura sobre o tema, a autora resume o conceito de política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (...) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações” (p.26). No que diz respeito ao desenvolvimento da ação prática, destaca que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p.26).

pudessem, ainda, quem sabe, através do ProUni, ou através da ampliação de várias universidades públicas, fazer o ensino superior. É um desejo pessoal, mas se a perspectiva dele for[...] é, se inserir no mercado de trabalho, ótimo. Se ele conseguir que ótimo. Enfim, eu ficaria muito feliz sabendo que boa parte desses jovens que teriam antes do Projovem pouca ou nenhuma possibilidade de um trabalho digno né [...] possam ter uma remuneração melhor (Secretário Nacional de Juventude).

Este exemplo demonstra que, de maneira semelhante aos jovens pesquisados¹⁴, os gestores também projetam inicialmente expectativas que vão além das condições imediatas oferecidas no Projovem Urbano, relacionando-o a possibilidades de continuidade dos estudos no ensino médio, técnico ou superior, com futuras inserções no mercado de trabalho. Mas quando analisam os limites contextuais da ação frente às necessidades imediatas dos jovens integrantes do programa no mercado de trabalho - ou relatando em outros momentos dificuldades tais como estigmas introjetados pelos jovens e desilusões destes com as políticas e programas anteriormente oferecidos – operam uma readequação de suas expectativas e projeções de acordo com uma realidade vivenciada pelo público que participa da política.

Da mesma forma, percebem os limites para que tais expectativas inicialmente projetadas ocorram plenamente nos inúmeros contextos locais em que são operacionalizadas:

Essa é uma política de segunda oportunidade. Tem a expectativa de chegar depois no ensino médio, de fazer, quem sabe, uma faculdade, ter um posto melhor no mercado de trabalho, ser mais respeitado na sua comunidade. Mas óbvio que um programa com a abrangência dele e que objetivos e expectativas como essas, tem muita dificuldade, um monte de limites práticos (Secretário adjunto da SNJ).

Esta situação inicialmente identificada negou uma parte da hipótese construída no projeto inicial de estudo que relacionava uma possível dissociação entre os imaginários dos jovens e gestores sobre oportunidades e limites do programa como elemento causal principal da baixa adesão.

Por sua vez, de maneira continuamente mutante, o estudo, em busca de uma interpretação plausível que viesse a complementar os questionamentos propostos, partiu para outras questões pertinentes aos saberes práticos que estes jovens possuem sobre as dificuldades vivenciadas cotidianamente por eles em contextos da periferia urbana. E o quanto

¹⁴ Ver análise desenvolvida no capítulo 6 onde são apresentados dados que indicam as expectativas e objetivos inicialmente traçados dos jovens em relação ao Projovem Urbano, bem como suas percepções sobre as oportunidades e limites do programa.

esses saberes incidiriam sobre suas participações em propostas como a do Projovem. Isso remeteu a uma análise sobre as percepções que apresentam em relação aos riscos de não conseguirem realizar suas expectativas, de se arriscarem, de realizar esforços para superar suas condições de exclusão e de fracassarem diante da eminência de fatores limitantes conhecidos pelos próprios atores – discriminação social, segregação espacial e simbólica, necessidades emergenciais de sobrevivência, poucos exemplos práticos nas suas relações em termos de mobilidade e inclusão ocorrida através da elevação da escolaridade.

Não tratando especificamente da avaliação da qualidade ou do significado desta política no cenário nacional ou unicamente das causas da evasão que estão também relacionadas à questões estruturais e organizacionais do programa (cursos profissionalizantes oferecidos, necessidade de estágios, deslocamento dos jovens para os núcleos, creches para os filhos dos participantes), esta dissertação, a partir desta contextualização inicial, tem como objeto de análise as percepções de jovens construídas sobre o Projovem Urbano. A ênfase deste estudo está direcionada à leitura dos significados e saberes destes atores sobre as possibilidades e limites do programa Projovem em seus contextos cotidianos, por onde também seriam organizadas suas expectativas e avaliações sobre o “possível”. Tal análise pretende construir um arcabouço analítico que contribua com a compreensão dos *sentidos sociológicos* da não-adesão ao programa por parte da maioria dos jovens matriculados.

Diante destes objetivos, foram elaboradas algumas questões em eixos propositivos de análise que serviram como guias para a construção do problema sociológico em conjunto com as hipóteses desenvolvidas:

Eixo 1 – Que projeto de inclusão esta política do governo federal apresenta? Quais objetivos e estratégias estão pautadas para atingir os propósitos da concepção de inclusão de jovens do Programa?

Eixo 2 – Os jovens matriculados desenvolvem expectativas de mobilidade social ascendente a partir das experiências e trajetórias compartilhadas nos contextos em que vivem? Quais seriam essas expectativas? Que tipo de percepções sobre inclusão ou mobilidade social, em relação a emprego, educação e cidadania, acompanham o imaginário desses jovens em seus contextos cotidianos?

Eixo 3 – A partir dos conhecimentos práticos sobre as oportunidades e dificuldades vivenciadas nas periferias onde moram, que reflexividade esses jovens desenvolvem sobre os limites e as possibilidades do Projovem Urbano quanto à melhoria de suas condições de vida ou de atendimento de suas expectativas de mobilidade e integração social representadas simbolicamente no seu meio?

A hipótese final¹⁵ que guiou a análise realizada nesta dissertação, reformulada a luz da experiência de campo e da revisão teórica, traz a noção de que os jovens possuem expectativas de mobilidade e de integração social e que reconhecem o Projovem Urbano como uma alternativa para realizar essas expectativas. Entretanto, possuem um conhecimento prático dos limites do programa para atingir tais expectativas nos contextos cotidianos em que vivem. O que também, por sua vez, limita as suas adesões a proposta inclusiva do programa, diante do risco de se esforçarem em uma nova dinâmica que pouco poderia alterar suas condições de vida.

A estratégia metodológica utilizada para levantar e agrupar indicadores que contemplassem questões e hipótese desenvolvidas no percurso investigativo adotou uma amostragem quali-quantitativa para análise de seu objeto de investigação sociológica.

O *quali* e o *quanti* nesta dissertação se dão na perspectiva de uma complementação entre dados estatísticos que permitem tendências probabilísticas e dados qualitativos que permitem uma aproximação mais “sutil” e flexível com o objeto em questão, conforme plano teórico-metodológico apresentado no capítulo 4. Foram construídas diversas variáveis relativas ao cotidiano vivenciado na periferia urbana, às trajetórias escolares e profissionais dos jovens e de suas redes cotidianas de interação, às avaliações, expectativas e percepções sobre o programa, as quais permitiram criar um pano de fundo para uma análise do objeto investigado – os saberes práticos contextuais dos jovens sobre as possibilidades e limites do Projovem em suas vidas.

¹⁵ Esta hipótese é retomada na análise realizada no capítulo 6 e nas considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 2

O Projovem Urbano e as propostas de inclusão e cidadania para jovens “periféricos”

2.1 “Juventude” e “juventudes”

Inúmeros trabalhos de pesquisa que envolvem, de alguma forma, o tema juventude, apresentam longas retomadas conceituais do termo na busca de uma definição, que em geral, acentuam a pluralidade de sentidos e experiências que não podem ser resumidas na singularidade. Não é objetivo aqui retomar de maneira analítica todos os debates gerados em torno desta definição.

As definições conceituais mais usuais de juventude, atualmente, enfatizam a necessidade de não delimitá-la como uma categoria única, homogênea (Sposito e Carrano, 2003; Corrochano, 2008), pois não pode se aplicar um conceito singular a todas as condições e processos de socialização envolvidos, mesmo em um contexto sócio-histórico definido. Neste sentido, o termo *juventudes* – no plural – tem sido amplamente aplicado pelo fato deste ser mais abrangente e de possibilitar algum enquadramento conceitual das múltiplas experiências em que sujeitos em contextos e com necessidades diferentes realizam seus processos de socialização nas estruturas sociais.

Keil (2004) traz à tona a necessidade de se pensar em juventudes plurais, pois, para ela, “a juventude será vivida de modo distinto em cada gênero, classe, etnia (...)” (p. 21). A autora ainda ressalta os avanços que este debate sobre múltiplas juventudes representa para a compreensão do fenômeno juvenil nas ciências sociais:

Ao problematizar a juventude com a classe ou estrato social, diferenças culturais, nacionais ou locais, as ciências sociais abandonaram, por um lado, a idéia de juventude em função de critérios puramente etários e de realidade psicológica, por outro, abandonaram a idéia de juventude ideal e estereotipada: juventude urbana, branca e ocidental. (Keil, 2004, p. 21)

Uma outra contribuição importante para a construção do conceito de juventude é dada por Mannheim com sua abordagem das influências geracionais na maneira pela qual os grupos sociais vivem sua “juventude” a cada geração. Para Mannheim (1982), o fato de pertencer à mesma geração ou grupo etário possibilita aos indivíduos uma situação comum no

desenrolar dos processos sócio-históricos, ou seja, “ (...)os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante” (1982, p.72).

Helena Abramo, num diálogo conceitual interessante com essa perspectiva de Mannheim, propõe que o conceito de geração traz a oportunidade de problematizar “a herança cultural e a produção de um estilo peculiar de sentir, pensar e agir por parte dos jovens de cada contexto histórico particular”(Abramo, 1994, p.46).

Uma boa síntese dessas questões sobre as diferenças e semelhanças vividas pela população considerada simbolicamente jovem é trazida no constructo teórico-conceitual de Miguel Abad (2002) ao diferenciar a *condição juvenil* e a *situação juvenil* como campos de análise a serem considerados nos estudos sobre grupos juvenis. Para ele, a *condição juvenil* diz respeito ao modelo como cada sociedade constitui e significa simbolicamente a experiência deste possível ciclo de vida, enquanto que a *situação juvenil* representa as formas pela qual a condição juvenil vai ser vivida pelos diferentes recortes - gênero, idade, etnia, classe - nos seus respectivos contextos institucionais - família, escola, trabalho, mercado, espaços político-decisórios.

De um modo geral, a juventude enquanto processo simbolizado socialmente como um momento entre a infância e a fase adulta, tem seus modos específicos de inserção na estrutura social, como ressalta Dubet (1996, apud Corrachano 2008). Inserção essa que ocorre de maneira plural – considerando as diferentes experiências, conflitos e oportunidades sociais que podem ser analisadas na ótica de classe, gênero, etnia, local de moradia (Abad, 2002; Keil, 2004) - em determinados modos de representar a juventude ou de representar uma condição em que as “*plural idades*” passam a ser percebidas numa tendência simbólica hegemônica de um situado tempo histórico em diferentes contextos sociais de interação.

2.2 O Projovem Urbano na trajetória das políticas sociais de juventude

Diversos esforços vêm sendo realizados no Brasil nas duas últimas décadas - que correspondem a movimentos e ações da sociedade civil e de governos de diversas esferas - para garantir direitos sociais à população em situação de pobreza e historicamente marginalizada. Tais processos possuem marcos legais importantes como a Constituição

Federal de 1988 e as legislações criadas em seqüência nos anos 90 para regulamentar e garantir direitos iguais da população à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso universal à educação (LDB), direitos específicos de crianças e adolescentes (ECA), entre outros (Gonh, 2003). Numa mesma tendência, atualmente está em fase de elaboração e de discussão no congresso o Estatuto da Juventude na intenção de regulamentar e garantir direitos para o segmento juvenil.

No entanto, mesmo com os avanços em termos de regulamentações jurídicas estatais – a garantia legal de direitos, o rearranjo administrativo que vem possibilitando avanços nos processos participativos da sociedade na gestão pública, os maiores investimentos¹⁶ de recursos públicos em direitos como a educação, saúde, habitação, alimentação - o abismo da desigualdade socioeconômica no Brasil continua trazendo consequências perversas em termos de miserabilidade, violência e desesperança vivida pela população mais empobrecida.

Os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas dessa situação de desigualdade, vivenciando suas mazelas no desemprego, violência, pobreza e na falta de perspectivas futuras. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, muitos jovens – principalmente os mais vulneráveis - se tornaram um hiato nas ações focais do governo, já que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância¹⁷. O Projovem - uma iniciativa do governo federal lançado em caráter emergencial na tentativa de cobrir esse hiato – é ainda um programa recente que precisa de uma melhor avaliação e ajustes em termos de implementação.

Com a perspectiva de *criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil*¹⁸, o governo federal lançou, em 2005, a Política Nacional de Juventude¹⁹, tendo o

¹⁶ Estudos sobre gastos públicos no Brasil em políticas sociais indicam que o país inicia um processo de garantias de direitos sociais universais a partir de meados dos anos 90, com uma visível elevação dos investimentos públicos em políticas de assistência, saúde, previdência e habitação. Para mais informações, ver relatório do IPEA sobre o investimento em políticas sociais no Brasil (CASTRO, 2008)

¹⁷ Sobre a história das políticas sociais no Brasil, ver “Trajetória do Welfare State no Brasil – papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990.”(MEDEIROS, 2001). Sobre histórico das políticas para infância, ver Rizzini (1995;1997).

¹⁸ Perspectiva destacada no site oficial do Projovem Urbano (www.projovemurbano.gov.br).

¹⁹ O Projovem, a SNJ e o CONJUVE foram instituídos por meio da Medida Provisória n° 238, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005.

Projovem como uma ação integrante. Além da criação do Projovem, também foram instituídas pela mesma medida provisória a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República. O Conselho é um órgão colegiado, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens.

Conforme relatório disponibilizado pelo IPEA,

[...] este arranjo institucional pretendeu atender a três objetivos: 1) articular as ações federais voltadas ao público juvenil de baixa renda; 2) promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; e 3) melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional – escopo original do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. (Castro e Aquino, 2008, p. 30).

Este programa assumiu uma postura de política emergencial - atendendo um segmento com necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio – e de caráter experimental – ao propor um currículo que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e a participação cidadã.

A implementação do Projovem iniciou no mesmo ano, em 2005, apresentando como eixos estratégicos a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 18 a 24 anos que não concluíram os ensino fundamental e que não possuíam vínculos formais de trabalho. Sua meta, em 2005, foi atuar em todas as 27 capitais brasileiras. A partir de 2006, passou a abranger cidades das regiões metropolitanas com população municipal acima de 200 mil habitantes.

Em 2007, constituiu-se um grupo de trabalho denominado GT Juventude, reunindo representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. A partir da avaliação dos resultados obtidos nos primeiros anos com os diversos programas que vinham sendo desenvolvidos para a população juvenil em diferentes ministérios (Quadro 1), a política nacional foi reformulada com os objetivos de ampliar a integração entre as chamadas políticas emergenciais e destas com outras ações

vinculadas às áreas de educação, esporte, lazer, cultura e saúde. Nesta reformulação, procurando articular a experiência acumulada em um programa integrado, as ações até então desenvolvidas foram abrigadas sob um único programa – o Projovem Integrado.

O programa em seu novo formato começou a ser implementado em 2009 num arranjo subdividido em quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Programas destinados a jovens incorporados ao Projovem Integrado

Programas anteriores	Nova denominação	Principais mudanças
Agente Jovem	Projovem Adolescente	Extinção do auxílio financeiro de R\$ 65 Prioriza os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família (PBF)
Projovem	Projovem Urbano	Ampliação da faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos Ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses Extensão para as unidades prisionais e de adolescentes em conflito com a lei Expansão prioritária para municípios acima de 200 mil habitantes
Consórcio Social de Juventude Juventude Cidadã Escola de Fábrica	Projovem Trabalhador	Manutenção dos objetivos de capacitação Alteração da faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos;
Saberes da Terra	Projovem Campo	Delimitação da faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos Inclusão do auxílio mensal de R\$ 100/jovem atendido

Fonte: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea, conforme dados pesquisados nos ministérios setoriais

O Projovem Urbano, de maneira informal, continua sendo chamado por seus integrantes - jovens, professores, alguns gestores – de Projovem. Da mesma maneira, essa dissertação refere-se ao programa em estudo dentro das duas denominações – a oficial e a popular.

De acordo com informações encontradas em seu site e materiais de divulgação, o Projovem Urbano tem como finalidade proporcionar um modelo de formação integral aos jovens visando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania, através da elevação da escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental e do desenvolvimento de

experiências de qualificação profissional e de participação cidadã. Além destas finalidades, o programa ainda apresenta objetivos específicos tais como:

- a) a re-inserção dos jovens no processo de escolarização;
- b) a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- c) a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- e) a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

Com relação ao público a quem se destina, o jovem deve ter entre 18 e 29 anos no ano da matrícula, ser alfabetizado e não ter concluído o ensino fundamental (8ª série). Suas condições de leitura e escrita são aferidas por meio de um teste de proficiência organizado sob responsabilidade da Coordenação Nacional, sendo aplicado localmente nos municípios em que é desenvolvido.

2.2.1 O tema juventude na agenda pública

O surgimento da questão juvenil na agenda governamental é relativamente recente, quando comparado ao enfoque dado, por exemplo, à infância. Ao longo de duas décadas foram criados inúmeros programas nas diferentes esferas governamentais, com objetivos diversos voltados desde a promoção de serviços de assistência, saúde, educação, trabalho, até o fortalecimento de uma cultura cívica em projetos de cunho cidadão-participativo²⁰.

Em relação ao Brasil, numa perspectiva comparada com outros países vizinhos, programas destinados especificamente à juventude ganharam força na agenda dos países latino-americanos a partir do final da década de 1980, também em função da visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização (Bango, 2003). A participação em movimentos estudantis, sociais e partidos políticos, contribuindo com avanços possíveis frente ao processo de abertura democrática, foi um fato que, segundo o autor,

[...] não passou inadvertido pelos sistemas políticos reinstitucionalizados, já que essas gerações de jovens haviam depositado uma grande esperança na

²⁰ Sobre o histórico de experiências desenvolvidas, ver Sposito(2003), Sposito e Carrano (2003) e também Castro e Aquino (2008).

democracia, nas vias de solução dos agudos problemas sociais que os afetavam mais particularmente (Idem, 2003, p. 40).

Para ele, as políticas de juventude no continente latino-americano passam por certas tendências predominantes em pelo menos quatro escopos diferentes – (1)incorporação dos jovens no processo de modernização,(2)controle social, (3)o enfoque no jovem “problema” e (4)enfoque dos jovens como capital humano - definidos em seus contextos históricos, que originam objetivos e processos de intervenção social destas políticas.

O primeiro escopo, datado a partir da década de 50, seria o que apresentaria objetivos de incorporação massiva de jovens aos processos de modernização por meio de políticas educativas tais como o ensino primário e secundário. Esta política não atingia de maneira equitativa a todas as crianças, adolescentes e jovens, visto os processos iniciais de sua implantação e as desigualdades sociais historicamente existentes. “Continuavam existindo enormes contingentes de jovens excluídos (...) que eram atingidos por outro tipo de medidas, do tipo “controle social”, posto que eram identificados como pobres, com delinquência de maneira quase automática” (ibidem, p. 41 e 42).

Num segundo momento, em meados das décadas de 60 e 70, durante o período de golpes e governos militares, estas políticas de controle se estenderam também aos jovens de classes mais privilegiadas, onde o processo de incorporação destes segmentos na educação média e superior possibilitou um maior engajamento e mobilização em movimentos que se opunham as ditaduras (ibidem, p. 43).

O enfoque do “jovem problema”, como ressalta o autor, teve seu ápice na década de 80, na fase de transição democrática que coincidia com o início da recessão, expansão da pobreza, eclosão da dívida externa (p. 43). Neste mesmo período, surgem as políticas de ajuste econômico e fiscal num plano de reestruturação das economias nacionais dos países considerados de “terceiro mundo”. Este processo de ajuste fiscal destinado a “salvar” as economias nacionais de países em desenvolvimento e possibilitar o pagamento das dívidas, quando acompanhado de um processo acelerado de urbanização sem investimentos sociais, induziu o estabelecimento e proliferação de inúmeras favelas nos cenários urbanos (Davis, 2006).

Os migrantes recém chegados às cidades – muitos desses sendo atualmente pais dos jovens inseridos no Projovem – que já vinham de uma condição precária de subsistência no

campo ou de “semi-proletarização”²¹ em regiões já urbanizadas, não conseguindo de imediato ingressar no mercado de trabalho ou ficando relegados a atividades precárias de renda, estabeleciam moradia nos locais mais afastados das zonas centrais das cidades, onde serviços de natureza pública eram praticamente inexistentes. Os centros urbanos ficaram reservados aos extratos sociais mais estabelecidos economicamente ao serem valorizados em termos imobiliários por disporem de serviços e de infra-estrutura (Davis, 2006).

É nesse contexto que ganham força ações públicas conduzidas ou operadas por especialistas junto aos jovens urbanos considerados como “problema social” – jovens das periferias, membros de gangues. Como forma de compensar problemas impulsionados pelos projetos de ajuste econômico, “(...) puseram-se em prática inúmeros programas de combate à pobreza, baseados na transferência direta de recursos aos mais empobrecidos, por meio de programas alimentares, de emprego temporário ou de assistência sanitária” (Bango, 2003, p. 44).

De maneira mais recente, é percebido um novo enfoque preocupado com equalização das desigualdades e o desenvolvimento de uma cultura cidadã, a partir de ações que se destinam à elevação de escolaridade, capacitação profissional, primeiro emprego, e ao desenvolvimento de capital social dentro de pressupostos de participação democrática ao estilo “Putnam”²². O Projovem Urbano pode ser percebido como um exemplo deste último escopo.

2.2.2 Limites históricos para efetivação de uma cultura de direitos para jovens considerados excluídos

Com relação ao contexto histórico brasileiro, cabe destacar, que alguns aspectos da trajetória das políticas sociais para a juventude têm relação direta com processos culturais e políticos que nortearam as políticas para infância no século passado. Como já relatado, a história das políticas sociais para jovens está repleta de ações voltadas ao controle social da

²¹ População pobre das cidades que trabalham nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegidas de direitos e com baixos salários. Como será analisado no capítulo cinco, esta é a realidade dos jovens do Projovem e de seus pares, amigos, familiares.

²² Putnam é um dos teóricos da década de 90 que enfatizam que uma pluralidade de atores atuando na esfera pública geram um estado de sinergia e de confiança mútua que cooperam para com os avanços da democracia. O que pode ser entendido como geração de capital social (Putnam, 1996).

população pobre considerada potencialmente perigosa; o mesmo ocorre, de maneira inclusive mais evidente, na trajetória das políticas para infância. Inúmeras ações públicas destinadas às crianças e jovens em situação de pobreza apresentaram um caráter em comum do tipo repressivo, higienista ou assistencialista ao longo do século XX, legitimando tanto a existência dual da criança e do “menor”, como também a do jovem cidadão e do “não-cidadão”, do trabalhador e do “vagabundo” ou do “potencialmente perigoso”.

Um dos berços deste processo pode ser encontrado no início do século XX, quando, nas cidades com industrialização nascente, os filhos da elite nacional estudavam em escolas que se modernizavam com um modelo de educação positivista – voltada ao desenvolvimento moderno da nação com uma educação diferenciada para cada estrato social – enquanto que filhos de operários ou agricultores seguiam seus pais nas longas rotinas diárias da lavoura e da indústria (Keil, 2006).

Neste período do Brasil republicano, todo o movimento de modernização se deu de maneira praticamente paralela ao fim de uma política econômica escravagista e sem um desenvolvimento industrial que propiciasse o “encaixe” socioeconômico da população que migrava do campo para as cidades em fase de modernização. Muitas famílias de colonos, índios e de ex-escravos passaram a viver com outros grupos marginalizados na periferia dos centros urbanos nascentes, procurando qualquer tipo de ocupação e de sustento (Blanco, 2004).

Para Keil (2006), o desenvolvimento republicano no Brasil continuou empurrando a criança e o jovem pobre para o trabalho agrícola ou industrial, enquanto oferecia condições de estudo e aperfeiçoamento para as classes mais ricas, de uma maneira análoga ao período imperial onde predominava o trabalho escravo.

Com relação à caracterização e composição das políticas sociais no Brasil, Medeiros (2001) identifica períodos distintos na história. O autor inicia o recorte analítico a partir da década de 30, onde o primeiro período (30 a 45) é tido como de “controle da política”, com o Estado garantindo uma estabilidade nas relações entre capital e trabalho com objetivos de impulsionar a modernização nacional, redefinindo e rearranjando conflitos em uma orientação populista e assistencialista.

Neste período, segundo Ianni (2004), estavam em jogo os processos de higienização social, como germen das políticas sociais, atuando sobre a produção das condições objetivas e das representações da pobreza no Brasil urbano.

Esse processo de higienização do Brasil urbano é bem retratado na história das legislações e políticas para infância. O retrato mais evidente desta realidade, é a implementação do código de menores em 1927, visando garantir ações caritativas, paternalistas ou, ainda, corretivas e punitivas para a infância e juventude em situação de pobreza, abandono e mendicância nas periferias urbanas nascentes.

De acordo com Rizzini (1995; 1997), a infância neste período era percebida numa dualidade: ora como um problema social em relação aos ditos “menores abandonados, de rua, delinquentes”, ora como solução, pois a infância era considerada o futuro da nação dentro de um projeto positivista de “ordem e progresso”. A intervenção do Estado sobre o segmento da infância era defendida como uma missão saneadora, patriótica e civilizatória em prol da reforma do Brasil. O código de menores perdurou de 1927 a 1990.

Nas décadas de 70 e 80, movimentos sociais se contrapuseram a uma onda de violência e repressão direcionada às crianças e adolescentes pobres no Brasil, como as crianças em situação de rua. Esses movimentos, em conjunto com processo de abertura democrática no país, colocaram o tema da infância de uma maneira mais relevante na agenda pública. Essas mobilizações incentivaram a criação de políticas, programas, bem como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) - marco jurídico-social importante para a garantia de direitos voltados para infância. (Instituto Cidadania, 2006).

Ao abranger crianças e adolescentes com até 18 anos - tendo algumas exceções para jovens até os 21 anos, no caso das medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes infratores - os jovens que vivem situações precárias em condições de exclusão de direitos como trabalho e educação, entre outros, não possuíam até então uma política ou direitos específicos estabelecidos em lei.

Mesmo sem um arranjo institucional definido para o segmento juvenil, podem ser destacados, de uma maneira sintética, alguns avanços nos últimos anos, tais como os diversos programas de juventude voltados para questões de saúde (DST's, gravidez precoce, drogadição), de assistência, de trabalho e educação. Também pode ser considerado um avanço

as secretarias ou coordenadorias de juventude criadas em capitais e outras cidades, a partir da descentralização de políticas da esfera nacional para a municipal e estadual ocorrida no início dos anos 90.

Porém, tais programas ocorriam sem uma maior envergadura institucional amarrada em direitos ou em espaços de gestão pública específicos para juventude em nível nacional. Dentro dessa realidade, a partir da última década, foram instituídos um Plano Nacional de juventude, um Conselho Nacional e uma Secretaria Nacional da Juventude (idem, 2006), que reuniu as condições para organizar uma estrutura política nacional responsável por articular e gestionar programas para jovens, entre eles o atual Projovem Urbano.

Este programa, bem como toda a esta nova estrutura institucional criada nos últimos anos, possui um grande desafio: mais que garantir direitos ou a inclusão de jovens de baixa renda no ensino formal ou em melhores oportunidades no mercado de trabalho, é preciso, ainda, construir uma cultura de direitos, de cidadania, que supere a herança histórica de ações públicas baseadas numa cultura de vigilância e caridade presentes na história das políticas sociais para infância e juventude no Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garantiu, ao menos juridicamente, um discurso mais “polido” sobre o tema das políticas sociais para infância sob o viés da cidadania, da garantia de direitos. Mas, em inúmeras ações destinadas a infância pobre, que pregam solidariedade como “caridade” ou prevenção como “inibição de futuros riscos à sociedade”, pode ser percebido um imaginário constituído socialmente ao longo de gerações que ainda difunde elementos simbólicos estigmatizantes que vigiam, tutelam e segregam essa infância. O mesmo pode vir a ocorrer em programas voltados à juventude. Ações com objetivos e propostas metodológicas podem estar desenhadas segundo determinados princípios éticos, mas, num plano de execução, há riscos de que os programas elaborados dentro de concepções de direitos, herdem, a partir do imaginário mediado entre os gestores, técnicos, educadores, e comunidades envolvidas nas ações, práticas caritativas e clientelistas que transformam direitos em privilégio ou carência (Chauí, 2005).

Mesmo que, conforme Draibe (2000), a partir da década de 90, tenham ocorrido inovações na estrutura institucional das políticas públicas que podem ser consideradas

positivas²³ - tais como a provisão e o exercício de direitos sociais básicos aos setores afetados por tipos e graus variados de exclusão, com a assistência passando a ser encarada conceitualmente e legalmente como direito social e não como favor ou benevolência - as práticas cotidianas não estão imunes às representações sociais²⁴ históricas sobre os jovens pobres.

Apesar do novo discurso de direitos, cidadania e inclusão estar em voga, práticas higienistas, caritativas e de controle perpassam por dezenas de anos através de algumas gerações. As redes de relações sociais tanto de técnicos, gestores e educadores do programa, como as dos jovens – amigos, família, colegas de trabalho, vizinhos – vivenciaram e vivenciam mais concretamente um cotidiano simbólico do “menor” ou do jovem “vagabundo e perigoso” do que um cotidiano mediado por uma cultura de direitos.

Tais redes de sociabilidade também são redes de significação, oferecendo elementos simbólicos que permitem a representação social sobre os fatos e fenômenos que vivenciam coletivamente. Essas redes constroem um olhar não apenas sobre as crianças e jovens em situação de miserabilidade, violência, mas também sobre os bairros periféricos e sobre as práticas e programas que são desenvolvidos junto aos mesmos. O discurso de inclusão e cidadania, muitas vezes pode ser apenas uma fala. Por detrás do mesmo, perpassam significantes, percepções, representações simbólicas mediadas cotidianamente, constituídas num longo processo histórico das ações destinadas às infâncias e juventudes vivenciadas em condições de pobreza, de “marginalidade²⁵” e segregação social.

2.3 O debate sobre exclusão – situações e processos diversos amarrados em um único conceito

O tema exclusão social tornou-se, nos últimos anos, palco de debate na academia, nos movimentos sociais e governos. Segundo autores como Paugam (1999), Castel (2004) e Martins (1997), o termo tem sido usado de forma massificada, generalizada e confusa nestes

²³ A autora também considera positivos avanços como a descentralização de políticas para os níveis municipais, as parcerias entre governos e movimentos sociais e ampliação dos canais de participação social em fóruns participativos (Draibe, 2000).

²⁴ O terceiro capítulo comenta os conceitos de imaginário e representações sociais utilizados.

²⁵ Situação de quem está à margem dos avanços econômicos, técnicos, culturais, políticos de uma sociedade da qual é considerado membro por uma determinada legislação em um território nacionalmente constituído. Muitos, em uma conjuntura de extrema desigualdade, são membros fictícios, já que na prática, estão marginalizados em processos segregatórios diversos.

espaços, sendo aplicado em diversas circunstâncias que não possuem semelhança, retirando-lhe a efetividade como conceito ao ser banalizado.

Castel (2004), ao retratar a questão da exclusão na França pelo viés da análise do atual processo de ruptura das seguridades sociais garantidas pelo seu modelo de Welfare State a partir segunda metade do século XX, sugere que o termo exclusão seja substituído pelo termo “desfiliação”. Segundo o autor, este conceito seria mais adequado para a análise do processo de desintegração dos laços de sociabilidade e seguridade social que vêm ocorrendo na sociedade francesa, a partir do fenômeno que ele denomina como “crise da sociedade salarial”.

Para o autor, a expansão desta situação de “desfiliação” ocorre em função do acirramento das relações contratuais de trabalho e do desmonte do Estado de Bem Estar Social frente às mudanças tecnológicas e econômicas trazidas no desenrolar do capitalismo global. Frente a este contexto, Castel propõe um modelo de explicação sociológica construído em zonas de “filiação e desfiliação” social, as quais representam zonas de desintegração social do tipo centro-periferia.

Neste caso, o centro seria a zona de maior integração social, na qual se encontram as pessoas beneficiárias das proteções sociais operacionalizadas pelo trabalho formal que ocorria em larga escala na sociedade salarial proveniente do modelo de produção econômica fordista. Na zona intermediária, considerada de instabilidade, estariam os membros da sociedade que possuem laços sociais através de outras instituições, como família, escola, igrejas, porém sem relações contratuais de trabalho ou com relações de trabalho precárias e instáveis. Na zona mais periférica, “*caracterizada pela perda de trabalho e pelo isolamento social*”, estariam os chamados *desfiliaados*, que não encontram mais trabalho e nem as garantias sociais advindas do mundo do trabalho (Idem, 2004, p.23).

Entretanto, a realidade francesa de “desfiliação” não pode ser comparada de maneira idêntica ao caso brasileiro, já que os processos de exclusão no Brasil ocorrem tanto numa ordem de *desfiliação* a qual Castel se refere, tanto quanto numa série histórica de *sobrantes* do desenvolvimento econômico urbano ou rural (Ferraro, 1999), que vincula uma parte da população considerada excluída à dinâmica econômica de maneira marginal e instável (Martins, 1997) - situação que os levaria a viver, também de maneira marginalizada, a sua cidadania (Souza, 2003).

No debate sobre exclusão, Kowarick ressalta que, no Brasil, a fragilização dos direitos sociais não pode ser considerada apenas como decorrente da desconstrução das garantias sociais da sociedade salarial. Ao contrário do modelo francês de Bem Estar Social, “jamais houve instituições políticas, sindicais ou comunitárias com força o suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger das intempéries do mundo urbano, o morador, o transeunte e o usuário de serviços básicos” (2002, p.16).

Nesta mesma linha de reflexão, Sposati (1999), também ao comparar o caso brasileiro das situações ditas de “exclusão” com os diagnósticos que se fazem sobre a França, ressalta que a exclusão como perda de conquistas pressupõe a efetivação da garantia dos direitos sociais que nunca foram realizados plenamente. Desta maneira a autora analisa que, no caso brasileiro, a exclusão possui uma significação alta em termos de discurso, mas representa “uma perda virtual de uma condição nunca antes atingida e não uma perda real capaz de sensibilizar a sociedade” (Sposati, 1999, p.133). Isso reflete diretamente na condição da banalização das situações tidas como de “exclusão”, como por exemplo, a indiferença que os transeuntes dos centros das cidades apresentam ao passarem por alguém dormindo na calçada.

Essa indiferença pode ser balizada numa análise de Martins (1997), que ao focar a realidade brasileira, sugere a existência de uma sociedade dupla, análoga a uma organização estamental, que abriga duas humanidades. Uma seria constituída de grupos sociais pobres e ricos integrados nas atividades econômicas e com uma posição garantida no sistema de relações de reconhecimento social e político; a outra - uma “sub-humanidade” do atual processo civilizatório - que mesmo inserida precariamente nos processos econômicos advindos do trabalho precário ou do “trambique”, é excluída cotidianamente de espaços sociais e políticos, ficando à margem numa espécie de clivagem social e moral. Situação que reforça processos de clivagem simbólica localizada em relatos²⁶ de estigmatização, de segregação espacial e simbólica²⁷ desses grupos marginalizados que os remete a viver em condições de uma *subcidadania*, conforme Souza (2003).

²⁶ Ver capítulo 5, nos itens 5.2.1 ao 5.2.3 que tratam dos relatos sobre estigmas e segregação desses jovens, bem como suas representações sobre a questão da cidadania.

²⁷ Para Bresciani (2001), viver em espaços tidos como “favelas” trazem a conotação de uma dupla segregação social: segregação pelo fato de habitar o lugar favela e segregação simbólica. Para a autora, estas duas formas de exclusão se misturam e confundem-se, já que a segregação simbólica associa o termo favela à representações pejorativas sobre determinados bairros, restringindo o reconhecimento social dos moradores em clivagens que se efetua no espaço urbano.

Podemos visualizar esta clivagem no caso dramático das inúmeras crianças que se encontram morando ou trabalhando nas ruas das cidades, as quais, muitas vezes, estão inseridas precariamente na economia engraxando sapatos, cuidando de carros ou servindo como “aviõezinhos” ao narcotráfico (Martins, 1997). De acordo com o autor, elas estão inseridas, de alguma forma, nos processos econômicos de renda e consumo na economia global, entretanto, o serviço que prestam compromete sua dignidade. Seguindo essa lógica, num relato sobre crianças que se prostituem nas ruas de Fortaleza, Martins ressalta que “(...) elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente” (idem, p.34).

De uma maneira geral, o uso do termo exclusão nos diagnósticos e debates que embasam a construção de políticas públicas - não apenas para os jovens em situação de pobreza, mas para outras parcelas da população também tratadas como excluídas - tem sido aplicado de maneira diversa e com pouca ênfase nos processos²⁸. Percebe-se, inicialmente, que o debate sobre exclusão vem ganhando forma sobre exclusão de direitos, exclusão da cidadania, do acesso igualitário a direitos tais como: uma escola de qualidade, trabalho, moradia, lazer, cultura e um ambiente natural saudável. O desafio, neste momento, é analisar como essas abordagens podem impactar o desenvolvimento prático das políticas ditas de inclusão em diferentes espaços e situações de precariedade social, econômica que leva crianças, jovens, adultos (...) a situações cíclicas de marginalidade em termos de integração social e econômica ou cidadã no que diz respeito ao reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania.

Considera-se, para fins deste estudo, *inclusão de jovens* como um processo de integração dos jovens na sociedade através do reconhecimento e valorização de suas alteridades e da efetivação de seus direitos enquanto cidadãos. Parte-se do princípio de que estes jovens não podem ser considerados excluídos socialmente, já que participam de redes sociais²⁹ que configuram uma sociabilidade, uma integração e uma previsibilidade. Estando muitas segregados numa condição socioeconômica e simbólica, a partir de um processo de desenvolvimento que alocou suas famílias numa condição sócio-histórica de sobrantes ou de trabalhadores em condições precárias da economia (rural ou urbana), estes jovens, como será verificado no capítulo 6, possuem perspectivas de acesso a direitos como educação e trabalho,

²⁸ É importante considerar os processos tanto para definir diferentes situações de exclusão, como também para compreender as interfaces das situações com as condições contextuais, sócio-históricas que as geram. Neste sentido, as contribuições de Castel (2004) são fundamentais para que as situações excludentes não sejam compreendidas como estáticas, culturais ou apenas como simbólicas em contextos de vulnerabilidade.

²⁹ Sobre o conceito de redes sociais, ver capítulo 5, item 5.4.

além de desejos de um reconhecimento social através desses direitos que possibilite condições de integração e equidade social.

2.4 O viés da cidadania e dos direitos

O programa, na sua proposta de inclusão, apresenta uma conexão direta com o exercício da cidadania destes jovens e da garantia de direitos dos mesmos com a intenção de proporcionar-lhes uma integração em um projeto de nação não estendido até então aos setores mais excluídos em termos socioeconômicos. Nas próprias palavras do Secretário Nacional de Juventude, os objetivos do programa, pensando a realidade brasileira, teriam também um sentido simbólico de “(...) *resgatar uma dívida que o Estado Brasileiro tem para com uma parcela desses jovens que foi excluída de tudo (...) excluída da escola, excluída do mercado de trabalho (...) excluída da cidadania*”. Ou ainda, para o Secretário Adjunto da SNJ “(...) *a questão da cidadania seria a afirmação dos direitos e da participação cidadã da juventude no cenário nacional*”.

O que vai ao encontro com princípios do programa que ressaltam “*oportunidades para todos e direitos universalmente assegurados*” – noções estabelecidas no Projovem Integrado do qual o Projovem Urbano é uma modalidade.

Diante dessa relação, no desenvolvimento da análise proposta neste estudo, procurou-se verificar a variável correspondente aos *sentidos* da cidadania expressos nas representações sociais dos jovens e como suas representações sobre este tema - importante para o programa - teriam capacidade de impulsionar uma maior adesão e engajamento dos jovens nas propostas do Projovem. Como será verificado, o status cidadão parece apresentar para os jovens pesquisados sentidos que podem ser interpretados como vinculados a experiências de cunho paternal, caritativo ou clientelista.

A relação entre direitos humanos e cidadania é palco antigo de discussões nas ciências sociais. Benevides (2009) ao tratar das diferenças e semelhanças entre os direitos humanos e direitos do cidadão, ressalta que a cidadania e os direitos que ela acarreta, dizem respeito à determinadas ordens jurídicas e políticas de um Estado onde, através de uma Constituição, será definido quem é cidadão e garantido legalmente que direitos e deveres este terá de acordo com sua idade, estado civil, condições físicas e mentais, entre outras variáveis. Para a autora,

ao contrário dos direitos humanos, “(...) os direitos do cidadão e a própria idéia de cidadania não são universais (...) estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política” (p.4). Não estariam ligados a valores universais, mas a certas decisões políticas, mesmo que os direitos do cidadão coincidam muitas vezes com os direitos humanos, mais amplos e abrangentes (ibidem).

Vinculada ao jurisnaturalismo emergente com a formação do Estado Moderno europeu, a concepção de cidadania apresenta conotações de direitos universais a serem garantidos pelos Estados. Como ressalta Bobbio (1992), os súditos de um antigo regime político absolutista se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos e garantidos alguns direitos fundamentais, considerados naturais, anteriores ao Estado. E, numa lógica de reconhecimento, no caso clássico inglês analisado na obra “Cidadania, classe social e status” de Marshall (1967), a cidadania se torna um status necessário para o desenvolvimento não-conflituoso do Estado-Nação naquele país. Um status de igualdade capaz de mediar e mitigar as desigualdades encontradas na ordem econômica liberal nascente e favorecer a integração em um projeto comum de nação (Souki, 2006).

Num olhar a ser considerado sobre o tema da cidadania e da afirmação de direitos, Arendt (1999; 2007), situando-se contra um pano de fundo totalitarista do século XX, resgata a valorização e o reconhecimento do espaço público como fundamental para a vida coletiva e demonstra que a ação - como o conceito central de sua teoria política - se materializa no cidadão, o qual não é um status herdado ou concedido, mas sim um elo de reconhecimento entre sujeitos singulares que se fazem sujeitos reconhecidos pela sua ação na *polis*. Para a autora, não há possibilidade de reconhecimento dos direitos humanos e de valores universais para a dignidade humana sem a ação participativa dos sujeitos no espaço político que definirá esses direitos. Ressalta, desta maneira, aspectos de uma cidadania ativa. Para ela, é pelo exercício da cidadania que as desigualdades sociais podem ser confrontadas e modificadas.

Porém, este exercício cívico precisa estar apoiado em princípios que reconheçam a igualdade política, o que remete a necessidade de garantir um status cidadão igualitário para todos os envolvidos. Para Arendt, os homens não conquistam a condição de igualdade pelo nascimento ou por uma universalidade natural de seus direitos. A efetivação dos direitos só é possível através da participação ativa que possibilita construí-los na coletividade, já que não podem existir regras a priori da ação (Idem 1993; 1999).

O agir político e o espaço de reconhecimento para este agir parecem estar umbilicalmente interligados. Se a ação política na *polis* é uma condição para garantir efetivamente uma ordem humanitária igualitária, o consenso necessita de um espaço legítimo para a ação que venha a garantir direitos e enfrentamentos das desigualdades.

No Brasil, os direitos - sejam eles os “humanos” mais abrangentes ou civis, políticos e sociais que compõem a cidadania na perspectiva de Marshal (1967) e Carvalho(2002) - tendem a não universalidade ou a serem garantidos institucionalmente de maneira tardia e pouco reconhecida³⁰ pelas populações marginalizadas no processo civilizatório moderno. Principalmente quando estes direitos estão ancorados em experiências conectadas a uma longa tradição de uma cidadania concedida ou tutelada dentro de uma experiência política historicamente autoritária e patrimonialista (Fedozzi, 1998) ou de uma lógica benevolente de governabilidade³¹.

Basta verificar o quanto estes jovens que integram o Projovem Urbano demonstram não perceber a cidadania como um eixo de mobilização para realização de suas expectativas futuras, conforme análise apresentada no capítulo seis. Situação que limita não apenas as poucas chances desta ser um tema mobilizador de seus engajamentos cívicos nas suas comunidades – uma das finalidades que parecem tangenciar este eixo do programa - ou de suas adesões em políticas sociais emergenciais voltadas a intervir nas suas condições históricas de pobreza ou “exclusão”. Mas, principalmente, limita suas ações, seu engajamento coletivo e cidadão para alterar as condições das atuais políticas oferecidas, dentre elas o Projovem, para que as mesmas possam vir a lhes garantir mais do que um status político de igualdade ou condições ditas “iguais” em termos de oportunidades, mas oportunizar uma situação mais justa e equitativa de vida de acordo com suas expectativas³².

³⁰ Mesmo que os jovens, na pesquisa, demonstrem reconhecer apenas minimamente as questões que envolvem seus direitos, existem estudos, realizados entre as décadas de 80 e 90 que indicam o surgimento de grupos das camadas populares, articulados em partidos políticos, movimentos sociais, e em outras formas de organizações associativas, com discursos voltados a promoção de direitos e ao exercício da cidadania, no período de redemocratização brasileira. Ver Telles (1994); Sader (1988) e Gonh (2003).

³¹ Que envolve a doação, a caridade. Nietzsche, em *Para além do bem e do mal*, destaca de maneira intrigante a bondade como signo de virtude da nobreza, a qual apresentava um discurso de compaixão para com os pobres, numa relação de estabelecimento e reconhecimento de seu poder supremo. Aí pode haver um elo simbólico com a história dos direitos sociais no Brasil serem compreendidos como “concedidos” pelo “bom governo” às classes trabalhadoras, e a assistência como caridade aos setores excluídos da população. Essa correlação não é determinante e necessita ser aprofundada. Na relação com a concessão de direitos sociais de maneira não universal na trajetória da cidadania no Brasil, também é preciso considerar o jogo de alianças das elites políticas com setores industriais e agrários a partir do Estado Novo, num projeto nacional populista (Souki, 2006).

³² Ver capítulos 5 e 6.

Quando se abrange outros atores envolvidos no debate sobre o tema cidadania, estudos demonstram que concepções ou projetos de inclusão cidadã de estratos mais pobres da sociedade estão interligados em uma ótica de controle de riscos por parte das elites nas cidades urbanas. Numa análise da cidadania enquanto projeto modernizador do Estado nacional no Brasil, Souki (2006) analisa heurísticamente que o sentido da consolidação da cidadania, por parte das elites, políticas, econômicas, culturais, tende a estar ligada a um projeto de minimização de riscos da violência ocasionadas pela desigualdade – *a ameaça da desigualdade pesa sobretudo como uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal*”, conforme conclusões que a autora retira de estudo realizado por Reis (2000).

Para Souki, além destes fatores, a cidadania como projeto minimizador das desigualdades e como processo de integração não ocorreria plenamente também devido a tendência de haver um frágil compromisso das elites nacionais no Brasil com o fortalecimento e desenvolvimento de uma nação. Referindo-se ao caso de desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, em sua análise sobre a atualidade de Marshall em estudos sobre a cidadania no Brasil, ela destaca que as elites inglesas pareciam construir

[...]um mundo para viverem e uma sociedade para si e seus descendentes [...]nesse projeto, estava incluída a preocupação com a convivência com a desigualdade de maneira a não afetar seu bem-viver, seja por razões sanitárias, demográficas, econômicas, humanitárias, estéticas ou pragmáticas (Souki, 2006, p.10).

No caso brasileiro, diante de riscos eminentes, a elite nacional sempre tendeu a deslocar familiares e recursos para outros países, como uma opção, uma alternativa, diante de um projeto que fracassasse (ibidem)

O viés da cidadania moderna³³, como um caráter mediador de desigualdades e integrador e entre diferentes estratos socioeconômicos dentro de um projeto de Estado Nação em desenvolvimento - caráter apresentado de maneira mais subliminar na obra de Marshall (1967), segundo análise da autora – parece, dentro dessas condições, ter pouco sentido para as elites brasileiras.

Para Reis (2000), a preocupação com a pobreza e com a exclusão é tratada de maneira recente pela elite nacional, situação de enredo das duas últimas décadas do século XX.

³³ De acordo com uma análise de Fedozzi (1998), o termo é utilizado para designar a maneira como a cidadania se desenvolve no período moderno, distinguindo-a da experiência da cidadania surgida na antiguidade da sociedade ocidental, nas cidades-Estado da civilização greco-romana.

Situação que coincide com a multiplicação da pobreza no Brasil urbano e em outros países até então considerados de “Terceiro Mundo” diante do desenvolvimento tardio da industrialização e da mecanização da lavoura em relação a nações do hemisfério norte e do conseqüente crescimento urbano, acompanhado por medidas de ajuste econômico operados pelas economias centrais sobre países de capitalismo periférico (Davis, 2006).

A cidadania como elo integrador, de inclusão social (Souki, 2006), numa perspectiva ativa (Bevenides, 1991; Arendt 1993; 1999) que enfrente desigualdades e injustiças sociais e que venha romper com uma postura de tutela, concessão ou regulação sobre direitos sociais, civis e políticos (Sales, 1994; Santos, 1987 apud Fedozzi 1998), implementados de maneira não universal na trajetória política brasileira, a qual se diferencia do caso empírico analisado por Marshall (Carvalho, 2002; Souki 2006), tende a trilhar longos caminhos, seja na esfera da ação dos atores envolvidos num espaço comum de interdependência ou na esfera das representações simbólicas dos mesmos que compreenda a alteridade como signo de igualdade na construção do *status cidadão*.

A consolidação da cidadania destes jovens inseridos no Projovem Urbano – na perspectiva da participação ativa e da efetivação dos direitos destes e de outros grupos etários que vivenciam suas trajetórias sociais à margem dos avanços econômicos, políticos, culturais – parece desafiar mais do que as condições de tutela, concessão, ou controle, mas também seus elos com experiências cívicas mediadas em códigos de menores³⁴, em preocupações com a segurança pública (Reis, 2000), na vigília sobre jovens pobres que se sentem cerceados quando negados direitos fundamentais como o de ir e vir³⁵. Estes apontam apenas alguns desafios para que o status e a condição da cidadania sejam alcançados por sujeitos que se reconheçam e sejam reconhecidos como tendo *direito a ter direitos*, de acordo com a ótica filosófica fundamentada na obra de Arendt (2007).

³⁴ Conforme crítica à doutrina Menorista existente com relação a história das políticas sociais para infância no Brasil. Ver Rizzini (1995; 1997).

³⁵ Ver capítulo 5, situações de segregação simbólica e espacial dos jovens da periferia urbana, sendo vigiados pela polícia ou pela sociedade externa às suas comunidades, quando estigmatizados como potencialmente perigosos; ou vigiados por parentes e vizinhos quando em situação de desemprego, ficando então estigmatizados como “vadios, vagabundos”.

2.5 A situação socioeconômica de jovens no cenário nacional e local como desafio a proposta de inclusão cidadã do programa

A situação histórica de desigualdade na distribuição de recursos econômicos, técnicos, culturais e políticos entre os membros de uma comunidade nacional, regional ou global e a conseqüente condição de miserabilidade, violência, desemprego que boa parte de suas populações vivem, atinge os mais diversos segmentos da nossa sociedade. Atualmente, são diversas as ações que se apresentam para esta realidade nos recortes temáticos de gênero, etnia, classe e gerações. Neste último recorte, as ações para a juventude são ainda muito incipientes e o Projovem, como uma ação relativamente nova e emergencial, tem a intenção de articular e fortalecer ações para esta população de grande representatividade demográfica.

Com relação a aspectos demográficos, os dados sobre a representatividade populacional do segmento juvenil e sua situação socioeconômica chamam a atenção das autoridades governamentais para a necessidade de criação políticas públicas para esta segmento. Segundo dados do IBGE apresentados no estudo do IPEA intitulado *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* (2008), em 2006, os jovens entre 15 e 29 anos de idade somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população nacional total. Ainda, segundo o estudo, este contingente é 48,5% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51,3 milhões projetados para 2010.

Em relação à concentração urbana e rural, censos do IBGE apontam para uma triplicação da população juvenil urbana entre os anos de 1970 e 2000, passando de 10,8 milhões para 30,8 milhões (Projovem, 2007).

Outros dados estatísticos são relevantes para visualizar o contexto em que o universo juvenil brasileiro se encontra. Sobre o tema desemprego, este se apresenta como um problema cada vez mais grave para os jovens entre 15 anos e 29 anos, que já respondem por 46% do total de indivíduos nesta situação no país. A qualidade da ocupação é outro problema sério: 50% dos ocupados entre 18 anos e 24 anos são assalariados sem carteira, ficando em 30% para os que têm de 25 anos a 29 anos de idade. Por fim, a insuficiência de rendimentos é um risco para boa parcela da juventude brasileira: 31% dos indivíduos entre 15 anos e 29 anos podem ser considerados pobres, pois têm renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo (Castro e Aquino, 2008).

Estes dados sobre pobreza, os quais também estão relacionados com o tema “exclusão”, podem ser retratados também no viés da desigualdade da distribuição de renda apresentada no cenário nacional. De acordo com o *Atlas da exclusão social* (Poschmann, 2004), a renda dos 10% mais ricos da população brasileira correspondeu em 2003 a cerca de 45,3% do PIB nacional. Para piorar este quadro de desigualdade, segundo a pesquisa, quando se incluem dados sobre patrimônio, a concentração elevou-se para 75,4% do total de riqueza patrimonial no Brasil.

Sobre escolaridade da população juvenil, os dados apresentados no cenário nacional também são preocupantes, já que a educação poderia ser uma alavanca para diminuir os processos de exclusão e desigualdade encontrados. Segundo indicadores da PNAD, da população com idade entre 18 e 24 anos, 2,8% são analfabetos, 68,3% não freqüentam atividades regulares de ensino e 19,9% não concluíram o ensino fundamental. Na faixa dos 25 aos 29 anos de idade, esta situação se agrava, já que 4,7% são considerados analfabetos, 87,0% não freqüentam mais a escola e, destes, 28,3% não concluíram o ensino fundamental (Castro e Aquino, 2008).

Em relação à região metropolitana de POA, na qual o recorte empírico de investigação desta dissertação está inserido, a população juvenil também é um segmento importante em termos de representatividade demográfica. Ao todo são 705.462 jovens com idade entre 15 a 24 anos³⁶, representando 18,2% da população total (IBASE, 2006, p.80). Em Novo Hamburgo, o extrato juvenil é ainda mais representativo, já que são ao todo 49.205 jovens que representam cerca de 20,8% da população. (IBGE, 2003)

Sobre os indicadores sociais, Novo Hamburgo apresenta, de maneira semelhante ao cenário nacional, realidades não muito favoráveis nas questões de renda, desigualdade, educação. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (IPEA, 2003), cerca de 38% da população jovem deste município – neste caso considerada com idade entre 18 e 24 anos conforme dados disponíveis – tem menos de 8 anos de estudo. Sobre a renda da população, cerca de 20,5% são considerados pobres e 5,4% estão na linha da indigência. Em relação à desigualdade na distribuição de riquezas na cidade, de acordo com as informações do último censo, sintetizadas neste Atlas, o percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos está em torno dos 43%, enquanto que o percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres gira

³⁶ Os dados disponibilizados neste estudo do IBASE delimitavam a população juvenil na faixa dos 15 aos 24 anos.

em torno dos 3%. Ainda sobre a renda, o percentual de pessoas que sobrevivem no município com mais de 50% da sua renda sendo originada de programas de transferências de renda é de 13,4%, ou seja, cerca de 40 mil pessoas dependem economicamente, em grande parte, da transferência de renda governamental.

Esta realidade socioeconômica do desemprego e da miserabilidade se apresenta numa perspectiva histórica que vem se acirrando nas últimas décadas não só em Novo Hamburgo, mas em toda a região do Vale do Sinos³⁷ e metropolitana de Porto Alegre. O acirramento das condições sociais desta cidade ocorreu principalmente em função da crise da matriz produtiva do Vale do Sinos – o setor coureiro-calçadista – num momento concomitante com o crescimento populacional urbano da cidade e região³⁸. Sem dúvida alguma, a face da miserabilidade, do desemprego e da falta de perspectivas futuras atinge de forma brutal as populações jovens dessa região.

O processo de crise sucedido por falências neste setor ocorreu, num primeiro momento, no período de 1995, no qual a paridade entre o dólar e o real diminuiu vertiginosamente a sua capacidade competitiva no mercado internacional. Num segundo momento, a partir de 2000, com a ascendência de países como a China e a Índia³⁹ no mercado de calçados globalizado e com a migração deste setor para outras regiões do país, ocorreu uma diminuição da capacidade competitiva do Vale também no mercado nacional, acirrando ainda mais o nível de desemprego ou de exploração da parcela da população que continuou empregada. Essas mudanças ocorridas no cenário econômico, trazem conseqüências diretas para o município de Novo Hamburgo como a ampliação da vulnerabilidade juvenil que representava boa parte da força-de-trabalho empregada neste setor.

³⁷ Região composta por municípios por onde cruza o Rio dos Sinos. Novo Hamburgo pertence a esta região, ao mesmo tempo que é considerado como cidade integrante da região metropolitana de Porto Alegre, ficando a cerca de 40 km da capital.

³⁸ Conforme dados dos censos do IBGE, estima-se que a população urbana no RS cresceu mais de 170% entre os anos de 1960 e 2000 - cerca de três milhões para mais oito milhões de habitantes. (CEDOPE, 2001)

³⁹ A China, devido à superpopulação e às condições precárias de vida da mesma, permite aos investidores uma exploração da força de trabalho superior a do Brasil, colocando o calçado chinês com um preço mais competitivo neste mercado global.

Conforme o estudo realizado pelo PDRA⁴⁰ (Programa de Desenvolvimento Regional e Autonomia) em 2001, os dados sobre desemprego na região se tornaram dramáticos no momento inicial da crise deste setor.

A crise do emprego aparece como questão de maior relevância no Vale a partir da metade dos anos 90. Segundo dados dos sindicatos de Novo Hamburgo e de Sapiranga, “em Novo Hamburgo, de 1991 a 1996, 44 fábricas fecharam suas portas, desempregando 5.188 trabalhadores (...). Em Sapiranga, ocorreram no mesmo período, 50 falências, desempregando cerca de ¼ dos trabalhadores assalariados, sendo que em alguns bairros os índices de moradores sem vínculos empregatícios ultrapassavam os 30 % (CEDOPE, 2001, p.4)

Esta situação de crise vinha sendo medianamente contornada pelas fábricas e novos empreendimentos que surgiram nos últimos dez anos. Entretanto, no último ano (2008), com a nova crise do mercado financeiro, percebem-se novamente os rumores⁴¹ da elevação dos níveis de desemprego na região. Mesmo que os indicadores de emprego venham a demonstrar poucas diferenças estatísticas sobre o tema, devido ao aumento de investimentos em outros setores - como o da construção civil - é preciso levar ainda em consideração que frente ao contexto relatado, coexistem processos de precarização das relações contratuais a qual estão submetidos estes jovens e outros trabalhadores da região, sendo colocados “à margem” não pelo desemprego crônico, mas pelo sub-emprego e sub-contratação que aumentam suas incertezas com relação ao futuro, quando fragilizados das proteções sociais advindas da “sociedade salarial” (Castel, 2004). Ou, ainda, coexistem com processos que tem condenado estes jovens a uma clivagem social e moral (Martins, 1997) das ruas, trambiques, bicos instáveis e à marginalidades simbólicas de uma “subcidadania” (Souza, 2003) representada e reproduzida cotidianamente no imaginário de diferentes estratos sociais.

⁴⁰ O PDRA se constituiu enquanto fórum de debates sobre o desenvolvimento na região do Vale iniciado em 1997, articulando universidades, movimentos sociais, sindicatos, secretarias municipais de governo.

⁴¹ Segundo dados informais relatados pelos jovens no momento das entrevistas, empresas ligadas à rede de produção calçadista estavam novamente decretando falência. Outras, no atual momento econômico, não vinham conseguindo manter seus vencimentos em dia.

Parte II

CAPÍTULO 3

Definições acerca dos saberes dos jovens investigados

Ao longo desta dissertação, procurando responder as questões e hipóteses formuladas que guiaram o estudo, análises de cenários, de cotidianos e de subjetividades são realizadas utilizando-se conceitos⁴² tais como imaginário social, representações sociais e reflexividade, na tentativa de compreender as percepções apresentados pelos jovens sobre o Projovem Urbano e seus saberes sobre as possibilidades de efetivação de alguns princípios conectados ao programa, tais como integração, mobilidade social e cidadania.

Em relação ao *imaginário social*, este conceito tem sido utilizado de maneira amplamente disseminada e referenciando em diferentes abordagens teóricas nas ciências sociais, da mesma forma que outros conceitos como os de juventude, cidadania e exclusão - definidos na introdução e segundo capítulo - também o são. Não sendo definida por um objeto explícito – como a sociologia urbana, da educação, do trabalho, das organizações – a sociologia do imaginário, nas suas múltiplas interpretações teóricas, “cerca transversalmente a sociedade: vida cotidiana, política, ciência, religião (...)”, procurando alcançar “motivações profundas (...) e circuitos dinâmicos que subjazem e animam as sociedades humanas” (Legros, 2007, p.9).

Numa relação com os saberes e com a constituição simbólica destes saberes construídos no cotidiano relacional dos jovens estudados, o imaginário abordado pode ser encarado, quando comparado às tradições sociológicas clássicas, de maneira conectada às contribuições teórico-metodológicas weberianas. Nesta abordagem, mais do que um elemento estrutural que regula a vida dos agentes, o imaginário passa a ser encarado como um constructo social ativo, em permanente processo, que gera sentidos e possibilidades de compreensão dos agentes sobre o “real”, sobre as ações e suas motivações. Ao mesmo tempo gera possibilidades para que o investigador social compreenda as percepções dos jovens sobre

⁴² Há outros conceitos - como *estigma*, *outsiders*, *redes sociais*, *identidade* - que se entrelaçam à análise de maneira complementar. Estes conceitos são definidos no corpo da própria análise desenvolvida, na tentativa de tornar a leitura mais dinâmica.

o Projovem Urbano, a partir da investigação sobre um saber comum, prático e cotidiano, mediado permanentemente numa *teia de significados* presentes em seus contextos locais (Geertz, 1997). Compreensão essa que leva a uma análise hermenêutica sobre as percepções que estes jovens possuem sobre os limites e possibilidades do Projovem ser uma via de realização de suas expectativas, bem como sobre as motivações que os levam a se matricular, participar e, na maioria dos casos, não permanecerem no programa.

Parte-se do modelo compreensivo, onde as atividades humanas podem ser interpretadas através dos sentidos socialmente construídos que incidem sobre as motivações destas atividades, onde tais sentidos, em boa parte, podem ser apreendidos heurísticamente a partir das compreensões expressas pelos próprios agentes, em um primeiro plano de interpretação⁴³. Mesmo que a consciência sobre as atividades não seja clara e objetiva, onde o conhecimento sobre a “realidade”, ou sobre as causas e consequências das ações, ocorra de maneira tácita ou não-consciente (Giddens, 1989).

Se em muitos casos, a atividade é desenvolvida “em uma obscura semi-consciência ou na não-consciência do sentido visado”, com o agente agindo, “na maioria dos casos, obedecendo a uma impulsão ou ao costume, e ocasionalmente tendo consciência do sentido (Weber, 1991,p. 19), é dentro dessas possibilidades e com estes elementos aparentemente disponíveis que este estudo se desenvolve.

Além dos elementos discursivamente expressos pelos jovens pesquisados sobre seus objetivos, expectativas, motivações, receios, frustrações com relação ao Projovem Urbano, outros elementos foram sendo mapeados e interpretados no constructo explicativo desta dissertação para compreender e associar o “dito” com o “não-dito”, “não-compreendido” ou “parcialmente compreendido” por estes jovens. Essa tarefa se deu na tentativa de mapear saberes práticos às vezes ocultos pelos agentes investigados – seja na interação com o pesquisador mediada em comportamentos predispostos por códigos de condutas sociais

⁴³ Aos sociólogos, numa tradição sociológica compreensiva, caberia organizar esses sentidos e expressá-los analiticamente de maneira articulada a certos conceitos e abstrações que permitiriam uma compreensão mais apurada e detalhada das motivações que engendram a vida social. Neste sentido, descordo de Giddens quando ele ressalta que muito do que as ciências sociais descobrem sobre “a realidade social” já é conhecida pelos agentes sociais nos seus contextos de interação investigados pelos cientistas sociais; mesmo que finjam, num viés demonstrado por Goffman (2007), não conhecer ou não saber (Giddens, 1989). Sobre as motivações e o sentido social da ação, a dupla hermenêutica cunhada como episteme sociológica por Giddens - como ferramenta e como processo de re-significação que o cientista social faz sobre o social investigado - gera um novo olhar externo que permite articular novos e antigos elementos, situações, contextos da vida social, fazer comparações e gerar novas abstrações que permitem uma outra e muitas vezes, mais apurada, compreensão dos fenômenos.

previamente esperadas (Goffman, 2007) ou na condução tácita da ação que permite uma realização segura da mesma, mas que nem sempre é passível de explicação discursiva por parte dos agentes (Giddens, 1989; 1991).

Estes outros elementos seriam aqueles que permeiam as semelhanças de contextos cotidianos vivenciados entre os jovens pesquisados, tais como a situação social dos bairros onde moram, estigmas e segregação social, redes sociais⁴⁴ de convivência, experiências próprias e de suas redes com escola e trabalho, suas rotinas. Na análise, estes se tornam dados que fazem parte de um enredo organizado e articulado para explicar as expectativas dos jovens para com o programa, a maneira como gostariam que ele impactasse suas condições de vida, suas percepções sobre os limites e possibilidades do Projovem ser uma via de mobilidade e integração social, e como essas percepções incidem sobre suas permanências no programa.

Além do objetivo de mapear saberes práticos dos sujeitos investigados, o mapeamento destes dados também é relevante para que os sujeitos genéricos entrevistados sejam “devidamente contextualizados (...)” e possam, neste contexto “representar o grupo no indivíduo” (Spink, 2003, p.129).

De forma implícita, as representações e saberes dos jovens do Projovem foram compreendidas numa perspectiva construtivista na análise realizada nos capítulos cinco e seis, procurando evidenciar que as representações, enquanto saberes práticos dos jovens, são dinâmicas. Ou seja, passíveis, sim, de resultarem de seus contextos cotidianos, redes sociais e experiências, mas em constante reformulação pela capacidade cognoscente e reflexiva dos agentes (Giddens, 1989) que impactam suas representações mediadas socialmente, as quais, por sua vez, num movimento cíclico, incidem sobre as condições sociais, culturais, simbólicas, identitárias de seus contextos.

De acordo com Corcuff (2001), contra oposições que ao longo do século XX se tornaram clássicas - material *versus* ideal, objetivo e subjetivo, estrutura e ação ou micro e macro - surgiram novas teorias que sugerem um novo espaço de reflexão que o autor chama de *construtivismo social*. De acordo com esta perspectiva, a realidade social tenderia a ser apreendida como construções históricas e cotidianas de atores individuais e coletivos e não

⁴⁴ As quais são interpretadas como redes de informação, significação, segurança e reciprocidade. Ver capítulo 5, item 5.5.

como um processo dado de maneira estritamente coercitivo ou como uma iniciativa racional da natureza humana. Nessa direção, em nenhum momento a análise construída recorre a questões que poderiam ser consideradas puramente estruturais da sociedade ou estratégias estritamente racionais ou individualmente voluntárias dos atores.

Nesta projeção epistemológica construtivista, para o conceito adotado de *representações sociais*, considera-se de fundamental importância a colaboração teórica fornecida por Jovchelovitch (2003). No primeiro capítulo da obra organizada pela autora, Farr (2003) retrata, com um exemplo didático, a importância de pesquisar o que é representado simbolicamente no meio social. O exemplo é trazido das pesquisas realizadas por Moscovici, onde uma figura nova – o profissional de psicanálise ainda pouco conhecido em algumas comunidades rurais da França da metade do séc. XX – era inicialmente interpretado pelo imaginário daquelas comunidades como sendo um sacerdote ou como um médico. A figura do psicanalista seria inicialmente reconhecida através de papéis sociais conhecidos na experiência compartilhada e representada socialmente pelo grupo que vivenciou trajetórias semelhantes em um mesmo contexto social. O papel do psicanalista ancorado pela comunidade na figuração do médico e sacerdote, alterava as relações que se estabeleciam entre o profissional e os sujeitos daquele contexto.

Neste caso, a compreensão dos elementos representacionais, simbólicos, construídos e mediados entre os jovens num cenário relacional desenvolvido em seus contextos cotidianos é de fundamental importância para entender o que conhecem sobre sua realidade e como esse conhecimento vai repercutir nas suas motivações, interesses, expectativas e escolhas em relação ao Projovem, bem como sobre as avaliações que constroem sobre o risco potencial de participarem, se engajarem nas propostas do programa e de não conseguirem alcançar suas projeções.

Para Jovchelovitch, “símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência (...), eles criam o objeto representado, construindo uma nova realidade para a realidade que já está lá” (2003, p.74). Através deste pressuposto, foi possível conhecer as representações dos jovens sobre, por exemplo, o tema da cidadania e como este tema é ou não motivador para suas adesões ao programa. Ou seja, pelos elementos simbólicos presentes em suas falas nas entrevistas ou em respostas apresentadas nos questionários, correlacionados entre si e com os contextos sociais das periferias onde moram.

Com relação ao encaixe do sujeito neste processo representacional, onde este “encaixe” não se dá como um reflexo passivo frente a uma estrutura exterior a ele, a autora ressalta que este “(...) constrói na sua relação com o mundo, um novo mundo de significados(...)”. Ou seja, é através de sua atividade e relação com os outros que as representações têm origem, permitindo uma relação entre o sujeito e o mundo que ele “ao mesmo tempo descobre e constrói” (Ibidem, p.78). Neste sentido, ressalta a autora, o indivíduo não está abstraído de sua realidade social e nem simplesmente condenado a reproduzi-la; ele se encontra em permanente tensão entre o mundo que lhe parece constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito do mesmo.

As representações sociais seriam, assim, uma percepção funcional do mundo que permitiria aos agentes dar sentido as suas condutas e circunstâncias, ao mesmo tempo em que lhes possibilita compreender a realidade através de seus próprios sistemas de referências. Ao se referirem a um objeto ou circunstância, passam a lhes dar um conteúdo socialmente construído, pois quem as formula é um sujeito social imerso em condições contextuais fixadas no espaço e no tempo (Jodelet, 2002).

Como um saber prático dos sujeitos pesquisados, tais representações precisam ser compreendidas no contexto em que se formam e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano (Spink, 2003), enquanto esquemas de percepção que guiam as ações, escolhas e limitam a ansiedade do devir, num fluxo contínuo da ação (Giddens, 1989;1991;2002). Quando consideradas como *estruturas estruturantes* (Spink, 2003), essas podem se apresentar tanto como limites para a capacidade perceptiva dos agentes sobre outras possibilidades de entendimento sobre a “realidade”, como também podem ser consideradas meios facilitadores para que construam seus saberes e conduzam suas ações em uma infinidade de possibilidades presentes no contexto de interação⁴⁵ (Giddens, 1989).

As representações sociais, quando compreendidas em determinado campo de estudos como formas de conhecimento prático, são abordadas como saberes presentes no senso comum (Spink, 2003). Neste mesmo sentido, o senso comum seria também uma forma de conhecimento sobre a realidade social. Quando encarado como motor dessa realidade realizada em constante mudança junto com o próprio conhecimento sobre a mesma, este saber também seria considerado legítimo (Spink, 2003; Giddens 1989).

⁴⁵ Neste sentido, Giddens (1989) destaca que não é possível monitorar todo o fluxo de acontecimentos que ocorrem em torno do agente, da mesma maneira que não é possível monitorar reflexivamente toda a ação.

Na via de interpretação proposta por este estudo, o senso comum dos jovens não seria considerado apenas uma forma válida de conhecimento a ser interpretado, contextualizado e articulado em novas questões teóricas propostas pelo pesquisador social. Mas também, “(...) enquanto teia de significados, um saber capaz de criar efetivamente a realidade social (Spink, 2003, p.120), ou de incidir sobre ela, numa tendência ora monitorada para minimizar riscos, ansiedades, incertezas e atingir certos projetos individuais e coletivos, ora contingente frente às conseqüências impremeditadas da ação (Giddens, 1989).

De acordo com esta perspectiva teórica, os jovens estudados formariam seu imaginário a cerca de suas necessidades, possibilidades, riscos, ou sobre elementos simbólicos apresentados no programa – como inclusão, mobilidade social e cidadania - a partir da vivência nas suas redes sociais de interação que atuariam como redes de construção de significado e de sentido. Significados e sentidos esses que seriam continuamente reformulados a luz de práticas, experiências e de novas informações mediadas com outros jovens, amigos, familiares, pares, vizinhos presentes em seus contextos sociais, os quais vivenciam circunstâncias, limites e oportunidades semelhantes.

Procurando dar conta do “paradoxo aparente na conceituação de representação social como estrutura estruturada e estrutura estruturante” (Spink, 2003, p. 122) - dentro do objetivo de compreender as percepções dos jovens sobre os limites e possibilidades do programa em propiciar a realização de suas expectativas de mobilidade e integração - foram adotados, como suporte teórico, conceitos que deram subsídios para a análise sobre a reflexividade dos saberes destes agentes nas condições em que vivem. Procurando compreender o sentido reflexivo da ação dos jovens matriculados no Projovem Urbano, foram adotadas definições presentes na teoria da estruturação de Giddens, tais como a de *reflexividade dos agentes* presente na *consciência tácita e discursiva* dos mesmos (1989).

Parte-se do princípio de que os saberes práticos cotidianos – interpretados no viés tácito das rotinas ou de expressividade discursiva em que se apresentam esses saberes – são modificados à medida em que informações renovadas⁴⁶, aceleradas no período moderno, chegam ao contexto de interação desses jovens onde são compartilhadas com seus familiares,

⁴⁶ Em relação à capacidade cognoscitiva dos atores que resulta na apreensão de novas informações no cotidiano, estas irão informar a “memória” dos agentes, que “nada mais pode ser senão um modo de descrever a cognoscitividade dos agentes humanos” (Giddens, 1989, p 39).

amigos e pares com quem convivem cotidianamente, exigindo o monitoramento reflexivo⁴⁷ dos mesmos a ser operacionalizado na reprodução segura da rotina ou na reelaboração da ação e de seus objetivos frente a novos desafios encarados como riscos ou oportunidades.

Sobre seu conceito de reflexividade, Giddens sugere que:

[...] a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (Giddens, 1991, p. 45).

Nessa perspectiva, torna-se um desafio deste estudo compreender, por um lado, o universo simbólico que faz parte do contexto de ação destes jovens e que possibilitam mediar socialmente significados e condutas, e, por outro lado, a reflexividade desenvolvida em seus contextos cotidianos sobre os limites e possibilidades de mobilidade e integração social pelo programa Projovem.

A reflexividade se daria no passo do desenvolvimento de uma atividade prática cotidiana “consciente”, dado o conhecimento sobre essa atividade que estes atores possuem e sobre suas circunstâncias e contextos que, em parte, também os informam sobre as motivações que geram a mesma. Essa *consciência* seria um saber constantemente renovado a partir de informações e experiências compartilhadas entre os atores nos seus contextos de interação local e global – de acordo com os pressupostos da modernidade tardia (Ibidem).

Nem todo conhecimento desenvolvido pelos agentes, ou por estes jovens no caso estudado, pode ser considerado, passível de ser expresso de modo plenamente discursivo pelos mesmos. Muito do que sabem, como assinala Giddens (1989; 1991), provém de um conhecimento tácito adquirido na rotina, que garante uma certa segurança e estabilidade diante de tantas possibilidades e incertezas presentes no devir de suas ações e escolhas. Não podendo controlar constantemente todo o fluxo da ação, situação que geraria um alto grau de ansiedade praticamente impossível de suportar diante de tantos elementos que cercam as escolhas e a confiança para desenvolver as atividades práticas, os agentes tenderiam a monitorar reflexivamente de maneira contínua as suas ações, em grande parte, por este viés tácito da *consciência prática* (Ibidem). A *consciência discursiva* ficaria, assim, nos limites das

⁴⁷ Para Giddens, o sentido no qual “(...) a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana” se dá no pressuposto de que “os seres humanos se matém em contato com as bases (...) - tácitas e explicativas – (...) do que fazem como parte integrante do fazer” (1991, p.43). O autor denomina essa atividade de manter-se em contato de “monitoramento reflexivo da ação” (1989; 1991).

condições em que os atores são levados a justificar ou compreender o que fazem e porque fazem (ibidem).

Ao considerar, ainda, que parte do contexto da ação não é monitorada pelos agentes, diante da complexidade que envolve os fenômenos que os cercam e diante das escolhas em que precisam focar suas atenções, Giddens (1989) apresenta uma análise importante sobre a atenção seletiva na conduta cotidiana,

[...] em todo e qualquer contexto de atividade estão se passando muito mais coisas do que aquilo que o ator assiste, acontecimentos e qualidades que escapam a atenção. A resposta comum é que o material redundante é filtrado [...]. Entretanto, a seleção é um processo mais positivo do que negativo; expressa envolvimentos ativos de agentes em seus respectivos ambientes.

[...] tem sido sugerida a existência de mecanismos neurais definidos que controlariam esse processo. Mas acontece que esse tipo de teoria não só trata o indivíduo como um receptor de *input* essencialmente passivo, como depende também de uma dissociação entre percepção e memória, pois supõe-se que, embora percebamos tudo em nosso ambiente, em qualquer momento dado, boa parte do que é percebido é bloqueado, muito rapidamente esquecido (p. 38-39).

Em relação às possibilidades de cognoscitividade destes sujeitos que precisam focar sua atenção de maneira seletiva em escolhas positivas que fazem parte do desenvolvimento da ação em contextos conhecidos tácita e discursivamente pelos mesmos, o autor procede com uma fundamental diferenciação entre memória, recordação e consciência:

Aquilo que a pessoa está “cônschia” não pode ser fixado em determinado ponto no tempo⁴⁸. Precisamos distinguir, portanto, entre consciência, como conhecimento sensorial⁴⁹, memória, como a constituição temporal da consciência, e recordação, como meio de recapitular experiências passadas de modo a focalizá-las no fluxo da ação. Se a memória se refere a esse domínio temporal tão inerente na experiência humana, então a consciência discursiva e prática se referem a mecanismos psicológicos de recordação, conforme utilizados em contextos de ação. A consciência discursiva implica as formas de recordação que o ator é capaz de expressar verbalmente. A consciência prática envolve a recordação a que o agente tem na *dureé* da ação, sem ser capaz de expressar o que assim sabe (Ibidem ,p. 39).

⁴⁸ A consciência quando encarada como expressividade que se desenvolve em um certo momento, “(...) corresponde aproximadamente a consciência discursiva”. “Nesse sentido, “consciência” pressupõe estar o sujeito apto a fazer um relato coerente de suas atividades e das razões que as motivaram.” (Giddens, 1989, p. 36). Quando questionados sobre suas ações e motivos, os atores elaborariam no discurso um saber prático já existente que o auxiliou na condução das ações até então realizadas.

⁴⁹ Em relação às compreensões para o “estar consciente”, como sinônimo de sensibilidade, de quem volta, por exemplo de um coma. Em relação a esta situação, “ser consciente”, como “registrar uma gama de estímulos circundantes”, o autor ressalta que “nada existe de especificamente reflexivo quanto à consciência assim entendida” (Ibidem, p. 35).

Um ponto importante dessa perspectiva teórica é que, mesmo num contexto de ampliação da reflexividade pelas condições da atual modernidade, nem todas as conseqüências da ação podem ser previstas – fenômeno sugerido como conseqüências impremeditadas da ação (Giddens, 1989). Neste sentido, por mais que seja considerada para fins deste estudo a atividade de monitoramento reflexivo da ação desenvolvida pelos jovens investigados - não sendo possível “ontologicamente” monitorar tudo constantemente, nem todas as motivações e contextos e nem todas as conseqüências da ação - o fluxo de suas ações passa a ser considerado também parcialmente contingente. Nesse sentido, os saberes práticos dos jovens sobre os limites encontrados em seus contextos para que atinjam uma esperada mobilidade e integração social, quando passam a conduzir a ação dos jovens dentro do programa, podem limitar as suas adesões em uma das poucas oportunidades que lhes foram até então ofertadas, dentro de um contexto de desigualdades e de uma trajetória de vida precária em relação ao acesso a educação, trabalho digno e cidadania.

Quanto ao entendimento sobre ampliação da reflexividade num contexto de modernidade tardia, cabe ressaltar que esta é encarada de modo relativizado neste estudo, de acordo com o contexto vivenciado pelos jovens nas periferias urbanas. Essa reflexividade ampliada seria aquela propiciada pelas situações as quais Giddens denomina como de desencaixe, de separação do tempo-espço local como sistema de referência nas sociedades tradicionais, de ampliação das experiências individuais com situações longínquas da realidade local, de confiança em sistemas peritos abstratos para controlar novos riscos aparentes. Situações essas que geram um sentimento de insegurança e que exigem uma maior atenção, ou monitoramento, a novas circunstâncias, riscos, e oportunidades, incidindo sobre a condição reflexiva dos agentes (1991; 2002).

Essa relativização é trazida como uma mediação entre as oportunidades ofertadas pela modernidade e as circunstâncias próprias da pobreza que prevalece nos bairros suburbanos, que limitam, em parte, o acesso destes jovens a estas oportunidades - dadas as suas condições precárias de vida, as necessidades emergenciais de sustento próprio e da família, o pouco

acesso a direitos como educação, cultura, ou, ainda, a difusão de estigmas que os segregam espacialmente⁵⁰.

Independente do quanto a ampliação da reflexividade pode ser relativizada para grupos marginalizados no acesso à avanços técnicos da modernidade tardia, é preciso considerar que, de acordo com a perspectiva de Giddens (1991), “em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a alterá-las”(p. 45). Na era moderna a convenção, em seus moldes tradicionais, seria revisada de maneira mais radical, aplicando-se a todos os aspectos da vida humana (ibidem).

As desigualdades encontradas no atual contexto moderno, não negam completamente a reflexividade como possibilidade da revisão constante da convenção para os sujeitos periféricos – “até os menos privilegiados vivem hoje em situações permeadas pelos componentes institucionais da modernidade⁵¹” (idem, 2002, p. 84); Entretanto, essas podem trazer conseqüências perversas de sofrimento e ansiedades diante dos limites para realização de novos ideais difundidos na sociedade global.

Uma mulher negra, chefe de família, por mais limitada e árdua que seja sua vida, de qualquer maneira conhece os fatores que alteram a posição das mulheres em geral, e suas atividades serão provavelmente afetadas por esse conhecimento. Tendo em vista sua a natureza periclitante de sua situação social, ela está praticamente obrigada a explorar novos modos de atividade, em relação a educação de seus filhos, às suas relações sexuais e às amizades. Essa atividade exploratória, embora não possa ser articulada discursivamente como tal, implica na formação reflexiva de sua auto-identidade⁵². As privações a que ela está sujeita, porém, podem tornar essas tarefas um peso quase insuportável, uma fonte de desespero e não de auto-enriquecimento(ibidem, p. 84).

No mesmo entendimento, as influências e tendências modernas também são vivenciadas numa lógica dual para os jovens da periferia – oportunidade e risco, liberdade e restrição, ansiedade e incerteza. Um bom exemplo encontra-se em uma análise realizada por Abad (2003):

⁵⁰ Conforme situações analisadas no capítulo 5.

⁵¹ Mesmo em situações de pobreza, é possível perceber as influências da modernidade como desintegração da tradição como elemento integrador e identitário. “Os hábitos do estilo de vida são construídos pelas formas de resistências da vida no gueto e também pela elaboração constante de estilos culturais e modos de atividades distintos”(idem, 2002, p.84). Um exemplo dessa situação é a identificação dos jovens da periferia com o *Hip Hop* como “movimento cultural”.

⁵² Para Giddens, o “eu”, mais do que um elo identitário definidor do sujeito em relação à alteridade, é um projeto reflexivo, em ação constante de definições e escolhas na modernidade. A identidade seria para o autor, no contexto da modernidade tardia, um processo contínuo de auto-identidade (2002).

[...] muitos jovens das classe populares gozam de abundante tempo livre, embora se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor. Não é um tempo legitimado e valorizado pela família e pelos pares, mas sim o tempo da angústia e da impotência, o tempo da estigmatização social, um tempo que empurra na direção da marginalidade e da exclusão, o tempo de ficar marcando bobeira numa esquina, exposto aos agentes da limpeza social. A estes, a perspectiva de uma vida de trabalho e sacrifício não lhes parece ter a mesma eficácia que aos seus avós, seja por saberem que não conseguirão o que estes obtiveram, ou porque não lhes interessa conseguir unicamente o que seus avós buscavam (p.26).

E, muito provavelmente, porque também desejem superar as condições históricas de pobreza e exclusão de suas famílias ao mesmo tempo em que possuem dúvidas e incertezas sobre a realização prática dessa superação, calcadas em saberes sobre os limites com os quais se deparam cotidianamente.

Esta “juventude em liberdade para criar e para fazer” – dada como um traço ontológico próprio de uma condição⁵³ simbólica multiplicada na modernidade para uma determinada faixa etária – quando vivenciada em situações precárias de vida e em contextos periféricos mediados por uma convenção e uma necessidade imediata do trabalho, enfrenta, nas possibilidades ofertadas pela modernidade – como, por exemplo, o ócio e novas oportunidades de estudo e de qualificação – um certo tipo de sofrimento e ansiedade que constrange e limita as mesmas oportunidades, as quais podem passar a ser significadas como risco, como insegurança, ou como um “fracasso individual” que reforça seus estigmas.

Diante de seus esforços para seguir suas trajetórias como sujeitos da mesma, é provável que estes jovens procurem - dentro dos limites de suas circunstâncias vividas - encontrar meios para superar sua condição atual de pobreza, suas dificuldades de acessar necessidades básicas como de alimentação, moradia, lazer ou reconhecimento social. Dentro de um quadro de poucas oportunidades, de um cenário de desemprego e muita competitividade, com mais de 18 anos sem a conclusão do ensino fundamental, o Projovem Urbano pode significar inicialmente uma alternativa viável para almejar certa mobilidade e integração em postos de trabalho mais reconhecidos. Isso porque através do programa é possível concluir o ensino fundamental com pares na mesma situação social, tendo o

⁵³ Condição vivenciada em diversas situações sociais na ótica do gênero, da etnia, das escolhas sexuais, da classe social, conforme definição já anunciada no capítulo 2, que sugere a idéia de juventudes plurais (Abad, 2002; Keil, 2004).

incentivo de uma bolsa-auxílio e ainda com uma capacitação profissional que é relativamente escassa em seu meio – quando considerados os valores cobrados pelos cursos profissionalizantes em institutos de ensino particulares.

Entretanto, essas condições parecem não ocorrer plenamente no desenrolar da do programa, já que a maioria dos inscritos o abandona antes da conclusão. Ou seja, a partir da vivência prática, cotidiana no Projovem, este parece deixar de ser uma alternativa viável para a maioria. Parte-se do pressuposto de que estes jovens, considerados “excluídos”, de baixa escolaridade, são sujeitos cognoscentes e reflexivos, desenvolvem saberes práticos sobre sua realidade social, conseguem distinguir através de suas experiências cotidianas, os limites e as oportunidades encontradas em um dado contexto, seja na sua comunidade de origem, seja diante de um novo programa que se propõe a incluí-los no sistema de ensino, no mercado de trabalho e nos processos participativos da cidadania. Ou seja, conhecem seu contexto e os limites que se apresentam tanto para suas expectativas compartilhadas simbolicamente, tanto quanto para os objetivos evidenciados pelo Projovem Urbano.

Sobre a importância da via hermenêutica para o estudo das relações intersubjetivas realizadas no cotidiano que, de certa forma estruturam uma rotina⁵⁴, é necessário ressaltar que “o estudo da vida cotidiana é essencial para a análise da reprodução de práticas institucionalizadas” (Giddens,1991, p.229). Estas práticas institucionalizadas, no caso deste estudo, são consideradas tanto as desenvolvidas em ambientes formais como a família e a escola como aquelas encontradas no âmbito das relações sociais não-formais, ou seja, na rotina com os amigos.

E é sobre o cotidiano, vivenciado, experimentado e compartilhado simbolicamente entre os jovens, seus familiares e pares, que este estudo procura compreender o imaginário destes jovens sobre as suas condições atuais e futuras. Imaginário que aqui não é considerado algo alienado, mas sim como algo que, em parte, tende a ser “parcialmente reproduzido ou repetitivo” quando mediado frente a limites de um monitoramento atento a todas as circunstâncias vividas e diante das necessidades de conduzir o fluxo de suas atividades, entendimentos e interações de maneira segura⁵⁵. E que por outro lado, também tende a ser

⁵⁴ Caráter habitual das atividades da vida social cotidiana; “preponderância de estilos e formas de conduta familiares, sustentando e sendo sustentada por um senso de segurança ontológica” (Giddens, 1989, p. 304).

⁵⁵ É importante ressaltar que o senso de segurança ontológica que embasa o conceito de consciência prática é desenvolvido desde a infância pelos atores e antecede as competências lingüísticas dos mesmos, o que implica em certas restrições para que todas as formas de consciência prática possam ser expressas discursivamente. Ao

reflexivo, no sentido das possibilidades de incitar mudanças nas representações e nas atitudes, a partir de seus saberes desenvolvidos nas experiências sociais e através de novas informações em suas trajetórias vivenciadas com seus pares e familiares nos contextos de suas comunidades.

longo de sua experiência, o ator desenvolveria a coragem para agir, para seguir em frente diante do que é desconhecido. Essa postura de “ir em frente”, ancorado na segurança das práticas rotineiras tacitamente desenvolvidas, está para Giddens - de acordo com pressupostos teóricos de Erickson - intimamente relacionada ao sistema de segurança básico datado das mais primitivas experiências da criança, por meio da qual a ansiedade seria canalizada e controlada (1989, p. 39).

CAPÍTULO 4

Procedimentos metodológicos

4.1 Perspectivas teórico-metodológicas que apoiaram a elaboração das estratégias de investigação

Alguns referenciais teóricos utilizados como suporte no processo de análise sobre o objeto em questão apresentam propostas metodológicas de pesquisa em ciências sociais que serviram de base para que se optasse por realizar um estudo que conciliasse métodos e técnicas qualitativas e quantitativas.

Orientações metodológicas em Giddens (1989) apontam para idéias como a de que “os métodos qualitativos e quantitativos devem ser vistos como aspectos mais complementares do que antagônicos na pesquisa social” (p. 271). O autor sugere que “uns são necessários aos outros” para que a ciência social possa mapear a “natureza” substantiva da dualidade da estrutura, nas esferas institucionais ou subjetivas da ação.

Da mesma forma, Spink (2003) destaca que a pesquisa em representações sociais, quando realizada numa perspectiva construtivista, traz a necessidade de compreensão do conteúdo que as circundam em diferentes contextos de interação e exige “longas entrevistas semi-estruturadas acopladas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais⁵⁶”(p. 129). Esta autora ressalta uma noção teórica importante para a análise desenvolvida nesta dissertação, ao considerar que as ciências sociais são realizadas numa projeção analítica do tipo caleidoscópica, na qual o próprio fato considerado dado “objetivo” enquanto matéria-prima já é um recorte mediante uma operação interpretativa, a qual define um “olhar possível” que tem limites na *episteme*, nas teorias enquanto “construções humanas historicamente datadas”(p.141), ou no próprio recorte interessado do pesquisador, como assinala o clássico Weber.

Seguindo a mesma lógica, todos os dados quantitativos defendidos como uma valor de maior fidedignidade e validade na sociologia estrutural, “quando analisados atentamente, resultam ser compostos de interpretações qualitativas (...) contextualmente localizadas (...)

⁵⁶ Considerando os jovens nesta dissertação como agentes cognoscentes de acordo com Giddens (1989).

produzidas por pesquisadores situados”(Giddens, 198, p. 270). Neste sentido, problemas de cunho interpretativo realizadas nas pesquisas etnográficas ou a partir de pequenas amostragens qualitativas em entrevistas também ocorrem em estudos quantitativos, “(...) embora esses possam ser em grande parte enterrados pela extensão em que os dados envolvidos foram trabalhados” (ibidem, p.270).

Estas considerações teóricas justificam a multiplicidade de métodos, as quais, em geral, podem enriquecer com mais de uma “perspectiva de olhar” a compreensão das questões colocadas como problema de investigação.

Procurando compreender as motivações e percepções dos jovens sobre suas atividades e expectativas a partir do Projovem, este estudo procurou, em parte, se apoiar tanto em dados secundários, obtidos em fontes oficiais (sensos demográficos) que descrevem as circunstâncias macro sociais em que vivem os agentes investigados, como também, principalmente, em dados primários quali-quantitativos obtidos no contato direto com estes agentes - os jovens integrantes da política aqui discutida.

Com relação aos dados primários obtidos no período de campo deste presente estudo, procurou-se inicialmente abordar o objeto sociológico através de dados qualitativos levantados através de observação e de longas entrevistas de duração média de uma hora. Entretanto, foi constatado que estes dados eram, ao mesmo tempo, ricos em sutilezas e detalhes que possibilitavam uma dinamicidade entre as diversas variáveis colocadas em discussão, e, da mesma forma, geravam certa generalização em termos de análise sobre informações que não possuíam qualquer indicador de frequência.

A partir da verificação desta lacuna, mesmo diante dos limites já evidenciados de que os dados quantitativos também são passíveis de interpretação, a perspectiva hermenêutica adotada para compreensão das questões postas nesta dissertação, não deixou em segundo plano dados quantitativos obtidos através de questionário. Por meio desses, em complementaridade aos elementos qualitativos levantados nas entrevistas e observação, estes dados procuraram indicar tanto contextos e trajetórias comuns entre os jovens pesquisados, onde se desenvolvia as expectativas e saberes dos mesmos, como também regularidades e proporcionalidades de situações rotineiras, riscos e percepções nas quais os jovens estão envolvidos.

4.2 Métodos, técnicas e estratégias para o levantamento de dados

As estratégias que compuseram o processo de realização da pesquisa de campo buscaram levantar e sistematizar dados qualitativos e quantitativos que pudessem contribuir com a identificação e caracterização desses jovens com relação a suas condições socioeconômicas e de suas famílias, contexto social das suas localidades, rotinas, relações simbólicas com o tema da cidadania, suas trajetórias na escola e no trabalho, situação de escolaridade e trabalho de suas redes sociais de convivência cotidiana. O levantamento de dados quantitativos e qualitativos também objetivou sustentar a compreensão hermenêutica das expectativas dos jovens com relação à participação no programa, suas representações sobre o que é possível em termos de mobilidade e integração social, bem como sobre o conhecimento prático que apresentam sobre os limites e possibilidades do Projovem em contribuir efetivamente para a consolidação de suas expectativas com relação à mobilidade e à integração social.

Este estudo quali-quantitativo, de acordo com pressupostos teórico-metodológicos anteriormente mencionados, foi desenvolvido com o uso de ferramentas (métodos e técnicas) diversas para a coleta e a análise de dados, descritos conforme os objetivos a seguir.

1 – Análise da proposta de inclusão para jovens do PROJOVEM e suas diretrizes e estratégias;

Estratégia 1: Técnica de análise de conteúdo qualitativa de materiais bibliográficos oficiais do Projovem urbano, como leis, normas, relatórios de avaliação, cadernos de formação de professores, site oficial do programa. Também foram analisados os materiais de divulgação do programa como folders e cartazes. Trechos relevantes destes materiais foram destacados para compreender as concepções de inclusão do programa, bem como objetivos e estratégias previstas para alcançar seus pressupostos de uma inclusão cidadã. Materiais importantes, neste sentido, são os relatórios anuais que evidenciam não apenas concepções, objetivos e métodos, mas também avaliações realizadas sobre o desenvolvimento desta política. Também foram buscadas frases de chamada e trechos musicais nos materiais de divulgação que evidenciem os ideais de inclusão do programa e o conteúdo simbólico que estes passam sobre juventude e inclusão.

Estratégia 2: Entrevistas guiadas por um roteiro de questões semi-abertas com gestores do programa em nível local (municipal) e em nível nacional, buscando compreender as expectativas dos gestores e as percepções sobre limites e possibilidades do programa em cumprir com seus objetivos. O roteiro também procurou informações relativas às concepções desses gestores sobre juventude e exclusão. Tais entrevistas tinham o objetivo de verificar elementos de representações e expectativas dos gestores que dissociassem das representações e expectativas dos jovens participantes. Como verificou-se que as dissociações eram poucas e com pouca relevância para a hipótese inicial, os dados das entrevistas passaram a ser analisados em perspectiva complementar aos dados oficiais apresentados nos materiais já destacados na primeira estratégia.

2 – Investigação das representações sociais destes jovens sobre suas condições sociais de desemprego, educação e cidadania reproduzidas cotidianamente e sobre as possibilidades de mobilidade social ascendente em seus contextos;

Estratégia 1: Entrevistas conduzidas através de questões semi-abertas com amostragem qualitativa de oito destes jovens matriculados no ProJovem Urbano. A amostragem procurou contemplar diferenças de idade, gênero, situação de dependência econômica e filhos. Uma questão fundamental foi conhecer a origem social destes jovens e suas famílias, que situações vivenciaram, vivenciam e compartilham com seus familiares, vizinhos e pares sobre as questões que envolvem a educação como processo de integração e mobilidade social ascendente.

Estratégia 2: Questionário⁵⁷ com questões estruturadas e semi-estruturadas aplicado com uma amostragem de jovens de diferentes bairros e escolas em que se realiza o programa na cidade de Novo Hamburgo – município onde se realizou a investigação de campo. Esse questionário procurou levantar informações que indicassem tendências quantitativas que pudessem colaborar com uma análise qualitativa sobre as variáveis indicadas anteriormente. O questionário foi aplicado propositalmente após a realização das entrevistas com o intuito de regular a formulação das questões em formato estruturado de acordo com a linguagem e o imaginário apreendido no momento das entrevistas

⁵⁷ O modelo do questionário aplicado pode ser encontrado nos apêndices deste relatório, bem como os roteiros de entrevistas aplicados com os jovens no período de matrículas (matriculandos), durante a realização do curso (participantes) e com evadidos.

3 – Compreensão dos processos reflexivos apresentados pelos jovens sobre as possibilidades e limites da proposta do Projovem Urbano para atingir suas expectativas ou projetos de realização futura;

Estratégia 1: entrevistas semi-abertas com a mesma amostragem qualitativa destes oito jovens, em momentos de matrícula e de realização do curso. Estas entrevistas, além das questões já apontadas no objetivo anterior, procuraram apreender elementos de seus objetivos com relação a este programa, identificando expectativas de elevação da escolaridade, inserção no mercado de trabalho e de mobilidade social, bem como suas percepções sobre essas expectativas serem passíveis de serem realizadas através das propostas que compõem esta política.

Estas entrevistas foram complementadas por observação dos momentos de formação dos jovens, procurando apreender situações rotineiras e atípicas entre as falas, reações, relação estabelecida entre professores e alunos. Bem como a situação do engajamento dos jovens nas propostas cotidianas de formação encontradas na realização do Projovem.

Estratégia 2: os questionários já relatados, aplicados com os participantes, também continham questões semi-abertas que objetivavam levantar informações sobre os objetivos dos jovens com o programa e após a conclusão do mesmo, suas avaliações a respeito da qualidade do mesmo, bem como percepções sobre o que seria possível e não possível – ou pouco possível – de ser alcançado, realizado.

4 – Avaliação de possíveis impactos não previstos e não desejados pelo programa no que diz respeito à relação estabelecida pelos jovens com as políticas públicas – concepções sobre a validade e o papel das políticas sociais nos seus contextos cotidianos.

Estratégia: Técnica de entrevistas semi-estruturadas com os jovens e observação⁵⁸ dos momentos de formação (aulas) do Projovem. A primeira buscou dados relativos à frequência e participação dos jovens nas atividades curriculares do programa e também as suas experiências e percepções sobre programas de assistência, projetos de educação, ou em outros

⁵⁸ O método de observação se desenvolveu de maneira mista, sendo em momentos “participante” e em momentos “não participante”. Houve momentos de ação e interação coletiva em atividades comuns com os jovens, como oficinas e intervalos de aula. No caso das oficinas, o pesquisador ministrou uma atividade, em sala de aula, de debate sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e sobre o momento de elaboração dos direitos da juventude. Os intervalos também podem ser considerados “participantes”, visto que o pesquisador participava desta atividade como um momento de “descontração” muito importante para o vínculo com os jovens pesquisados.

projetos do tipo associativo em seus bairros. Questões abertas, neste item, se destinaram a capturar dados que evidenciem representações simbólicas dos jovens sobre o tema cidadania e direitos e sobre a validade e o papel das políticas governamentais. A técnica de observação de aulas e momentos de intervalo também revelou dados interessantes para este objetivo.

4.3 Relato da realização prática das estratégias, técnicas e métodos da pesquisa

A realização da investigação de campo se desenvolveu no município de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre, onde os dados da realidade social da juventude e as taxas de evasão no Projovem Urbano são semelhantes aos dados apresentados no cenário nacional⁵⁹. Além da proporcionalidade “nacional – local” das estatísticas oficiais sobre as condições sociais juvenis e níveis de evasão do programa, um outro fator que influenciou na escolha deste município como caso a ser investigado foi o fato de a gestão municipal do Projovem se posicionar como parceira do estudo e oferecer acesso facilitado aos jovens, professores, escolas e coordenadores – situação que possibilitou a realização de uma pesquisa de campo com maior profundidade. Foram entrevistados jovens dos bairros Canudos e Santo Afonso, os quais são as localidades periféricas mais antigas e mais estigmatizadas da cidade, sendo constantemente associadas à violência, roubos e tráfico de drogas ilícitas.

No desdobramento das atividades que compreendem esta dissertação, realizou-se entrevistas com jovens nos momentos que compreendiam o período de matrícula e dos primeiros meses de participação. Também foram entrevistados jovens evadidos e alguns gestores – estes últimos na intenção de comparar imaginários conforme hipótese inicial prevista no estudo. Além de dados obtidos através de entrevistas, o estudo também foi subsidiado por dados sistematizados de questionários e por observações realizadas.

A aplicação dos questionários com jovens participantes do programa ocorreu em momentos de aula. Além disso, houve oportunidade de realizar algumas observações em sala de aula, intervalos, reuniões e oficinas. Algumas observações em campo foram do tipo participante, em oficinas desenvolvidas sobre temas de interesse de jovens, professores e gestores, o que proporcionou um ambiente de maior confiança e reciprocidade entre o pesquisador e o grupo.

⁵⁹ As médias de participação e evasão se aproximam entre os dois cenários – local e nacional. Quanto aos indicadores sociais da realidade juvenil no país e em Novo Hamburgo, estes estão apresentados no capítulo 2.

A observação teve como papel central nessa dissertação a delimitação do objeto empírico e teórico, fornecendo *insights* desde o momento de uma investigação exploratória até o momento da realização das entrevistas e questionários. Para realização do método de observação, procuraram-se, inicialmente, formas de se integrar na rotina do programa como um todo, construindo algum tipo de vínculo que desse suporte e viabilidade para que a observação não fosse algo artificial ou estranho ao processo interativo (May, 2004). Nesta etapa procurou-se desenvolver técnicas de aproximação com o objetivo de romper com uma postura de “autoridade etnográfica” que muitas vezes é construída na relação de investigação pelo método de observação (Geertz, 2002). A observação foi fundamental tanto para compreender o modo como os jovens, em geral, aderiram às propostas do Projovem. Nesse sentido, os dados apreendidos através deste método subsidiaram a análise desenvolvida nos capítulos 5 e 6, bem como para definir questões e hipóteses deste estudo.

Inicialmente, foram realizados contatos com a Coordenadoria Municipal de Juventude (Novo Hamburgo) e com os coordenadores executivo e pedagógico do Projovem Urbano na cidade. Cabe ressaltar que os contatos iniciaram com a gestão municipal do programa em 2008, na realização de um processo exploratório sobre o Projovem que permitiu conhecer elementos importantes para a definição do projeto de pesquisa, seus objetivos e objeto a ser investigado, subsidiando a organização da pesquisa de campo que veio a ser realizada na gestão municipal de 2009.

A partir destes contatos, foi desenhado e acertado um plano investigativo com os gestores locais em 2009, o qual se realizou através de entrevistas com jovens participantes do Projovem Urbano em 2009 e com gestores municipais e nacionais desta política, além da aplicação de questionário com participantes. Também foi acertada a observação de algumas aulas curriculares e de formação técnica, além de encontros com professores. Em contrapartida, os gestores da Coordenadoria de Juventude e do programa Projovem propuseram que realizasse oficinas temáticas que contribuíssem com o processo formativo dos professores e gestores do programa. Tais oficinas possibilitaram uma maior inserção e legitimidade da pesquisa e do pesquisador junto ao grupo de gestores e educadores.

Além das oficinas terem se tornado uma via facilitadora de integração e legitimidade junto ao grupo, a própria atividade de pesquisa de campo ao gerar inúmeros contatos diretos

com os gestores locais, possibilitou acesso a seminários e participação em redes de projetos, situação que auxiliou também a inserção do pesquisador junto ao grupo de jovens e de gestores nacionais do programa Projovem Urbano.

Após elaborar o roteiro de entrevista com questões semi-abertas - e algumas estruturadas para identificação geral dos entrevistados - e de testá-lo⁶⁰ com alguns jovens no momento de suas inscrições, entrevistei seis jovens que já estavam procedendo suas matrículas no programa. Foram levantados dados sobre suas motivações, interesses, expectativas com relação ao programa, bem como representações sobre educação, trabalho e inclusão social a partir de informações sobre seus contextos cotidianos, trajetórias⁶¹ no mundo do trabalho e da educação e redes de relações sociais (familiares, amigos, colegas, vizinhos). Em seguida, a partir do momento em que estavam já participando das aulas e oficinas profissionalizantes, entrevistei três destes mesmos jovens para perceber suas avaliações sobre o programa, bem como suas concepções sobre os limites e possibilidades que o Projovem apresentava para atingir suas expectativas de mobilidade desenhadas e mediadas em seus contextos vividos.

O maior desafio foi entrevistar pessoas evadidas do programa. De uma lista de doze jovens com idades de 18 a 29 anos, de ambos os sexos, cedida pela coordenação municipal, foi possível entrevistar apenas dois – um rapaz de 23 anos e uma mulher de 29 anos. As entrevistas com ambos foram muito reveladoras de questões importantes sobre o imaginário acerca do programa e sobre a reflexividade destes jovens enquanto produtores e reprodutores de condições sociais tidas de maneira leiga como de *exclusão social*.

A realização da maioria das entrevistas com os jovens ocorreram nas escolas onde eles freqüentavam o programa – quatro jovens na fase de matrícula e três destes mesmos jovens durante a realização do curso. Contatos prévios foram feitos através de telefonemas tanto com os jovens, como com a direção das escolas, procurando acertar datas e autorização para as

⁶⁰ A testagem do instrumento foi fundamental para a definição de um roteiro mais coerente tanto com os objetivos da entrevista, como também de uma seqüência que oportunizasse uma maior interação e condução das questões de uma forma harmoniosa com o processo de realização da entrevista. Este processo, conduzido com algum grau de insegurança e com alguns equívocos, provocaram interrupções no momento de testagem que geraram cortes e discontinuidades nos relatos discursivos em andamento. Fato que foi praticamente neutralizado na realização das entrevistas posteriores com os jovens e gestores da amostra. Também cabe destacar que a testagem também oportunizou a adequação ou *calibragem* da linguagem do entrevistador nos momentos de entrevista.

⁶¹ Com relação às suas trajetórias escolares e de trabalho, foram tomados cuidados relativos à construção de dados sobre a trajetória dos indivíduos, visto a necessidade de se estabelecer determinados critérios de validade e fidedignidade dos dados, conforme Poirier et al.(1999).

entrevistas num mesmo contato. Os outros jovens foram entrevistados na sede da Coordenadoria Municipal de Políticas de Juventude (NH) e nas residências dos mesmos – neste caso, os dois evadidos.

Os dois jovens evadidos aceitaram participar da pesquisa com a condição de que as entrevistas fossem realizadas em suas casas. Estas, por serem relativamente longas – cerca de uma hora e meia de duração – ocorreram em dois momentos, o que reforçou a aproximação com os mesmos.

A identificação do local de residência destes jovens foi viabilizada através do mapeamento de seus endereços operacionalizado com o uso do software “Google Maps”, disponível gratuitamente na internet. A ida aos locais de moradia desses jovens demonstrou ser de suma importância, pois através dela, revelaram-se informações práticas da dificuldade de deslocamento periferia-centro presentes em seus cotidianos, bem como situações rotineiras de desalento⁶² ou de convívio com suas redes sociais de reciprocidade⁶³.

Além de entrevistar o público juvenil atendido pelo programa, também foram realizadas entrevistas com quatro gestores do programa – dois gestores responsáveis pela política nacional e dois gestores responsáveis pela implementação local (municipal) da política. Neste viés institucional, foram entrevistados o Secretário Nacional de Juventude e o Secretário Adjunto que participa mais ativamente do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) enquanto representante da SNJ (Secretaria Nacional de Juventude) neste espaço, além do coordenador de políticas para juventude de Novo Hamburgo e o coordenador executivo do Projovem no município. Estas entrevistas ocorreram em tempos médios de 30 minutos no local onde está sediado o programa em Novo Hamburgo e em locais onde foram

⁶² Também é importante relatar a situação em que vivem alguns de seus vizinhos, sentados na porta de barracos fixos sobre um chão de barro vermelho, numa rotina sem fim a espera de “algo para fazer”. Esta situação chamou a atenção diversas vezes, em diferentes locais pelos quais passei para entrevistar estes jovens. Essa frequência de “desalento” se deu com homens de meia idade ou idosos, estigmatizados por estarem “desempregados” ou “perdidos na cachaça” como relatou a jovem evadida. As mulheres que não trabalhavam fora de casa, em geral, demonstravam-se ocupadas com as atividades domésticas e com o cuidado dos filhos. Tal fenômeno merece estudos sobre as condições sociológicas da integração, identidade e aparente frustração destes homens adultos e idosos moradores de periferias urbanas.

⁶³ É interessante notar como, diante de inúmeras dificuldades e de pouco acesso a bens e a direitos, esses jovens constroem relações cotidianas de reciprocidade que geram algumas seguranças e estabilidades frente aos riscos ou necessidades emergenciais. A jovem evadida entrevistada abrigava em sua casa um irmão que vivia uma situação de desemprego crônico aliado a dependência de bebidas alcoólicas. Não tendo onde morar, ficava em momentos na sua casa e, em outros, na casa de sua filha mais velha (15 anos). Esta, para que a entrevistada pudesse prestar seu depoimento se responsabilizou pela comida e cuidado de seus irmãos mais novos. A casa de sua filha estava em reforma, num processo de mutirão da família para construção da mesma.

realizados seminários sobre o tema, em palestras que tiveram como painelistas os gestores nacionais entrevistados.

Quanto à aplicação dos questionários com jovens participantes do programa estudado, é importante destacar contou-se com o auxílio de uma das técnicas contratadas para a execução do Projovem – fato que pode ser avaliado como um passo positivo do interesse da gestão com relação a pesquisa como um processo também avaliativo. Foram aplicados 42 questionários com questões estruturadas e semi-estruturadas com a intenção de mapear dados conforme já anunciado nas estratégias relatadas anteriormente.

Esta amostra de cerca de 10% dos jovens participantes frequentes⁶⁴ no programa em Novo Hamburgo foi desenvolvida dentro das oportunidades dispostas pelo roteiro planejado para pesquisa de campo e pelas possibilidades de aplicação em sala de aula, durante atividades curriculares do eixo de participação cidadã. Tal amostragem não pode ser considerada representativa em relação a uma proporcionalidade em termos de características de gênero, idade, situação conjugal e familiar, situação de trabalho e renda (...) destes jovens, apresentadas em relatórios de abrangência nacional do programa.

Não foram adotados procedimentos neste sentido, primeiramente, devido ao fato de que estas variáveis são importantes nesta dissertação apenas para uma caracterização geral inicial destes jovens, não sendo variáveis centrais⁶⁵ do objeto em análise. Também, em segundo plano, mesmo que fosse intenção deste estudo mapear estes jovens exclusivamente através destas características, seria praticamente inviável realizar uma amostra que fosse representativa de maneira proporcional a todo esse conjunto de variáveis. De acordo com os objetivos do estudo e diante da viabilidade do mesmo, foi construída a amostra a partir da disponibilidade dos alunos e da técnica (assistente social) responsável pela organização das oficinas de cidadania.

A observação de três aulas, de momentos de intervalo e dois encontros de planejamento semanal entre os professores dos núcleos permitiu que a pesquisa obtivesse alguns dados significativos sobre a percepção dos professores acerca programa, mesmo não fazendo parte das estratégias de investigação visto os limites de tempo para realização da dissertação. Apesar de novos discursos pedagógicos e de um projeto político-pedagógico

⁶⁴ De acordo com dados relatados pela coordenação municipal.

⁶⁵ Podem ser consideradas variáveis centrais da dissertação expectativas, percepções, trajetórias, cotidianos, contextos e redes sociais dos jovens ingressos no Projovem Urbano.

inovador que procura integrar as dimensões educativa, cidadã e profissionalizante, a execução e apropriação do programa pelos jovens e professores se mostrou um tanto reprodutora de modelos tradicionais da educação. Foram observadas situações rotineiras de alguns alunos sentados próximos aos educadores, prestando atenção em algumas aulas expositivas acompanhadas por caderno de formação (material didático disponibilizado pelo programa) e outros dispersos em brincadeiras ou em alguns conflitos de sala de aula.

Por fim, foi realizado o procedimento de transcrição das entrevistas seguido por leituras e releituras que viabilizaram destaques de trechos fundamentais para a análise desenvolvida. Quanto aos dados dos questionários, estes foram tabulados e sistematizados de acordo com um roteiro estratégico de análise projetado para o desenvolvimento dos capítulos cinco e seis da dissertação.

Parte III

A análise de dados se realizou basicamente a partir de cinco etapas desenvolvidas em dois capítulos. No capítulo 5, a primeira etapa procurou caracterizar de uma maneira básica os jovens, suas famílias, renda, situação conjugal. Num segundo momento, foram apresentados dados quali-quantitativos sobre a realidade do contexto onde moram, suas rotinas e representações sobre o tema “cidadania”. Num terceiro momento, o capítulo 5 procura apresentar suas trajetórias e experiências com relação à escola formal e ao mundo do trabalho, tanto numa perspectiva particular desses jovens caracterizados enquanto indivíduos, quanto numa perspectiva relacional com suas redes de convivência cotidiana, tratadas como redes de informação e construção de significado sobre essas trajetórias escolares e de trabalho, bem como sobre as possibilidades de mobilidade e integração social a partir dessas experiências compartilhadas.

A quarta etapa da análise, construída no capítulo 6, trata justamente das expectativas de mobilidade e integração social desses jovens, bem como da percepção que apresentam sobre os limites e possibilidades de programas de educação, qualificação profissional e participação cidadã - como o Projovem Urbano – serem vias concretas para realização de suas expectativas. Por fim, numa perspectiva compreensiva deste sexto capítulo, a última etapa da análise procura, a partir de uma síntese dos elementos investigados nestes dois capítulos, avaliar os resultados apresentados ao longo do estudo com as perspectivas hipotéticas inicialmente traçadas.

CAPÍTULO 5

Contextos cotidianos dos jovens integrantes do programa

5.1 Perfil dos jovens questionados e entrevistados⁶⁶

Dos 42 jovens questionados, a maioria tem idade na faixa dos 18 a 21 anos (46%) e é do sexo feminino (64%). Com relação ao universo de participantes em 2009, *segundo dados disponibilizados pela gestão local do ProJovem Urbano*, vemos também uma maioria de jovens mulheres (62%) e com idades entre 18 a 21 anos somando cerca de 40%. Outras variáveis são semelhantes em termos de proporcionalidade, tais como estado civil, onde o universo de matriculados apresenta uma maioria de jovens que são solteiros (52%), seguidos por 45% que são casados ou estão numa relação de união estável. Cerca de 60% deste universo já são pais e a maioria indicou uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos.

Mesmo não sendo esta amostra de 42 jovens representativa em termos de proporcionalidade estatística em relação a todas as características dos jovens participantes – fato inviabilizado diante das possibilidades de realização da coletas de dados - a semelhança entre o universo de participantes e a amostra realizada permite uma avaliação relevante das características dos jovens que integram o Projovem Urbano em Novo Hamburgo, ainda mais quando subsidiadas por dados qualitativos das entrevistas.

Segundo dados da amostra quantitativa realizada para os fins deste estudo, a maioria destes jovens são solteiros (64%) e moram com os pais, em famílias que apresentam uma renda familiar entre 1 e menos que 2 salários mínimos (47,6%). A situação de moradia se divide entre aqueles que moram com seus responsáveis ou com responsáveis de seu companheiro (52,4%) e aqueles que moram sozinhos, ou com irmãos, ou com seus filhos ou ainda com seus companheiros ou com companheiros e filhos (47,6%).

⁶⁶ Considera-se, para fins deste estudo, *questionados* os 42 jovens que responderam ao questionário e *entrevistados* os oito jovens que responderam as entrevistas. Cabe destacar, de acordo com o relato realizado no capítulo anterior, que seis jovens foram entrevistados no período de matrícula, depois três destes quando já participavam do programa e, por último, dois jovens evadidos que se disponibilizaram a participar da pesquisa. O que corresponde a um total de 11 entrevistas realizadas com os oito jovens que participaram do Projovem Urbano em Novo Hamburgo, no ano de 2009.

Figura 1 – Estado civil dos jovens questionados

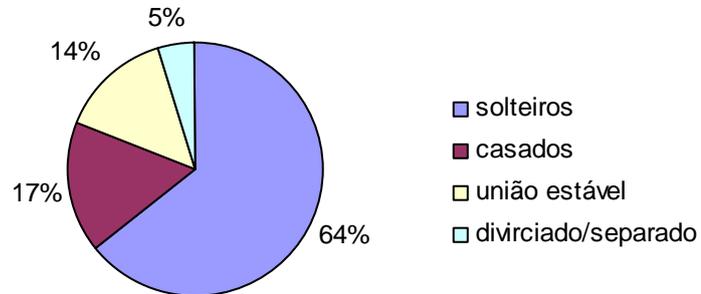
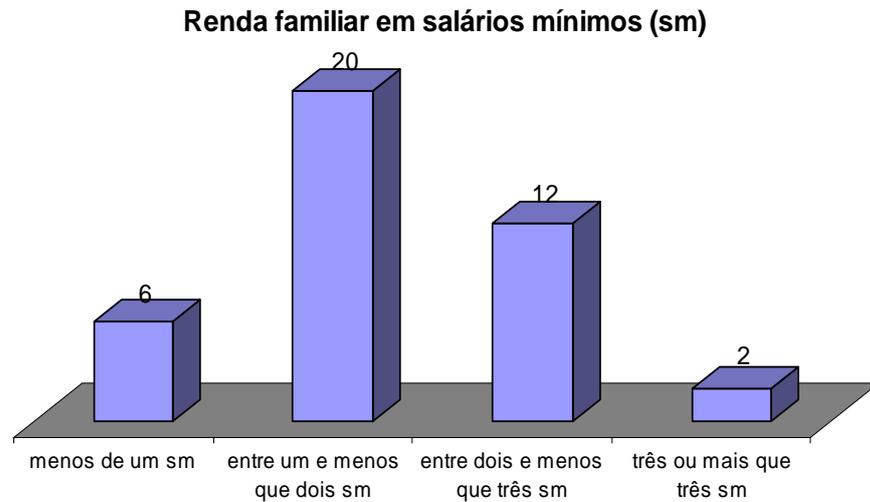


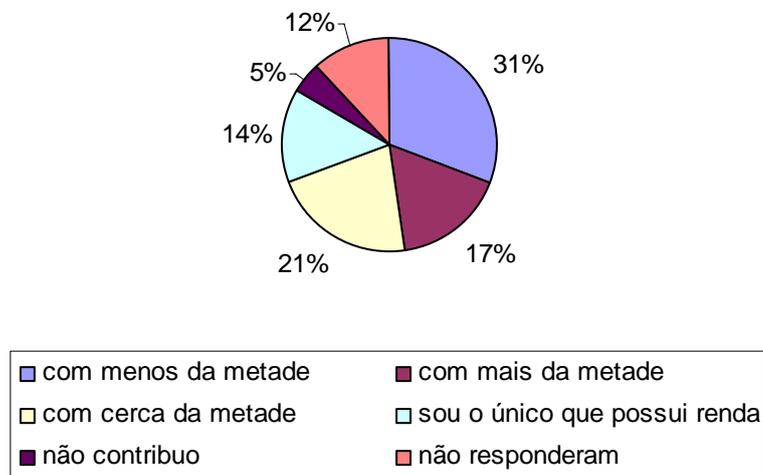
Figura 2 – Com quem moram os jovens questionados



Sobre essa maioria que mora na casa dos pais ou responsáveis, a pesquisa demonstra que esses também são co-responsáveis pelo provento destas famílias, onde uma maioria contribui com cerca de 50% da renda ou mais do que 50% da renda familiar.

Figura 3 – Renda familiar mensal *

* Observação: dois jovens não responderam a este item do questionário

Figura 4 – Com quanto contribuem na renda familiar mensal

Essa realidade de serem co-responsáveis ou muitas vezes os únicos responsáveis pelo provento da família está relacionada ao fato de que a maioria deles já é pai ou mãe (57%). É interessante notar que mesmo não sendo maioria, praticamente 1/3 dos jovens questionados que já são pais responderam que possuem dois ou mais filhos. O que apresenta a questão crucial de viverem uma suposta condição juvenil entrelaçada cotidianamente com uma condição de pais, de trabalhadores e responsáveis ou co-responsáveis pelo sustento da família, morando ou não com seus pais ou responsáveis.

Figura 5 – Distribuição dos jovens questionados com ou sem filhos

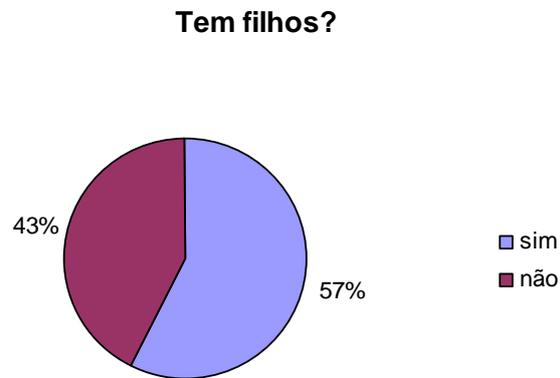


Figura 6 – Distribuição dos jovens que são pais segundo número de filhos que possuem

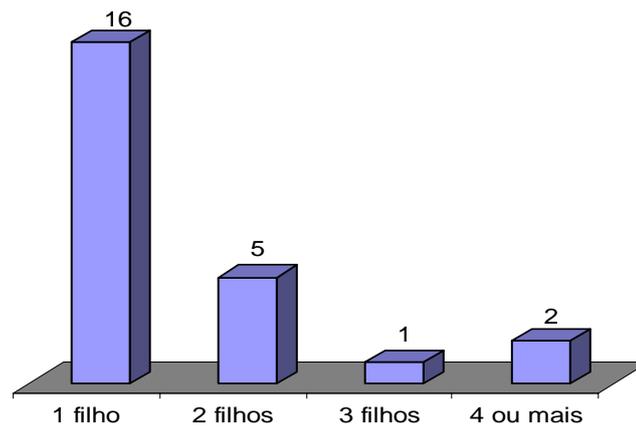
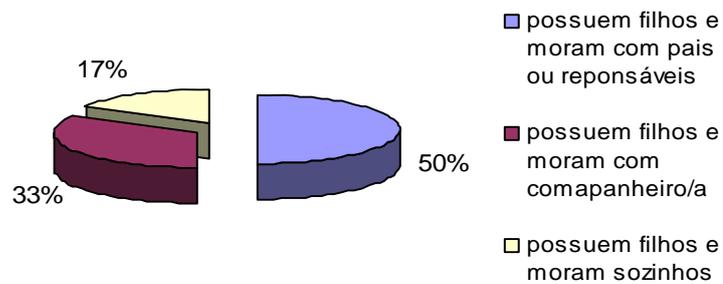


Figura 7 – Distribuição dos jovens que são pais segundo situação de moradia



Mesmo o Projovem Urbano idealizando que esses jovens possam vivenciar uma condição juvenil considerada múltipla em termos de experiências de gênero, etnia, classe e outras⁶⁷ - há uma condição vivenciada praticamente de forma tradicional entre os jovens das classes populares que moram nas periferias urbanas que seria a situação de tornarem-se trabalhadores muito cedo para ajudar no sustento das famílias através de atividades de trabalho não formais diversas. Fato que vai ao encontro da análise realizada por Pereira (2007), quando comenta a percepção dos jovens do Projovem no Rio de Janeiro como uma representação de uma juventude “envelhecida” que se vincula a uma realidade onde tiveram que assumir responsabilidades desde suas infâncias e adolescências:

A maioria dos jovens assumiu desde cedo sua parcela de responsabilidades com a família. Entre as tarefas executadas pelos jovens desde a infância estão os cuidados com irmãos mais novos e ainda trabalhar fora fazendo “bicos” para ajudar no orçamento doméstico. Pode ser que esta realidade seja um fator de motivação e desejo que leva o jovem a assumir sua própria família que se inicia pela maternidade e paternidade precoce para muitos deles desde cedo (2007, p. 91).

Citando a fala de uma jovem de 26 anos, casada e mãe de uma filha, a autora destaca essa percepção de alguns destes jovens que não se percebem mais como jovens:

Hoje em dia tem criança que tem 13 anos e já não é mais criança. Eu acho que a partir do momento que teve filho já não é mais criança, é jovem. O adulto é a partir de 16, 17 anos porque a partir dessa idade a cobrança já é muita. Então a gente tem que largar tudo e crescer, ser realmente adulto (2007, p.91).

Esses jovens, de uma maneira geral, abandonaram de forma bastante precoce a escola para se envolverem no mundo do trabalho. Conforme dados disponibilizados pela gestão municipal do Projovem Urbano em Novo Hamburgo, sobre o universo de participantes no programa em 2009, 22% destes jovens começaram a trabalhar antes dos 12 anos e 49% antes dos 15 anos de idade. O abandono da escola torna-se um fato relacionado, conforme veremos no item sobre as trajetórias escolares e de trabalho, quando 16,2% apontaram terem deixado de ir a escola entre 12 e 13 anos e 32,4% entre os 14 e 15 anos, todos sem o ensino fundamental completo.

⁶⁷ Sobre a condição juvenil definida pelo programa, conforme seu projeto pedagógico integrado, esta é construída socialmente em experiências que se dão de maneira inter-geracional (considerando duas ou mais gerações numa mesma relação em comum) e de maneira intra-geracional – esta última representando as múltiplas experiências juvenis vivenciadas por jovens diferentes em contextos diferentes. Ver PPI/Projovem Urbano disponibilizado em www.projovem.gov.br ou www.feevale.br/files/documentos/pdf/24420.pdf.

Os oito jovens que foram entrevistados (seis participantes e dois evadidos) apresentam realidades singulares que complementam os dados resultantes dos questionários aplicados⁶⁸. Luciane⁶⁹ foi uma das primeiras jovens entrevistadas, tendo participado em dois momentos da entrevista – no período de matrículas e durante a realização do curso. Ela é uma mulher negra, com 29 anos de idade, que trabalha de babá nos turnos da manhã e tarde, de segunda a sábado, e de segurança numa casa noturna nas noites de finais de semana. Viúva e mãe de quatro filhos, mora com três destes filhos numa pequena residência na vila Kipling, em Novo Hamburgo.

Graziela é outra jovem entrevistada no momento de matrícula e também como participante. Tem 22 anos, é solteira, tem dois filhos e mora com a mãe e uma irmã, no local denominado de “Beco do Pescador” do bairro Santo Afonso. Ela trabalha em casa, lixando fivelas e outros componentes para calçados durante as manhãs e tardes, totalizando cerca de 10 horas diárias para ter uma renda de cinco a oito reais por dia de trabalho. Com sua renda somada à bolsa do Projovem e ao “Bolsa Família”, tornou-se a principal provedora do lar onde mora e praticamente a responsável pela família. Jonatas mora a pouco tempo numa peça construída nos fundos da casa dos seus pais, também na vila Kipling, com sua companheira – uma menina de 14 anos que está grávida de três meses, filha da Luciane. Está desempregado e atualmente sem nenhuma renda, já que não tem conseguido trabalho na sua principal ocupação – servente de pedreiro. Gabriel tem 20 anos, trabalha numa marmoraria, não tem filhos e mora na casa dos pais de sua namorada – pessoas que lhe deram abrigo e tornaram-se referências familiares para ele. Sua mãe tivera sérios problemas de saúde mental desde sua infância, sendo criado em uma parte de sua vida pela sua mãe, em outra por seus avós. No atual momento, tem tido certa “estabilidade” em termos de moradia, contando com o apoio de seus sogros.

O primeiro jovem entrevistado, Cristiano, tem 19 anos, é solteiro, não está trabalhando, procura emprego há cerca de seis meses e mora com sua mãe na casa de seu irmão, que é casado e também participa do Projovem. A casa onde morava com a mãe pegou fogo e ficaram desabrigados, tendo como única alternativa até o momento da entrevista irem morar com seu irmão mais velho. Josué, amigo de Cristiano, tem 19 anos e mora um pouco sozinho, um pouco com amigos, pelas ruas e becos do centro de NH, hora em casas alugadas

⁶⁸ Ver Apêndice 2, com relação ao quadro com dados gerais de caracterização dos jovens entrevistados.

⁶⁹ Os nomes que são apresentados neste estudo são fictícios, preservando a identidade dos jovens que foram pesquisados.

com amigos nas imediações do centro da cidade, hora em casas ou galpões abandonados. Tem tido esta vida separada de sua mãe – pessoa de referência, que lhe criou, mas que atualmente mora com um companheiro com o qual Josué não possui um bom relacionamento. Devido a brigas e discussões, decidiu “se virar sozinho” como relatou na entrevista. Sobrevive realizando diversos trabalhos temporários ou “bicos”, numa já longa trajetória no mundo do trabalho. Sua mãe lhe dá algum apoio financeiro, segundo ele quando precisa pagar aluguel. Era um dos jovens mais entusiasmados com o Projovem Urbano no momento das entrevistas, realizando inclusive um trabalho voluntário na prefeitura municipal, dando apoio às tarefas de divulgação e inscrição para equipe da prefeitura municipal responsável pelas matrículas. Entretanto, Abimael evadiu o programa logo no primeiro mês de realização e mesmo durante alguns dias de procura pelo centro da cidade para entrevista-lo sobre os motivos, não foi possível encontra-lo.

Quanto aos jovens evadidos que participaram das entrevistas, Lizandra tem 30 anos recém completos, é casada, tem três filhos e mora com o marido e dois filhos. Sua filha mais velha tem 15 anos e mora com o namorado perto de sua residência. Está atualmente desempregada, mas recebendo seguro desemprego. Desistiu de freqüentar o programa na terceira semana de aulas. Éder tem 23 anos, mora com os pais e é solteiro. Atualmente está sem nenhum trabalho e renda, mesmo tendo também uma longa trajetória no mundo do trabalho. Vive uma situação peculiar por estar toxicômaco, lutando para se livrar do *crack* - ou “da química” - como ele relata. Tem tido idas e vindas no Projovem, desde 2007, quando freqüentou o programa pela primeira vez e não concluiu. Não está participando de modo freqüente o programa novamente. No momento da entrevista, dizia estar voltando a participar das aulas, tentando “se encaixar” novamente.

5.2 Seus cotidianos nas periferias urbanas

5.2.1 Estigmatização dos bairros onde moram

É destaque nas entrevistas que os jovens reportam-se aos locais onde moram com referências para além dos bairros, recorrendo frequentemente ao termo *vila* ou *beco* para designar uma referência mais precisa de moradia dentro do bairro. A idéia repassada “no

bairro tal, vila tal ou beco tal” afirma uma identidade⁷⁰ que vai além da situação abstrata de uma localidade mais ampla, como geralmente se define um bairro. A vila, ou pequena localidade dentro de um bairro popular, indica uma outra ou uma nova sociabilidade com relações, problemas e oportunidades próprias, que se dão entre os moradores de um recanto único, diverso do geral encontrado no bairro de onde a mesma pertence.

Essa identidade, em geral, parece não firmar discursivamente algo positivo e sim produzir um imaginário negativo sobre a localidade, encontrado em relatos – reproduzidos dentro e fora do local - que representam a “violência” e os “trambiques” como sendo próprios e originários daquele lugar. Como uma identidade que vai sendo apropriada e renovada constantemente pelos moradores da periferia e por outros atores externos, são introjetados estigmas⁷¹ que se convertem, muitas vezes, em situações de segregação social sobre as quais os jovens demonstram serem bons relatores:

As pessoas lá são discriminadas por quem não mora lá[...] acham que todo mundo é ladrão. Se tu fala que é do beco, ficam desconfiadas contigo. Mas também existe discriminação de quem é do bairro com quem não é. A gurizada olha pra cara de um de fora e não vão com a cara dele e já começam a puxar briga (Graziela).

Tal situação de segregação conseqüente de estereótipos construídos simbolicamente sobre os moradores das vilas estigmatizadas pela pobreza, violência, falta de serviços e de infra-estrutura, é reconhecida e reproduzida pelos próprios moradores da vila de uma maneira que pode ser considerada análoga à situação em que os *outsiders* da comunidade de Winston Parva⁷² (Inglaterra) - descrita e analisada por Elias e Scotson (2000) - reconhecem sua situação

⁷⁰ O conceito de identidade, neste caso, vai ao encontro com Uriarte (1998), onde a "identidade" se constrói a partir do contraste entre dois pólos de interação: a presença de iguais com quem se dá a identidade e a presença do diferente (ou Outro), que se faz presente no imaginário dos que se consideram iguais ou semelhantes. Em outras palavras, seguindo o pensamento deste autor expresso no estudo de Oliveira (2001) "a identidade se constrói a partir do reconhecimento de uma alteridade", do que se constitui como diferente.

⁷¹ O conceito de estigma é aqui encarado como o processo de construção e reprodução simbólica de características que criam estereótipos depreciativos sobre grupos sociais ao mesmo tempo em que são e produzidos por eles, lhes convertendo uma identidade ou um personagem esperado nas relações cotidianas pelos co-participantes de uma mesma cena, conforme modelo de análise dramático de Goffman (1988; 2007).

⁷² Ainda que, de acordo com indicadores sociológicos correntes, Winston Parva fosse uma comunidade relativamente homogênea, não era esta a percepção de seus moradores. Para eles, o povoado estava claramente dividido entre um grupo que se percebia, e que era reconhecido, como os *establishments* e um outro conjunto de indivíduos e famílias reconhecidos como *outsiders*. Os primeiros legitimavam a sua distinção e sua superioridade moral pelo fato de morar no local muito antes do que os outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os *outsiders* viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a desordem, como a delinquência, a violência e a desintegração.

estigmatizada nas relações de alteridade com outros habitantes da comunidade - os estabelecidos.

Mesmo que a situação de segregação analisada nesta dissertação se realize em um contexto diferente do descrito por Elias – nesta dissertação os atores sociais considerados analogamente “estabelecidos” residem em sua maioria fora da localidade das vilas – este clássico que retrata os “outsiders” apresenta contribuições teóricas para compreender que os jovens não reproduzem de maneira inconsciente os estigmas sobre os moradores da periferia e que sua condição de segregação não se dá apenas como um reflexo estrutural externo que os determina como “excluídos” de outros espaços. Nas condições precárias onde vivem, se apóiam cotidianamente em redes de relações de apoio mútuo que também geram significado sobre suas sociabilidades e sobre os atores que não se encontram nas mesmas condições.

As entrevistas qualitativas apontam uma realidade em que os jovens do Projovem Urbano percebem de maneira consciente os estigmas - ou “preconceitos” como mesmo relatam - e processos de segregação simbólica relacionados ao lugar onde moram ou a condição social dos moradores. Estigmas que ao serem reproduzidos também pelos moradores, criam uma espécie de cerceamento simbólico sobre os jovens que estão em casa sem trabalho ou estudo:

As pessoas lá da vila são muito preconceituosas, não são só os de fora, lá dentro é igual e pior, porque é todo dia. Minha irmã tem vergonha de sair de casa, fica lá fechada o dia inteiro com vergonha dos vizinho falador. Eu que tenho que arrastar ela de vez em quando. [...] tem gente que tem vergonha de ficar em casa, de não ter um trabalho e de se achar um vagabundo. Os vizinhos ficam cuidando, dizendo “olha lá o vadiu”, ficam cuidando da vida dos outros (Luciane).

Cerceamento que também ocorre quando procuram sair para outros lugares da cidade, seja em busca de trabalho ou de lazer, como aponta Coura (2009), referindo-se a experiência que os jovens da periferia têm com dispositivos invisíveis de controle de conduta que os limita aos seus lugares de origem⁷³. Com referência aos aspectos da vigilância social sobre os jovens pobres quando estes freqüentam lugares destinados aos estratos que exaltam uma “cidadania do consumo” - aquela designada pela representação do “cidadão de bem” – a

⁷³ Estas circunstâncias acirram limites em desenvolver relações de convívio para além de suas redes sociais locais que poderiam gerar experiências e informações sobre oportunidades de integração e mobilidade social diferentes das que vivenciam cotidianamente. Um exemplo típico deste resultado, é o retrato de poucos questionados e entrevistados demonstrarem expectativas de cursar uma faculdade (itens 6.1 e 6.2, capítulo 6). Nos raros exemplos que o fazem, demonstram não conhecer novas políticas que geram oportunidades de democratizar o acesso ao ensino superior, como o ProUni ou política de cotas.

análise da autora aponta que “espaços da cidade também guardam sentido e poder, atraindo determinados tipos sociais em detrimento de outros e funcionam como dispositivos que deflagram a condição social daqueles que o freqüentam ou intentam freqüentar” (idem, 2009, p. 3).

Além deste cerceamento simbólico, que não cadeia as portas, mas constrange os estranhos ou periféricos que querem entrar, há um outro tipo de segregação operacionalizada por estigmas também referentes ao lugar de moradia desses jovens – o que Novaes (2003; 2004) relaciona a “discriminação por endereço”. Esta discriminação, segundo a autora torna-se mais um critério de seleção na disputa por vagas no mercado de trabalho, elevando as dificuldades para acessar ou construir alguma perspectiva de carreira profissional ou de mobilidade social. Essa situação força os jovens, conscientes da existência deste preconceito, a criar estratégias de ocultamento de seus endereços na hora da seleção, as quais reforçam, não premeditadamente⁷⁴, entre os próprios moradores, uma desvalorização do seu lugar. *“Ah, se na entrevista tu disser que é da Kipling, não pega trabalho. Tem que mentir ou dizer que é de Canudos. Até para vender casa lá é difícil; quem quer sair não consegue”* (Jonatas).

Apesar de tais situações, estes jovens também demonstram não se acomodar com a depreciação construída e reproduzida cotidianamente sobre seus locais de moradia ou sobre suas condições, procurando reverter essa situação relatando seus esforços e de outros moradores para vencer as barreiras do preconceito e serem reconhecidos como trabalhadores:

Meu sonho é ter mais educação, conseguir um bom emprego e ajeitar a minha casa, deixar aquele lugar mais bonito, a vila mesmo. Sabe uma casa mais bonita, com tudo gramadinho, pintada, bem ajeitada(risos). Não quero sair da vila quando melhorar de vida, se eu melhorar. Quero morar lá e ajeitar as coisas para mostrar para todo mundo, pros meus amigos, que o nosso bairro também pode ser bom. Só depende da gente acreditar e fazer as coisas. Mostrar para toda essa sociedade que diz que a gente não presta que nós também somos gente, e gente importante, trabalhador. Mostrar para os vizinhos também, aqueles que só ficam criticando os outros, que a vila é boa, é de gente boa (Luciane).

Tais barreiras e preconceitos são um desafio cotidiano destes jovens. Além destas barreiras, precisam aprender a lidar com situações concretas de medo, violência ou tráfico de drogas apontados em suas falas:

⁷⁴ Fazendo referência as conseqüência não premeditadas da ação num ambiente de contingência da ação humana em Giddens (1989).

Lá tem muito roubo, assalto, quando roubam carro ou casa fogem tudo pra lá. [...] se tu falar alguma coisa, denunciar, te botam fogo na casa. A polícia até pouco tempo nem descia mais lá. Então tu só pode ficar observando. Tinha dia, pelo meio dia mesmo, que os traficante se pegavam na bala. As vezes, passavam antes avisando, com arma na mão, pra não leva as cria pro colégio que ia dar tiroteio. Eu ia pra dentro do banheiro de concreto com as criança e a bala comendo lá fora. Era ladrão contra ladrão. Existe bastante tráfico, mas não posso falar mais (risos)(Luciane).

Este cenário que gera medo e repressão, também alimenta o imaginário popular que homogeneíza os jovens da periferia como sujeitos violentos e ligados a criminalidade. “(...) *quem olha de fora acha que é tudo farinha do mesmo saco, que quem mora na vila é tudo bandido ou vagabundo*” (Lizandra).

Contudo, o que seria um cenário caótico para observadores leigos destas situações, é descrito com certa tranqüilidade de um dia-a-dia que, algumas vezes, passa a ser praticamente comum para aqueles que o vivenciam:

Quando tava perdido no crack, eu tava direto na rua, de virada no corredor aqui de um beco da Santo Afonso, onde todo mundo fuma. Lá ta dado que é o beco da pedra. É um corredorzinho de mais ou menos um metro de largura. Tem gente que fica lá mais de mês, sai atrás de grana e volta. Larguei porque anojei. O “trafi”, que é meu camarada, me deu um saco de pedra para vender, e fumar, para me virá um pouco. Mas fumei quase tudo aí anojei e o resto eu dei. (Éder).

Este jovem que relata tal situação estava, no momento da entrevista, há um mês “*fora da química, da pedra*” – com suas palavras. Entre “idas e vindas” no Projovem Urbano, tenta recuperar sua auto-estima e confiança com amigos e familiares, procurando restabelecer uma trajetória de estudos e trabalho dentro de um cotidiano em que pouca coisa tem para se envolver, conforme o que foi descrito no item 4.2.4, onde a rotina vivida por esses jovens é analisada.

5.2.2 Infra-estrutura e acesso a serviços em suas localidades

A situação de moradia se apresenta de uma maneira precária para muitos desses jovens. Dos 42 jovens que responderam o questionário, 39% dizem não ter casa própria, sendo que destes cerca de 50% vivem em casas cedidas por parentes ou amigos (ver dados disponibilizados no apêndice III). Ter uma casa própria parece ser um sonho ou desejo que alguns indicam não ser possível realizar, conforme a percepção sobre os limites do Projovem

(tabela 17, item 6.3). A percepção dessa dificuldade mostra-se como uma análise desenvolvida por esses agentes sobre as necessidades e possibilidades dos contextos onde vivem, onde poucos têm acesso a casa própria ao mesmo tempo em que ela é um desejo, ou uma necessidade. Os jovens acreditam que a partir das exigências e dificuldades encontradas em suas realidades, que mesmo com a conclusão do Projovem, não conseguirão alcançar a expectativa de ter uma de suas prioridades apontadas para o futuro. O que indica que seus sonhos e expectativas também são projetados e percebidos de acordo com as realidades vivenciadas e mediadas com suas redes sociais de vizinhos, amigos, colegas – fato a ser analisado no item 5.4.

Em relação a serviços básicos como os de água e luz⁷⁵, apenas 55% afirmaram que possuem rede de energia própria, sendo comum o uso de “gatos” nos seus contextos habitacionais. Essa é uma situação que parece trazer constrangimentos, já que acarretam dificuldades para terem acesso até mesmo de um endereço residencial - dado através da regularização da contratação de serviços como o de água ou energia elétrica⁷⁶. Com relação à água, chama a atenção que, mesmo sendo uma minoria (cerca de 5% dos questionados), alguns jovens não têm em suas casas nem mesmo acesso a este bem fundamental na rotina diária de qualquer pessoa. Como viver bem, com um sentimento de igualdade, de reconhecimento e de cidadania sem acesso facilitado a um copo de água ou a um banho⁷⁷? Como valorizar e planejar uma vida a partir de um direito fundamental para a integração social, como é o direito à educação, sem a afirmação de outros direitos fundamentais? É possível viver plenamente um direito fundamental como o direito à vida sem as condições mínimas para sua integração e reconhecimento na sociedade? Um jovem que não pode cuidar de sua aparência, ou de sua higiene pessoal diária, pode ter expectativas de inclusão pela educação e pelo trabalho, sem ter acesso a bens fundamentais que satisfaçam suas necessidades imediatas de sobrevivência, integração e reconhecimento social?

Não apenas os casos de precariedade de acesso a serviços básicos de água e energia elétrica são visíveis, mas a fragilidade de acesso a diversos direitos sociais nos seus contextos

⁷⁵ Dados disponibilizados na seção de apêndices da dissertação.

⁷⁶ Numa das entrevistas com os jovens que estavam se matriculando no Projovem Urbano, um dos entrevistados – Jonatas - indicou que uma das dificuldades de conseguir regularizar situações de documentação pessoal ou acesso a serviços ou programas públicos se dá pelo fato de não ter um comprovante de endereço no seu nome ou no nome dos pais.

⁷⁷ Em uma das atividades de observação de uma aula de ciências (biologia), notei que havia risos em relação a um jovem na sala de aula. Quando perguntei a uma de suas colegas sobre os motivos para os risos, ela respondeu que o jovem “fediu”. Uma outra colega ouviu o comentário e, ficando constrangida com a situação, relatou que o jovem de quem alguns colegas próximos estavam rindo não tomava banho porque não tinha água em sua casa.

de moradia, conforme dados apontados na tabela 1. Enquanto que o acesso à escola, transporte e saúde parece tanger a localidade da maioria dos questionados, percebe-se que outros direitos sociais necessários para o desenvolvimento não apenas de uma condição juvenil, mas de um desenvolvimento dos próprios laços de sociabilidade e integração na comunidade onde moram praticamente inexistem para esse público. Neste sentido, apenas quatro jovens responderam afirmativamente terem acesso a atividades de lazer e cultura em suas localidades. Nem mesmo a elevação do número de políticas de assistência se faz presente na realidade destes jovens, já que também apenas quatro responderam que existem serviços ou programas de assistência social sendo desenvolvidos nas proximidades de suas moradias.

Tabela 1 - Acesso a serviços e/ou direitos sociais:

Serviços públicos e/ou direitos sociais	Nº de apontamentos	%
Escola próxima	39	92,9
Transporte público próximo	36	85,7
Posto de saúde	30	71,4
Praça de esporte/lazer	4	09,5
Atividades culturais*	4	09,5
Serviços de assistência social**	4	09,5

* Foram citadas como atividades culturais o programa Escola Aberta (2) e os CTGs (2);

** Foram citados o conselho tutelar(2), o CRAS(1) e o ASEMA (1);

*** Questão estruturada de múltipla escolha com opção aberta nos dois últimos itens.

Para Lizandra, o fato de “morar na vila”, onde há pouco acesso a serviços, condiciona situações não apenas de acesso a direitos, mas também de um (des)reconhecimento social quando buscam acessar o mercado de trabalho:

Uma vez cheguei numa entrevista (para trabalhar de auxiliar de cozinha) com o sapato um pouco sujo. Olharam para minha calça e inventaram uma desculpa, assim, na minha cara. Tem gente mais rica que acha que todo mundo que mora na Santo Afonso não presta. Se falar que é aqui da Palmeira aí sim ta ralado. Tu acham que um bairro com mais de 50 mil habitantes tem condições de ter uma rua igual a essa minha? Não tem orelhão, se tiver que pegar ônibus tem que caminha até lá em cima no asfalto. Não adianta, aqui é vila, não tem nada.

Segundo relato da maioria dos entrevistados, em suas localidades existem serviços de saúde, educação, transporte público, mesmo que para alguns seja um pouco mais afastado. A maior reclamação ficou por conta de acesso a atividades culturais, ou ao lazer e ao desporto.

Todos, mesmo aqueles que moram nos locais mais privilegiados dos bairros onde são desenvolvidos os núcleos do Projovem Urbano⁷⁸, alegam essa fragilidade que aponta para uma certa monotonia coletiva de amigos, familiares, vizinhos que no dia-a-dia não tem nada para fazer além de trabalhar, olhar televisão, ou apenas conversar. São exemplos disso relatos tais como “(...) *não tem nada aqui. Tem só uma pracinha que algumas pessoas vão nos finais de semana, mas pouca gente*”(Graziela). Ou ainda o exemplo de Éder:

Durante a semana não tem nada para fazer. Como não tô trabalhando, a única coisa que faço é às vezes tomar chimarrão com meus pais que estão aposentados e ir procurar emprego, de vez em quando. O resto que sobra é televisão. Nunca tem show, teatro nem pensar. Qualquer coisa. Não jogo bola, mas poderia ir ver algum torneio durante a semana. Mas se não tem nada nos finais de semana, com exceção de algumas escolas que tem o “Escola Aberta”, vai ter o que na semana, né?

A necessidade destes espaços é de fundamental importância para vivências de juventude que possam ir além de uma definição conceitual ou estratégica em termos de objetivos governamentais, já que tanto sua sociabilidade e sentimento de pertencimento a um lugar, que possa também favorecer algum engajamento cívico com esta localidade, depende de espaços públicos que propiciem a integração e reciprocidade pela cultura, esporte e lazer vivenciados em um lugar comum, de direito e de responsabilidade de todos.

5.2.3 Representações sociais sobre cidadania e direitos

Como, a partir dessas vivências em contextos de estigmatização que os segregam em locais desprovidos de serviços e direitos sociais, ter uma percepção de cidadania relacionada à condição de ter direitos, ou ao reconhecimento de *ter direito a ter direitos*⁷⁹ dentro de um espaço – a polis ou a cidade - onde se afirmariam de maneira igualitária, em relações de interdependência ou reciprocidade, suas singularidades, diferenças?

Essa situação acrescida de uma realidade onde há pouca experiência de ações de engajamento cívico – ou de participação cidadã como prevê o Projovem Urbano – e uma multiplicidade de vivências de cunho clientelista⁸⁰ ou paternalista que constrói concepções de

⁷⁸ O programa de aulas e de participação cidadã do Projovem Urbano é realizado em cinco núcleos em Novo Hamburgo, conforme definições estratégicas da gestão municipal. Foram considerados prioritários cinco bairros do município, sendo desenvolvido um núcleo do programa em cada um.

⁷⁹ Conforme definição de cidadania apresentada no segundo capítulo.

⁸⁰ Sobre o tema clientelismo, Nunes (1999) destaca este fenômeno como um dos quatro padrões institucionalizados de relações que permeiam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil. Para o autor, o clientelismo seria um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediações de interesses, no qual não haveria um número fixo de unidades constitutivas, agrupadas em pirâmides ou em redes

cidadania ancoradas em lógicas de privilégio ou carência, reduz as possibilidades de que as propostas de inclusão cidadã do programa tenha ressonância suficiente para que esses jovens se mobilizem em projetos coletivos de mudança de suas realidades sociais, firmados na perspectiva de uma cidadania ativa⁸¹.

Uma situação comum é um imaginário permeado por elementos de uma cultura política assistencial, paternalista que nega a condição dos direitos e da cidadania. Nas entrevistas, quando indagados sobre suas opiniões em relação ao papéis do governo e do cidadão na sociedade, foram destacadas concepções de um papel paternal, benevolente com os pobres inúmeras vezes – *“governo tem que ajudar os pobres, financeiramente”* (Cristiano), *“com alimentação”* (Jonatas). *“Parar de ajudar os ricos e ajudar os pobres”* (Luciane). Quanto ao papel do cidadão, é freqüente a associação de sua ação enquanto responsável pelo seu trabalho *“O cidadão tem que trabalhar para ser feliz”*(Cristiano).

Mas há também noções de um papel de responsabilidade cívica em acompanhar, fiscalizar e mobilizar ações para que políticas sejam cumpridas. Porém estas políticas são compreendidas como promessas que se fizeram em troca de votos e não como direitos. *“A população tem que se juntar para cobrar as promessas que fazem nas eleições. Tinha que exigir (...) descer lá na vila e pedir voto é fácil”*(Lizandra).

O sentido da cidadania associada à realidade de promessas mercantis de políticas públicas em troca de apoio em períodos eleitorais parece reforçar um imaginário descrente em saídas coletivas para seus problemas comuns, ou mesmo de uma cidadania ativa que cobre a implementação de políticas para garantia de seus direitos.

Cidadania, capaz que vão fala sobre cidadania, os outros vão pensar o que (?), que tu ta loco. Só os candidatos é que vem falar disso nas eleições [...] depois acaba e fica tudo a mesma coisa, a tua casa, não te ajudam como disseram, o valão, a rua suja (Luciane).

baseadas em relações pessoais e institucionais que repousam em trocas generalizadas, permitindo a disputa freqüente pelo controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território.

Ainda em relação a uma análise teórica sobre o clientelismo, Bezerra (1999) destaca que as análises têm dado relevância à idéia de que o clientelismo implica apenas troca de benefícios públicos por apoio político e votos. Para este autor, entretanto, estes elementos não são os únicos presentes, já que a troca de benefícios e apoio (ou votos) constitui um momento de uma relação mais ampla entre os atores envolvidos ao instituir obrigações morais entre eles que, em geral, não são aspectos considerados na análise. Para ele, predomina uma perspectiva reducionista que tende a mercantilizar estas trocas de modo mecânica e utilitarista. *“Neste caso, a dimensão propriamente sociológica dessas trocas é deixada de lado (...)”* e *“as (...) mediações necessárias para que os benefícios sejam concedidos e os votos obtidos não chegam a ser examinados”*(p.16).

⁸¹ Cidadania ativa conforme Benevides (1991).

Assim, neste contexto de interação sobre seus direitos, muitas vezes a concepção de cidadania fica ancorada em marcos interpretativos⁸² de um imaginário social que tem ressonância com situações e idéias relacionadas a quem trabalha, ou a comportamentos com relação aos vizinhos ou de ações voluntaristas nas suas comunidades ou de voluntariado que relacionam solidariedade à caridade.

Os dados da amostra, segundo as tabelas a seguir, também reforçam esta análise sobre seus imaginários em relação ao tema cidadania:

Tabela 2 – Concepção de cidadania dos jovens questionados

Concepções	n	% (n/42)
Relações de convivência social tais como "saber viver em sociedade" e "respeitar outras pessoas e ser respeitado", "ser da paz".	8	19,2
Ajudar os outros / "ajudar o próximo"/ trabalho voluntário / "solidariedade"	7	16,7
Ter direitos/ direitos e deveres	5	11,9
Colaborar com a comunidade / participar na resolução de seus problemas	3	7,1
Sentir-se parte da sociedade/ ser reconhecido	3	7,1
Programas sociais / projetos sociais	2	4,8
Votar	1	2,4
Ter responsabilidade com o que faz	1	2,4
Compartilhar	1	2,4
não respondeu / não sabe / não opinou	14	33,3

*questão semi-aberta: "O que você entende por cidadania?"

Tabela 3 – Opinião dos jovens sobre quem é cidadão no Brasil:

Concepções	n	% (n/42)
Todos	11	21,4
Quem tem bom nível de ensino; os trabalhadores;	4	9,6
"quem ajuda o próximo", "as pessoas de bem com a comunidade", "quem faz a diferença"	3	7,1
Quem possui registro nascimento / documentos em dia	3	7,1
Quem tem direito de ir e vir	2	4,8
Quem vota e exerce seus direitos	2	4,8
"quem não prejudica ninguém", "aqueles que são honestos"	2	4,8
"quem é responsável com o mundo"	1	2,4
Quem paga imposto	1	2,4
não respondeu / não sabe / não opinou	12	28,6

* questão semi-aberta: "Na sua opinião, quem é cidadão no Brasil?"

⁸² O conceito de marco interpretativo é entendido aqui como algo semelhante ao conceito de representações sociais, onde os conceitos, temas, objetos ou circunstâncias precisam ter uma ancoragem nos elementos já conhecidos pela experiência cotidiana compartilhada com as redes sociais dos sujeitos investigados. Nesta situação, essas experiências compartilhadas coletivamente através de elementos lingüísticos e simbólicos são dotadas de sentido e significado. Um exemplo da aplicação do conceito pode ser verificado em Ancelovici (2002), onde o autor, numa linha compreensiva sobre a ação coletiva, apresenta um estudo de caso sobre a atuação da ATTAC na França.

É interessante notar que o maior percentual de jovens optou por não responder a esta questão do questionário, mesmo que este questionário tenha sido aplicado durante a realização das aulas de participação cidadã. Essa reação reforça a análise de que debates sobre a cidadania não faz parte do cotidiano desses jovens, de suas experiências mediadas nos seus contextos de interação social. Ou quando faz, se realiza em situações como os dados qualitativos antes apontaram: frustração, dívidas clientelistas, esperanças de ações paternalistas.

Interpretando os dados coletados na amostra e os significados apreendidos nas entrevistas qualitativas, parece não haver ressonância dos aspectos e significados da cidadania⁸³ com um sentido mais voltado à ação coletiva, participativa. Mas sim, uma certa ancoragem do termo cidadania com aspectos práticos e tradicionais de seus cotidianos – cidadão é o trabalhador, o estudante, quem tem dinheiro para pagar impostos. Ou ainda ancorado em discursos midiáticos e religiosos que apresentam significantes de que cidadania é relacionada a trabalho voluntário, solidariedade do tipo benevolente, onde cidadão é “quem ajuda o próximo”.

Estes significados aparecem nas respostas de Gabriel e de Éder para a questão da entrevista que procurava identificar suas representações sobre quem é cidadão no Brasil. Para o primeiro, cidadão é *“todo mundo que é trabalhador, que batalha (...)”*, enquanto que para o segundo é *“quem trabalham em ONG, quem trabalha com as crianças de rua, só aqueles que trabalham voluntariamente (...) esses são os verdadeiros cidadãos.”*

Sobre a ancoragem com a idéia relacionada a ter seus documentos em dia (7,1% dos questionados), esta se dá possivelmente pela experiência que possuem em programas e serviços sociais – também destacados como um entendimento sobre cidadania (4,8%) - que exigem esta documentação. Situação que se repete quando surgem oportunidades no mercado formal de trabalho que, em geral, exige o CPF e a carteira de trabalho.

A questão da discriminação e segregação espacial volta a aparecer com “quem tem direito de ir e vir”. Este tipo de resposta indica o já relatado estigma que possuem por serem jovens da periferia – o que, muitas vezes, lhes limitam direitos básicos como os direitos civis

⁸³ Numa análise orientada pelo arcabouço teórico weberiano, o sentido socialmente construído por estes jovens sobre o tema cidadania, dentro de seus contextos de ação, estaria vinculado a um tipo tradicional de ser trabalhador ou ser honesto. Por mais que o projeto político-pedagógico de programas como o Projovem Urbano estabeleça como meta o incentivo a um engajamento cidadão destes jovens, uma pedagogia voltada a formação de uma cidadania ativa precisa levar em conta esses elementos que guiam concepções e práticas.

de liberdade individual. Tal fato não é novidade quando outras análises indicam que os aparelhos do Estado destinados para a repressão ao crime e à violência organizam estratégias de intervenção selecionando “criminosos em potencial” de acordo com representações presentes num imaginário social que relaciona jovens pobres com situações de violência (Zaluar 1995;1997). Estes, ao serem relacionados corriqueiramente com práticas de criminalidade acabam sendo representados pela polícia como sujeitos das classes perigosas, que precisam ser vigiados (Oliveira, 2003) ou então “varridos” em operações de “higienização”⁸⁴ dos espaços que não lhes são destinados.

A discriminação sobre as pessoas que moram ali na vila é maior por parte de outros jovens e da polícia. Já fui seguido várias vezes [...] aí quando to chego na vila, antes de entrar[...] eles (policiais) nos abordam” (Jonatas, 19 anos).

[...] eles fazem muito paredão com a gurizada. Vira e mexe, passam na rua e abordam meus amigos. E a abordagem é aquela que tu sabe: mão na parede vagabundo, tapa na cabeça, chute nas pernas para abrir as penas” (Graziela, 22 anos).

Cabe ressaltar que os momentos de campo demonstraram que a repressão e a vigília sobre o direito de ir e vir destes jovens não parece operacionalizado apenas pelos mais conhecidos aparelhos de Estado. A entrevista com Gabriel foi realizada uma rua secundária à escola. Sentamos de baixo de uma árvore devido ao sol “torrante” de 35 graus do final de março. Eram cerca de 12h30 min – horário marcado em frente à escola para que depois da entrevista o jovem pudesse ir para seu trabalho. Como os portões gradeados da escola estavam fechados neste horário e por ser a primeira entrevista naquela localidade, sem um contato prévio com a escola, decidi realizar a entrevista na calçada de uma rua paralela à escola mesmo.

No momento da entrevista passou um carro cerca de três vezes nos vigiando na calçada. Perguntei ao entrevistado quem era essa pessoa que nos cuidava e o mesmo respondeu, de maneira cautelosa dizendo “*é o patrão daqui da zona*”. “*Ele mora aqui. Aqui! É, ali naquela casa amarela (...) por isso, que aqui é calmo (...) “eles” não gostam de bagunça, estão sempre cuidando o que está acontecendo*”.

⁸⁴ Este processo de higienização sobre jovens pobres da periferia tem seu gérmen na histórica doutrina da situação irregular presente no Código de Menores que perdurou no Brasil por mais de meio século (1927-1990). Esta legislação regulou para a infância pobre políticas de controle, vigilância e isolamento, vinculadas a um projeto de desenvolvimento nacional que considerava a criança pobre, que rodeava os centros das grandes cidades, como sujeitos potencialmente perigosos para tal projeto. Ver Rizzini (1997).

Ainda sobre os aspectos representacionais que estes jovens constroem sobre o tema cidadania – dos jovens que procuraram dar uma resposta à questão – a maioria aponta para a idéia de que “todos” somos cidadãos (21,4%). Mesmo que a maioria tenha se negado a responder sobre o tema indicando pouco conhecimento ou pouco interesse sobre o mesmo, em termos de análise, é relevante destacar uma outra abordagem sobre a idéia de “todos são cidadãos” na fala de uma jovem. Esta, quando entrevistada, demonstrou-se mais inquieta com as condições desiguais que os jovens moradores das periferias urbanas vivenciam, desmitificando em seu relato a idealização de uma igualdade plena em condições socioeconômicas desiguais:

Cidadão sou eu. Claro que tem cidadão de sociedade alta, baixa, média. Eles fazem esse esquema aí, no fórum, na prefeitura, no posto de saúde, na escola. Pra eles tudo tem limite, principalmente para a sociedade baixa. A baixa é a nossa, quem tá na pobreza. A média é quem tem a casa de material, uma moto ou um carrinho. Sociedade alta é aquela que tem uma casa bonita, grandona, dois carro na garagem, fica lá só no “pa-pa-pa” (imitação do som produzido ao digitar através do teclado do computador). Aí liga pro restaurante, quero tal comida. Ahh, hoje quero pizza (risos), pode ser pizza ou então vai com a família no carro para lanchar fora. Pobre não tem isso, o máximo é ir pro valão, pescar peixe, ficar comendo mosquito (risada) (Luciane).

O relato apresenta uma concepção de que a cidadania se estende normativamente a todas as pessoas, mas, na percepção do próprio relator, esta realidade institucional não se aplicaria na prática experimentada cotidianamente, quando são destacadas situações de desigualdade no acesso a serviços ou a bens de consumo. Situação que configuraria uma estratificação social conhecida e relacionada pelos jovens à suas situações sócio-econômicas que limitam a realização de uma condição plena de igualdade civil, quando são reconhecidos socialmente como *cidadão de terceira classe* ou *sociedade baixa*.

Tem esses três tipos de cidadania. Somos todos cidadãos iguais, somos um cidadão só, né? Mas quem decide essa separação aí é a comunidade. A sociedade é que faz os limites, constrói a sociedade alta. É por esses limites que a sociedade alta já melhorou a sua vida, para separar os outros. Se vai na prefeitura, no posto, na escola, hospital, quem tem carro tem preferência, fica na frente. O dinheiro fala mais alto (Luciane).

Por fim, ainda numa breve análise sobre suas representações sobre um tema central de desenvolvimento do Projovem Urbano – a cidadania – cabe destacar o fato de que 19,2% dos jovens que participaram do questionário apontam uma co-relação deste tema com a concepção de uma boa situação de convivência, de respeitar e ser respeitado, “ser da paz”. Essa

associação da cidadania como um valor necessário para mediar relações sociais conflituosas parece ser construída frente a situações rotineiras que enfrentam de violência e discriminação já relatados e analisados anteriormente.

5.2.4 Como vivem suas rotinas diárias

A rotina diária é uma variável fundamental para compreender os processos que constituem as percepções destes jovens sobre os possíveis resultados que o Projovem pode trazer em termos de mudança em suas vidas, bem como para compreender aspectos da reflexividade de suas ações, principalmente a partir de sua consciência tácita sobre os limites encontrados em seus contextos para atingir objetivos de mobilidade social e inclusão cidadã através da elevação da escolaridade e da inserção em melhores condições de trabalho.

Neste sentido, Giddens (1989; 1991) ressalta que a rotina é um fator fundamental para o senso de segurança ontológica dos atores, pelos limites destes monitorarem conscientemente, a todo instante, toda a complexidade de relações nas quais as suas ações estão envolvidas. Segundo o autor, é a partir da reprodução de atividades rotineiras que os agentes conseguem desenvolver suas ações limitando a ansiedade e a insegurança com relação às múltiplas possibilidades de resultados que estas podem trazer.

Para Giddens, a competência dos agentes não se limita à consciência discursiva sobre as condições de sua ação. Na sua perspectiva analítica, o cotidiano se entrelaça com a reprodução de atividades não-conscientes ou não refletidas discursivamente que permitem aos atores controlar a ansiedade e a insegurança sobre os possíveis resultados de suas ações rotineiras, bem como realizar outras atividades onde é necessário uma maior concentração ou planejamento em seus contextos de vida:

Muitos dos elementos da habilidade de ser capaz de “seguir em frente” são levados ao nível da consciência prática, incorporada à continuidade das atividades cotidianas. Ela é parte integrante do monitoramento reflexivo da ação [...]. A maioria das formas de consciência prática não poderia ser “tida em mente” no decorrer das atividades sociais, pois suas qualidades tácitas ou supostas constituem a condição essencial que permite que os atores se concentrem nas tarefas pela frente (Giddens, 2002, p.39).

Para o autor, num contexto de modernidade tardia, onde a relação espaço-tempo em que se dá a ação social não é mais mediada pela tradição que organiza o futuro de acordo com

a reprodução segura do passado, as maiores possibilidades que geram maior autonomia de escolha se fundem às incertezas com relação ao futuro. Numa realidade social analisada à luz desta teoria social sobre a “Modernidade”, onde o espaço e o tempo local se desacoplam e passam a ser referenciados em relação ao espaço-tempo global, através do conjunto de informações disponíveis⁸⁵ e mediadas cotidianamente, as alternativas de vida, as possibilidades e oportunidade se multiplicam numa mesma proporção das incertezas com relação ao acerto de escolhas e sucesso diante destas escolhas feitas (1991; 2002).

A sucessão da vida social de um contexto pré-moderno para um momento de alta modernidade, segundo o autor, conduz a uma radicalização dos níveis de insegurança, incerteza e, conseqüentemente, de reflexividade dos agentes.

Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana (Giddens, 1991, p.45).

Desta forma, podemos presumir pela análise de elevação dos níveis de reflexividade dos agentes num contexto de modernidade tardia, que a consciência tácita estabelecida na reprodução de comportamentos rotineiros seja tão importante como a consciência discursiva para que os agentes possam planejar suas vidas, fazer escolhas e opções ao mesmo tempo em que desenvolvem outras atividades já dominadas pelos agentes no fluxo cotidiano.

Por esta razão, analisar de que forma estes jovens que participam do Projovem Urbano estabelecem seus eixos básicos de segurança – analisando parte de sua rotina neste caso - subsidiará a compreensão da reflexividade que irão desenvolver sobre as possibilidades e os limites que irão encontrar para atingir suas expectativas de mobilidade social ou inclusão social através do Projovem⁸⁶.

⁸⁵ A contribuição da análise teórica sobre essa mescla de múltiplas informações globais dadas num curto espaço de tempo, como jamais visto, também é retratada por Bango (2003). No seu estudo sobre políticas de juventude na América Latina, o autor aponta que, numa modernidade avançada, a possibilidade de ver simultaneamente imagens sobre Chiapas, Kosovo, ou Somália geram um sentimento de contingência onde tudo pode ocorrer num abrir e fechar de olhos. Para o mesmo, quando informações tão diferentes como a decodificação do genoma humano e a situação de 45 milhões de jovens latino-americanos vivendo em extrema pobreza são partilhadas no presente pelos mesmos atores, um futuro previsível torna-se impensável.

⁸⁶ A análise sobre esta reflexividade é realizada no capítulo 6. Neste primeiro momento, a intenção é demonstrar elementos constitutivos do cotidiano vivido pelos jovens.

Tabela 4 - Atividades integrantes das rotinas diárias dos jovens questionados:

Elementos	Nº de apontamentos	% (N/42)
Trabalha um turno em casa	10	23,8
Trabalha o dia inteiro em casa	07	16,6
Trabalha um turno fora	08	19,1
Trabalha o dia inteiro fora	12	28,6
Faz bicos para ter renda extra	18	42,9
Conversa mais de 3h diárias com seus amigos/vizinhos	07	16,6
Assiste mais de 3h diárias a programas de TV	16	38,1
Cuida dos filhos	12	28,6
Não tem muita coisa para fazer além do ProJovem	14	33,4
Participa de atividades desportivas e/ou culturais	06	14,3
Outros itens da rotina: Igreja (3), Escola aberta (1), bailes (1).	05	11,9

*Questão estruturada de múltipla escolha com opção aberta na última sentença: “O que você faz no seu dia-a-dia de maneira mais constante?”

Com relação à rotina diária, a maioria dos jovens que responderam ao questionário mostraram um dia-a-dia fundamentalmente ligado a responsabilidades com o trabalho. Como foi destacado anteriormente, estes jovens são responsáveis ou co-responsáveis pela manutenção da renda doméstica, sendo a relação de prover o sustento da família mais que uma opção, mas uma necessidade e uma preocupação central na vida destes atores.

Para os jovens trabalhadores, o cotidiano de trabalho deste grupo mostra-se dividido em duas realidades: aqueles que trabalham fora de casa e os que trabalham na suas próprias casas. Mesmo que um percentual de cerca de 42% (18 dos 42 jovens questionados)⁸⁷ apresentem experiências de trabalho formal como no caso das fábricas de calçados da região, há um bom número que vive na informalidade, trabalhando em casa (40,4%) em um ou dois turnos diários ou procurando fazer bicos para complementar a renda. Essa informalidade leva-os a rotinas em que precisam dar conta de tarefas de trabalho e obtenção de renda extra através de bicos para o seu sustento ou da família, porém sem maiores compromissos com horários ou com um disciplinamento mais rigoroso dos ambientes formais de trabalho. Apenas 12 jovens responderam que trabalham o dia inteiro fora de casa. Os jovens que

⁸⁷ Ver item 5.3.2, tabela número 9.

trabalham apenas um turno fora ou um ou dois turnos em casa, vivem um cotidiano que permite conciliar a atividade laboral com uma interação mais frequentes com os filhos, amigos, vizinhos, parentes, bem como com momentos de lazer.

Este último caso aplica-se a maneira como alguns jovens entrevistados vivem seus dias-dias. Graziela, por exemplo, relata: *“acordo cedo, trabalho com as fivelas, cuidado dos meus filhos, de noite vou pro Projovem. Às vezes, mesmo com muita encomenda para entregar, converso com duas amigas vizinhas que vão lá em casa, dá para escutar rádio, ver televisão”*.

Outros jovens, entretanto, na informalidade atravessam rotinas maçantes de trabalho, principalmente no caso de mães solteiras que moram sozinhas com seus filhos, que além de trabalhar, precisam despender atenção diária no cuidado com os mesmos. Esse é o caso de Luciane, que é viúva e vive uma verdadeira corrida contra o tempo para conseguir trabalhar, estudar e dar atenção para os filhos. :

Trabalho de segunda a sexta em casa de família. Lá eu cuido de uma guria doente. Faço café da manhã, almoço e deixo a janta iniciada. Limpo a casa também todo o dia. De segunda a sexta, né[...] fico das seis e meia (18:30) até às dez da noite estudando no Projovem. Na sexta a noite, eu trabalho de segurança num salão de baile. No sábado(na madrugada), eu saio do salão e volto para a casa da família onde trabalho (direto). Só no domingo eu volto pra casa, até porque no sábado á noite eu volto pro salão. Nisso carrego meus filhos pra cima e pra baixo, principalmente minha guria mais nova que tem quatro anos. Os outros dois a minha mais velha (14 anos) cuida [...] de vez em quando, né (risos...).

Ao mesmo tempo em que possuem expectativas de atingir uma mobilidade social através da educação formal e de cursos de qualificação que venham permitir um ingresso mais estável em alguma profissão e trabalho formal⁸⁸, cabe perguntar até que ponto estes jovens estão dispostos ou “seguros” o suficiente para enfrentarem uma nova condição e rotina diária em um trabalho com um maior formalidade de horários, com disciplinamento e vigilância de seus comportamentos? Ou, quando o medo do futuro, segundo Novaes (2003), é quase um sinônimo de sobrar no mundo do trabalho - até que ponto os medos de se esforçarem em novas dinâmicas educativas e de não atingirem suas expectativas de inserção profissional não

⁸⁸ Com relação à expectativas de trabalho, muitos demonstram estar à procura de um primeiro emprego com carteira assinada. Este é inclusive um valor que representa um status de mobilidade social para este jovens, como veremos adiante na análise sobre as percepções dos jovens sobre as possibilidades que o programa oferece, no item 6.2 do capítulo 6.

lhes paralisa diante da oportunidade de refazer uma trajetória escolar que futuramente pudesse desencadear numa inclusão mais estável no mercado de trabalho?

Neste sentido, Lizandra, apesar de demonstrar grande insatisfação com sua condição rotineira de ficar apenas ligada aos cuidados diários dos filhos e da casa⁸⁹, não tendo pessoas para conversar ou atividades diferentes para se envolver, relatou que o principal fator para ter desistido de frequentar o programa foi a dificuldade de conciliar o cuidado com os filhos e a casa com as aulas à noite, sem condições ou perspectivas seguras de pagar alguém para isso:

Tentei começar a estudar, aí não deu certo, era o que eu queria, sabe. Me obriguei a não ir mais. Não tinha com quem deixar as crianças. Podia pagar alguém com o dinheiro da bolsa, mas tinha que deixar eles já jantados ou depois da aula ir fazer janta ainda [...] fica difícil. É difícil, porque eles têm que ir para a aula de manhã, depois tenho fazer o almoço, aí pegar eles na escola. Se tivesse a certeza de conseguir um trabalho bom, onde eu pudesse pagar alguém que fizesse essas coisas, eu ficaria mais tranqüila.

Há outros casos de jovens que trabalham o dia inteiro fora, se envolvem em atividades desportivas quando tem tempo para lazer e buscam, mesmo que dentro de um período enxuto de tempo, programas como o Projovem para se qualificar na esperança de obterem futuramente melhores condições de empregabilidade. Essa é a situação de Gabriel, que com o apoio da família da namorada, depois de uma trajetória difícil, no período da infância, com relação às condições de vida em sua família, tem conseguido conciliar o trabalho, estudos, lazer e planos para o futuro: *“trabalho até as seis da tarde, daí corro para chegar em tempo na aula. Quando é feriado, ou nos fins de semana, jogo basquete, ando de skate e namoro também”*. Com relação ao programa em sua rotina, ele destacou:

[...] vai ser difícil conciliar tudo o que a gente tem que fazer e o que a gente quer fazer, mas vai ter que dar. Essa é uma chance que tenho de voltar a estudar, recuperar o tempo perdido, uma oportunidade que não tive antes. E a família da minha namorada me dá todo apoio para isso, são muito legais. O meu sogro me entende porque o que aconteceu comigo também aconteceu com ele. Também morou com os sogros porque teve problemas com sua família⁹⁰.

⁸⁹ Quando relatou sua rotina, destacou que *“é igual todo dia, sem fazer nada. Fico em casa, sem fazer nada, só cuidando dos filhos, da casa, sem trabalhar, levando as crianças para a escola(...)”*. Situação que traz alterações na sua condição de saúde, *“(...) a médica (psicóloga do CAPS) diz que tô ficando com depressão (...). Por ser muito fechada em casa, ta me dando umas crises, sabe, dos nervos. (...) tô tomando um calmante (homeopático)”*.

⁹⁰ Gabriel teve uma trajetória em que morou com avós, tios e agora com seus sogros, em função de problemas de saúde mental de sua mãe. Em função de mudanças constantes de endereço e da necessidade de trabalhar para auxiliar nas famílias com quem morou, teve seu percurso escolar interrompido.

Para outros, existe claramente um cotidiano composto por certa ociosidade e preocupação em fazer alguma coisa para “quebrar a rotina”. O trabalho enquanto categoria representada por eles como necessidade de subsistência econômica e como “encaixe” na sociedade, aparece também nessa relação de quebra de rotina ociosa:

Acordo tarde, de meio dia, curto uma tela, vejo desenhos, vê uma coisa da escola e aí, as vezes, vou atrás de trampo. Como to o dia inteiro de bobeira, sem nada para fazer, o cara acaba fumando uns back, para passar o tempo [...]pra não ter vontade de outras coisas⁹¹ [...] não me sentir sozinho é importante. Procuo algum camarada que também teja de bobeira, mas não tem, Não tem o que fazer, não tem jogos, praça, amigos na bobeira com essa idade. As vezes faço uns bicos, arrumo umas pinturas para fazer. Sem dinheiro é difícil de procurar trabalho, não tem grana para ficar pegando ônibus. Já atravessei a cidade atrás de um trabalho, para uma entrevista, e cheguei lá todo suado, nem me atenderam direito (Éder).

Com relação ao lazer, à pratica de esportes e acesso a atividades culturais em suas comunidades, nota-se que um minoria tem o convívio cotidiano com essas propostas de sociabilidade. Apenas seis dos 42 jovens questionados afirmam participarem de atividades de esporte ou cultura. Outros apontam que a igreja, os bailes e a escola aberta⁹² fazem parte de suas rotinas. Percebe-se que o lazer é algo colocado de uma maneira secundária para estes jovens. Estando numa fase considerada juvenil pelo próprio programa, é interessante notar que poucos apontam refúgios para vivência de uma sociabilidade juvenil ancorada no lazer. E este lazer é bastante restrito – igreja, escola aberta, ou bailes (apenas um entre os 42 jovens questionados salientou essa possibilidade). Éder, um dos jovens entrevistados demonstra desânimo com esta situação, relatando que “*Não tem nada não, não tem atividade cultural, lazer muito pouco. A maioria das coisas que tem é pra criançada, nas escolas, nos projetos*”.

Um caso típico é o de Luciane. Ancorada numa rotina diária de muito trabalho na casa em que trabalha de babá e doméstica, ou de segurança nos finais de semana, o que lhe sobra é poder participar da escola aberta em alguns domingos. De resto, o que está ao seu alcance é conversar com os vizinhos e desfrutar de um momento “sossegado” admirando a paisagem que figura ao lado do arroio em sua comunidade:

⁹¹ Éder estava, no período de realização das entrevistas, em tratamento para deixar o crack.

⁹² Programa promovido pelo governo Federal e desenvolvido em parceria com os estados e municípios que consiste em abrir para a comunidade os espaços das escolas nos finais de semana para realização de atividades culturais, desportivas e de ensino, transformando-os em locais de convivência e de aprendizagem para as famílias que habitam o bairro, privilegiando a juventude, por meio da possibilidade de aproximação entre o cotidiano da escola e a vida da comunidade.

Não tem o que fazer. É a mesma coisa todo dia, a mesma rotina [...] levo as crianças para escola, vô trabalha e deu. A minha rotina é do lar e fora do lar. Eu ando muito, demais pra todo o lado. De vez em quando eu brinco com meu gurizinho. Converso com os vizinhos nos finais de semana, feriado. Quando não tenho aula à noite também converso com os vizinhos. Tenho uns amigos, a gente fica olhando as vaca do outro lado do valão (risos). Rico vai pra serra né (risos), pobre tem o valão. Mas é bonito aquele lugar. Nos finais de semana, quando posso, nos domingos, participo do escola aberta, onde jogo handebol. É o único lazer que tenho e os momentos que consigo ficar mais com eles.

Há um desejo implícito de uma vontade de viver uma condição juvenil negada nas suas trajetórias de vida onde a escola ficou para trás junto com um projeto social de uma adolescência, muitas vezes negada pela necessidade de trabalhar para complementar a renda da família ou para cuidar dos filhos. Porém, essa vontade acaba sendo muito limitada ou por circunstâncias individuais, quando já são pais e/ou trabalhadores, ou por fatores econômicos, quando a responsabilidade com o trabalho e sustento da família torna-se a prioridade, ou ainda sociais – quando a localidade onde moram oferece poucos espaços para afirmação de seus direitos como jovens e como cidadãos.

O Projovem Urbano, diante dessas fragilidades, acaba sendo mais que uma oportunidade vinculada a um futuro aonde venham a ser incluídos e a viverem uma melhor condição socioeconômica através da elevação da escolaridade e da qualificação profissional. Para muitos, destacando o caso das jovens mães entrevistadas, o Projovem é também uma única oportunidade de viver uma condição juvenil nunca antes vivida, livre das rotinas de trabalho e cuidados com a família e baseada em redes de relacionamento, amizades, lazer: “*Lá (no Projovem) a gente se sente mais jovem. Lá eu sou jovem, não sou mãe (...) é bom porque não fica tão envolvida com as coisas da casa, conhece mais gente, colegas que vivem mais a vida (...) abre a cabeça da gente*” (Lizandra).

A mesma relação é relatada por Graziela, destacando a oportunidade de sair da rotina como mãe de família e trabalhadora responsável pelo sustento do lar. “*Com o Projovem, às vezes, durmo até mais tarde, converso com as amigas. Aproveito os finais de semana (...) saio de casa, vou dar minhas bandas (...). Chega de ter uma vida só ligada em trabalho e filho, filho e casa, e preocupação (...)*”.

5.3 Trajetórias na escola e no trabalho

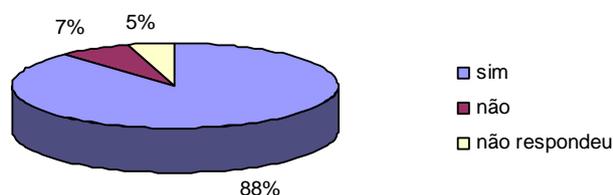
Esta dimensão da análise procura dar conta da trajetória de vida⁹³ dos jovens enquanto trabalhadores e estudantes, com o objetivo de apresentar sinteticamente suas experiências em comum das quais partem para criar suas expectativas e projetos de realização futura com relação ao Projovem Urbano.

5.3.1 Uma escola perdida em uma trajetória de sobrevivência?

Quando questionados sobre suas trajetórias escolares, a maioria dos jovens da amostragem apontou que já haviam freqüentado a escola regular antes de se matricular no programa, sendo que 75,7% destes já tinham iniciado ou concluído a quinta ou mais que a quinta série do ensino fundamental. Preocupa o fato de que, mesmo sendo a minoria, alguns jovens nunca freqüentaram escola (7%) e outros tinham apenas a estudado até a 4ª série do fundamental (10,8%), o que indica prováveis dificuldades de acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos programáticos do Projovem Urbano. Situação que é destacada por uma das jovens entrevistadas:

O Projovem é bom, é um bom curso[...]gostava de estudar lá. Mas fica difícil acompanhar as aulas com uma turma onde a maioria já tem mais do que a quinta série. Imagina, iniciei a segunda série, parei de estudar há quase 20 anos e tenho que fazer trabalhos em grupo com alunos que tão mais avançados do que eu.”(Lizandra).

Figura 8 - Freqüentou escola antes de se matricular no Projovem?



⁹³ Para análise dos relatos qualitativos das trajetórias escolares e de trabalho relatadas por estes jovens, leva-se em conta a subjetivação que essa trajetória possui na construção do relato, o qual torna-se mais do que a apresentação de fatos objetivos sobre suas histórias pessoais. Este relato é, em grande parte, uma construção auto-identitária dos mesmos, que une elementos estéticos, culturais e valores éticos organizados pelos jovens para compor o mosaico de seus relatos. Para melhor compreensão deste fenômeno, ver Poirier (1999) em relação ao método de análise de trajetórias de vida, onde é preciso considerar o processo de subjetivação dos relatores sobre o mesmo.

Tabela 5 – Última série concluída antes de evadir a escola

Até que série estudou (quem freqüentou escola)	N	% (n/37)
1a série	01	2,7
3a série	01	2,7
4a série	02	5,4
5a série	09	24,3
6a série	06	16,2
7a série	09	24,3
8a série	04	10,8
não respondeu	05	13,5
Total	37*	100

* Dos 42 questionados, 37 já haviam freqüentado escola antes do Projovem.

Os dados das entrevistas demonstram que esses jovens apresentam atualmente uma percepção consciente de que a escola era importante sim para sua integração e mobilidade social – “(...) *eu não gostava muito da escola, e quem gosta (?), mas se não tivesse parado talvez estivesse numa condição melhor hoje*” (Éder). Porém - para além de situações descritas pelos entrevistados sobre os conflitos que ocorriam com professores, colegas e direção, num choque entre os *habitus*⁹⁴ desenvolvidos em suas redes de relações e o *disciplinamento*⁹⁵ exercido no ambiente de sala de aula - estes mesmos jovens analisam que num sentido prático de seus contextos, ora ela era não valorizada como algo prioritário por seus familiares ou ora deixava de ser prioritária frente aos infortúnios de suas vidas.

Praticamente todos os entrevistados demonstraram um saber prático de que suas saídas da escola estão relacionadas, em parte, por aspectos culturais de suas famílias que consideravam o trabalho um elemento indentitário mais importante em termos de reconhecimento e manutenção de um futuro a ser vivido – “(...) *fora minha avó que me incentivava, mas não tinha condições, o resto da minha família valorizava o trabalho (...) diziam que trabalhavam desde os 12 anos e então que tinha que trabalhar também, pra não virar vagabundo*” (Gabriel). Ou ainda, segundo estes jovens, relacionadas às necessidades imediatas de auxílio à manutenção da renda da família - “*minha família não tinha dinheiro,*

⁹⁴ Ver Bourdieu (1975; 1998) para compreender o choque cultural que as crianças das classes populares enfrentam ao ingressarem na escola, onde são forçadas a se adaptar aos modelos de comportamento dominantes, comuns a outros estratos sociais e estranhos a elas. Para o autor, as crianças das classes populares ou de grupos minoritários desenvolveriam formas de conversar e agir que estaria em desarmonia com os modos dominantes da escola, situação que geraria a condição de reprodução das desigualdades de classes sociais na escola, realizada a base de um tipo de violência simbólica, que empurraria muitas delas para fora da instituição.

⁹⁵ Disciplinamento aqui compreendido segundo análise de Foucault em *Vigiar e Punir*, quando o autor compara o ambiente escolar de maneira análogo ao ambiente das prisões penitenciárias no desenvolvimento da sociedade disciplinar (Foucault, 1987).

então tinha que ajudar de alguma forma. Estudar era bom, mas se não tem comida não adianta nem ir pra escola ou de cooperação emergencial mesmo” (Jonatas).

Num sentido generalizante, os relatos dos entrevistados demonstram que durante o período de suas infâncias e adolescências, a necessidade primeira era sobreviver economicamente num plano diário de ajuda a suas famílias, impossibilitando uma participação regular na escola formal, a qual não apresentando resultados imediatos para suas realidades, necessitava um planejamento a médio ou longo prazo difícil de ser valorizado e cumprido diante de outras questões emergenciais.

Não tinha como estudar. [...] até tinha, mas a cabeça tava preocupada com outras coisas. Me criei na casa dos outros, trabalhando nessas casas. Minha mãe era doente e faleceu do coração quando tinha onze anos. Meu pai era alcoólatra, daqueles doentes mesmo, sabe. Para não passar fome em casa tinha que trabalhar na casa dos outros, pra comer. Trabalhava só para morar e comer. Ganhava uma cesta básica para levar para meu pai. [...] eu ainda cuidava de três crianças naquela casa. (Lizandra)

Os dados do questionário demonstram estas mesmas relações, incluindo casos de abandonar a escola quando priorizaram o trabalho em função de situações emergenciais como o adoecimento de pessoas consideradas os provedores da família.

Tabela 6 - Motivo de saída da escola

Motivo	N	% (n/37)
Precisava trabalhar, ajudar na renda doméstica, dificuldade de conciliar trabalho e estudos	24	62,3
Faltava muito às aulas, não tinha vontade de estudar, estava muito atrasado	07	19,1
Casamento	04	10,9
Gravidez	03	8,1
Falecimento ou doença grave de responsável/ provedor da família	03	8,1
Para ter dinheiro próprio	02	5,5
Ciúmes do meu namorado	01	2,7
Não conseguiu vaga	01	2,7
Não respondeu	04	10,9

* múltiplas respostas dos 37 jovens que freqüentaram escola regular antes do Projovem.

De acordo com os dados da tabela anterior, destaca-se como um fator central de motivo de saída da escola a necessidade de trabalhar, para ajudar na renda doméstica (62,3%), como os relatos já destacados de Gabriel e Jonatas, que entrelaçam necessidades econômicas de subsistência com aspectos culturais de uma supervalorização do trabalho frente à educação em suas famílias. *“Olha, lá em casa todo mundo sempre trabalhou para*

ajudar em casa e isso era importante para mim me sentir bem (...) mas também era preciso mesmo, porque sempre vivemos numa pobreza danada” (Cristiano). Realidade semelhante apresentam aqueles que precisaram abandonar a escola para trabalhar devido ao falecimento ou situação de saúde do provedor da família (8,1%), como já relatado no caso de Lossandra.

Há ainda outras questões envolvidas na trajetória de vida destes jovens que são colocadas como justificativas para terem abandonado os estudos, tais como o casamento (4 jovens), gravidez (3 jovens) e ciúmes do namorado (1 jovem) - situações presentes na realidade de muitas meninas e meninos que tem relacionamentos conjugais quando ainda adolescentes ou gravidez de maneira precoce em relação aos padrões de sociabilidade ou valores modernos.

Com 14 anos saí da escola para trabalhar num atelier, foi quando conheci meu falecido marido. Agente saía de noite, daí já casei [...] tive filho, já era independente. Continuei trabalhando para ter mais dinheiro em casa. Aí virei mulher do lar (risos). (Luciane)

O fato de ter dinheiro próprio ser colocado como uma justificativa pode ser compreendido como a necessidade de afirmação de uma identidade autônoma, buscada muitas vezes de maneira mais precoce por jovens das classes populares, numa necessidade de obterem o reconhecimento dos demais jovens com quem convivem via aquisição de recursos próprios para comprarem roupas, artigos da moda juvenil e participar de eventos, festas – consumos não disponíveis pela renda dos provedores. *“Eu queria viver como meus amigos mais velhos, fazer festa, sair, ter uma roupa legal, conviver com eles. Aí sai da escola e fui trabalhar, ganhar dinheiro”* (Éder).

Outros indicativos, como o de que “faltava muito às aulas” ou estarem muito atrasados, numa condição cíclica de repetência, estão também relacionados entre os principais motivos apontados pelos jovens. Percebe-se, pelos dados da Tabela 7, que 29,7% dos jovens que já haviam freqüentado escola anteriormente, a abandonaram quando já tinham mais de 17 anos sem ter ainda completado o ensino fundamental. Como já foi ressaltado anteriormente, diante de uma conjuntura de necessidades emergenciais e do pouco valor simbólico da escola em suas redes de convivência, muitos jovens vivenciaram, até então, a escola como um plano secundário em suas vidas. *“Eu nunca valorizei muito a escola. “Aí fui ficando pra traz. É chato ser mais velho, os outros ficam dizendo olha lá o bagualão com as criancinha”* (Jonatas).

Diante de suas necessidades e imprevistos durante o percurso de suas infâncias e adolescências, com uma escola colocada em segundo plano frente às realidades apresentadas anteriormente, muitos desses jovens abandonaram de forma precoce o ambiente escolar – 16,2% antes dos 14 anos e 48,8% antes dos 16 anos de idade. Situação que desafia ainda mais a proposta de inclusão do Projovem, visto que para muitos, a educação tornou-se, muitas vezes, um elemento não apenas secundário em suas trajetórias de vida, mas também distante ou esquecido de seus cotidianos. Nesse sentido, romper com essa distância e com o descrédito do ambiente escolar torna-se um dos desafios da proposta pedagógica do programa.

Tabela 7 – Idade em que pararam de estudar

Idades dos jovens	N	% (n/37)
12 anos	03	8,1
13 anos	03	8,1
14 anos	06	16,2
15 anos	06	16,2
16 anos	06	16,2
17 anos	06	16,2
18 anos	03	8,1
20 anos ou mais	02	5,5
Não respondeu	02	5,5
Total	37	100

* Foi perguntado: “Que idade tinha quando parou de estudar?”.

5.3.2 “Trabalho desde criança, acho que nunca vou deixar de trabalhar”

Esta fala, apresentada no relato de Luciane, descreve de certa maneira, o drama de alguns destes jovens para os quais o trabalho⁹⁶ é ao mesmo tempo representado como um elemento central em suas vidas, de grande valor, pois dependem exclusivamente dele para manterem a si e a suas famílias, e, numa proporção semelhante em seus relatos, representado como uma limitação em suas trajetórias juvenis para que pudessem estabelecer outros sonhos e perspectivas.

Como será avaliado no capítulo 6, estes jovens apresentam expectativas de mobilidade social e integração social relacionadas à percepções sobre certas possibilidades de atingirem

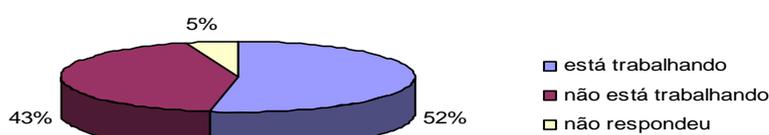
⁹⁶ Ao longo da análise, o termo **trabalho** é utilizado referindo-se às **atividades laborais** desses jovens que geram recursos financeiros necessários a sustentação econômica individual ou familiar dos mesmos. Atividades laborais que podem ser realizadas em ambientes formais (fábricas, lojas) ou informais – tal como a própria residência. Entretanto, este trabalho laboral não engloba aqui outras atividades domésticas, tais como o cuidado com a casa e com os filhos, ou ainda o esforço realizado em outras atividades cotidianas. É considerado, neste sentido, trabalho toda a atividade laboral que gera alguma renda.

uma ascensão e reconhecimento social, dadas através de informações e significações que compartilham com suas redes de convivência cotidiana sobre o que poderiam ser tais “possibilidades”. Nesse sentido, as atividades de trabalho que desenvolveram ao longo de suas trajetórias - mesmo que sejam, em geral, precárias - são tanto elementos limitadores quando relacionadas à evasão precoce do ambiente escolar, como também uma via de sustentação, de segurança e de reconhecimento, quando relacionadas à experiências ou rotinas laborais que geram alguma confiança como possibilidades de sobrevivência e de integração nas periferias onde moram.

Por mais que criem expectativas de realizações futuras a partir do ingresso no Projovem Urbano, essa percepção de que *sempre trabalhou e que sempre vai trabalhar* - numa fala conduzida com o sentido de que irão realizar continuamente trabalhos precários⁹⁷ - parece ser uma tentativa tácita de ajuste para uma possível frustração futura, diante de uma conjuntura de dificuldades apresentada em seus contextos, bem conhecida pelos mesmos, conforme análise de dados já realizada até este momento.

Com relação aos seus cotidianos, não é novidade frente a essas trajetórias apresentadas, a realidade de que a maioria dos jovens está trabalhando atualmente (52%). Os jovens questionados demonstram estar envolvidos em ocupações diversas, destacando atividades relacionadas ao setor coureiro-calçadista, dado o contexto industrial de Novo Hamburgo. Estão alocados em fábricas de calçado ou em ateliers que prestam serviços às fábricas, conforme atividades descritas na Tabela 8 a seguir.

Figura 9 – Situação atual de trabalho



⁹⁷ Nas percepções sobre os limites do Projovem para atingir suas expectativas de mobilidade e integração social, os jovens destacaram elementos tais como: “*não melhorará minha renda ou a vida financeira, não terei um bom salário, ter um emprego que pague mais de um salário mínimo*”. Ver tabela 17 (item 6.3 no capítulo 6) sobre percepções dos jovens em relação aos limites do programa.

Tabela 8 - Principal atividade de trabalho ou ocupação atual dos jovens que trabalham

Atividade	n	% (n/22)
Operários em fábrica de calçado	08	36,5
Atelier de artefatos para calçados	03	13,6
Pedreiro	02	9,1
Costureiro/a	02	9,1
Confeiteira	01	4,5
Telefonista	01	4,5
Operador de máquina	01	4,5
Caixa de mercado	01	4,5
Mecânico de automóveis	01	4,5
Não respondeu	02	9,1
Total	22	100

* 22 jovens (52% da amostra quantitativa) relataram que trabalham atualmente

Para os jovens que não trabalham atualmente, não foi perguntado se estavam procurando trabalho. Entretanto, é perceptível através das entrevistas e do método de observação verificar que a maioria que não está trabalhando, está procurando algum tipo de trabalho como forma de conseguirem alguma renda, já que o trabalho é uma categoria importante não apenas para uma afirmação identitária⁹⁸ desses jovens junto às suas redes de relacionamento, mas também como fator de sobrevivência, visto o dado já relatado sobre suas responsabilidades com manutenção da renda da família.

O fato de muitos dos que não trabalham atualmente estarem procurando alguma forma de ter trabalho e renda se relaciona com a realidade de que os jovens das periferias urbanas, além de começarem a trabalhar muito cedo, vivenciam também uma situação descontínua de ocupação laboral. Esta situação é confirmada pelo fato de que 78% dos jovens questionados afirmaram que já trabalharam anteriormente e desses, cerca de 50% destacou duas ou mais experiências de trabalho – mesmo uma maioria tendo ainda no máximo vinte e um anos de idade (46%), conforme a amostragem adotada.

Conforme dados presentes na Tabela 9, essas experiências são marcadas por ocupações, muitas vezes, de baixa renda, em atividades consideradas como bicos para complementação de renda - vendedor ambulante, entregador de panfletos, babá, pintor (69,8% dos jovens que já trabalharam).

⁹⁸ A afirmação identitária como jovem trabalhador parece ter o sentido relacionado com a neutralização de estigmas que sofrem quando não estão trabalhando: “*tem que trabalhar, né (?)*. *Se não tá trabalhando ficam falando na vizinhança: olha lá o vadio*” (Luciane).

Figura 10 – Trajetória no mundo do trabalho

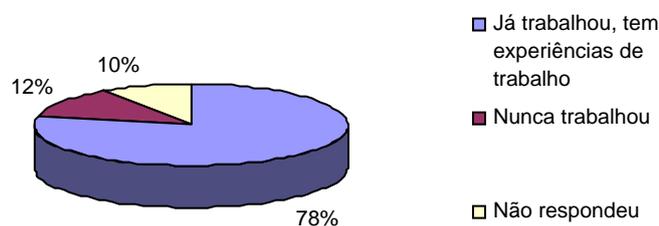


Tabela 9 - Experiências dos jovens que possuem trajetória no mundo do trabalho

Atividade/ocupação	n	%(n/33)
Operário em fábrica de calçado (18); em serraria (1)	19	57,5
Bicos (corte de grama, jardinagem, construção)	07	21,3
Atelier de artefatos para calçados	07	21,3
Vendedor ambulante na rua	06	18,2
Auxiliar de serviços gerais	05	15,2
Entregador de panfletos	05	15,2
Babá	03	9,1
Pintor de casas	02	6,1
Manicure	01	3,0
Secretária	01	3,0
Motoboy	01	3,0
Chapista em lancheria	01	3,0
Não respondeu	03	9,1

* Questão semi-aberta: “Para quem já trabalhou anteriormente, o que fazia? Quais atividades ou ocupação desenvolvia?”.

Essa situação é verificada de maneira mais analítica e contextual nos dados obtidos através das onze entrevistas⁹⁹ que foram realizadas com os jovens matriculandos, participantes e evadidos do Projovem Urbano. Entre os oito jovens entrevistados, apenas três estão desenvolvendo atividades remuneradas semanalmente – Luciane, Gabriel e Graziela. Outros – Jonatas e Josué – têm realizado alguns bicos para obtenção de alguma renda que lhes garanta acesso a suas necessidades de sobrevivência e para algum lazer. Entretanto, os outros três jovens entrevistados demonstraram entre suas principais atividades ou preocupações cotidianas a procura e a espera por algum trabalho, emprego ou bico que lhes garanta algum dinheiro, que se realizam em forma emergencial e não como projeto de vida – “*a gente*

⁹⁹ Conforme relatado no capítulo da metodologia desenvolvida, foram entrevistados oito jovens ao todo. Três destes jovens se disponibilizaram a duas entrevistas – uma na fase de matrícula e outra durante a realização do terceiro mês de curso.

procura sempre um bico de pintura, de grama pra cortar, mas não é sempre que tem e não é o que a gente quer fazer da vida, né (...)” (Éder).

Entre estes jovens entrevistados, destacam-se inúmeras experiências em trajetórias no mundo do trabalho que podem ser consideradas curtas em relação ao número de experiências desenvolvidas, o que tem correlação direta com os dados da amostragem já relatados. Trajetórias e experiências múltiplas em termos de informalidade que também caracterizam uma vivência de trabalho nas ruas dos centros das cidades. Neste sentido, Cristiano relatou que trabalhou, no período de sua infância e adolescência, em inúmeras atividades informais que caracterizam atividades de meninos considerados em situação de rua¹⁰⁰ - flanelinha, entregador de panfletos, vendedor ambulante nas ruas. Além dessas, relatou que depois passou a trabalhar de *office boy*, em chapeação de automóveis, como empacotador em mercados e, ainda, em atelier doméstico lixando fivelas para calçado. O mesmo ocorreu com outros jovens entrevistados – Gabriel, Josué e Jonatas. As meninas, como demonstram pesquisas sobre crianças e adolescentes em situação de rua (CEDECA 2002;2004), são minoria nas ruas. Mas também, em outros espaços, desenvolvem múltiplas atividades de trabalho e renda, como aponta o relato de Luciane com experiências de babá, ateliers, segurança, construção civil, empacotadora em mercado. Isso quando não estiveram destinadas aos cuidados com filhos ou irmãos mais novos e responsabilidades com os afazeres domésticos.

5.4 Caracterização de suas redes sociais¹⁰¹ com relação a experiências de trabalho e escolaridade

A caracterização das redes de relações sociais dos jovens pesquisados tem o objetivo de trazer a tona, neste estudo, a maneira como a relação com suas redes de convivência cotidiana gera sentidos na construção de suas expectativas e nas suas percepções sobre os

¹⁰⁰ A situação de rua de crianças e adolescentes tem sido caracterizada, de uma maneira geral pelos serviços de atendimento social (assistência, saúde) à infância de duas maneiras diferentes – a situação vivenciada pelos “meninos de rua” e “meninos na rua”. Os “meninos na rua” se diferenciariam essencialmente dos “de rua” por não terem vivências cotidianas de dormirem na rua e manterem laços estáveis de convivência com a família, estando a maioria na rua para trabalhar na busca de renda para necessidades individuais ou de complementação de renda familiar. Mesmo havendo situações múltiplas de caso para caso na trajetória de rua de cada criança, essas são as definições mais usuais. Ver Blanco (2004).

¹⁰¹ Considera-se redes sociais como aquelas de convivência cotidiana destes jovens (familiares, amigos, vizinhos, pares) as quais são definidas neste estudo como redes de informação e significação (Giddens, 1989; Jovchelovitch, 2003; Spink, 2003) e de reciprocidade (Lomnitz, 1975).

limites e possibilidades encontradas no Projovem. Numa perspectiva analítica sugerida pelos conceitos de representações sociais (Jovchelovitch; Spink 2003) e de cognoscitividade dos agentes (Giddens, 1989), essas redes seriam aqui interpretadas como redes de informação e significação que gerariam experiências compartilhadas e resignificadas cotidianamente sobre suas necessidades em determinadas condições de existência ou “sobrevivência”, bem como sobre suas possibilidades e alternativas para suprirem essas necessidades.

Além de serem redes de informação e significação sobre suas realidades compartilhadas entre pares, familiares e vizinhos, um outro fator importante para analisar as redes sociais de convivência cotidiana, no sentido da construção do imaginário destes jovens, é o fato dessas redes firmarem relações de reciprocidade, de proteção e segurança. Num contexto de periferia urbana - onde freqüentemente ocorre uma fragilidade de acesso a serviços ou a garantias sociais advindas do Estado ou outras redes institucionais de proteção social – estas redes sociais constroem laços de interdependência com amigos, vizinhos e parentes em relação à previsão e provisão de recursos. Esta interdependência entre pessoas de uma mesma comunidade da periferia que gera segurança a partir das provisões de recursos emergenciais ou não, se constitui como as chamadas redes de reciprocidade do tipo horizontal, segundo a definição de Lomnitz (1975).

Estes laços de reciprocidade com pessoas que estão numa mesma situação de pobreza, mas em momentos diferentes com relação à dependência emergencial de algum auxílio¹⁰², transformam-se em sistemas de previsibilidade, gerando alguma segurança com relação ao imprevisível, ao futuro, aos riscos que são de conhecimento prático destes jovens. Diante das incertezas com relação ao futuro - numa dinâmica de alta modernidade sugerida teoricamente por Giddens (1991) – tais redes sociais de convivência teriam a tendência de reforçar não apenas a solidariedade horizontal sugerida por Lomnitz (idem). Mas também reforçariam uma segurança ontológica, no sentido de oferecer a estes jovens um sentimento de estar minimamente integrado numa perspectiva relacional, a qual também, além de servir de experiência para construção de suas identidades reflexivas¹⁰³ (Giddens, 2002), permite

¹⁰² Segundo Lomnitz (1975), para que se estabeleça uma reciprocidade horizontal nas redes sociais das periferias urbanas, é necessário que as trocas, intercâmbios de recursos econômicos e sociais, ocorram numa igualdade de condições – semelhança na carência e na disponibilidade de recursos que podem oferecer. Entretanto a carência e a disponibilidade precisam ocorrer em momentos diferentes para que se desenvolva essa reciprocidade.

¹⁰³ Identidade encarada não como modelo estático ou natural de interação de um grupo, mas como um processo continuamente elaborado da constituição do eu em relação às alteridades (Levinas, 1993;1997). A compreensão do processo de construção de uma identidade reflexiva dos agentes em Giddens pode ser complementada pela

construir um conhecimento prático sobre os riscos compartilhados e de como agir diante destes riscos - a fome, um transporte emergencial, um trabalho do tipo “bico” para quebrar algum galho imediato, apoio no momento em que ficam doentes, ou até mesmo abrigo em situações emergenciais de falta de moradia¹⁰⁴.

Para compreender as expectativas e percepções destes jovens sobre as possibilidades de mobilidade social e inclusão social a partir das propostas de elevação de escolaridade, capacitação profissional e participação cidadã coexistentes no projeto político-pedagógico do Projovem Urbano, é necessário que essas sejam analisadas sob o prisma de quais experiências esses jovens constroem suas projeções sobre a educação, o trabalho e a mobilidade social. Neste sentido, este estudo procurou conhecer as situações de trabalho e escolaridade que os jovens conhecem e idealizam através de suas relações com familiares, amigos, vizinhos destacados pelos jovens pesquisados como suas referências pessoais em termos de relações de convívio cotidiano. A importância destas variáveis poderá ser verificada na análise sobre a reflexividade que os jovens apresentam sobre as possibilidades de conseguirem superar condições precárias e desiguais e alcançar expectativas de mobilidade social ascendente e inclusão cidadã reconhecidos em seus contextos.

5.4.1 Experiências de trabalho compartilhadas em suas redes

Segundo dados das Tabelas 10 e 11, verifica-se que as experiências de trabalho de seus amigos, vizinhos ou parentes são semelhantes às experiências que estes jovens possuem. Os familiares com mais de 15 anos, com quem moram, estão, em grande parte, desempregados ou não trabalham (18,1%). Outros são operários do setor calçadista (16,7%), trabalham na construção civil (12,5%), são donas de casa (8,3%) – dados também

perspectiva teórica de Dubet (1994) em relação ao processo de subjetivação que os atores sociais realizam sobre suas experiências, sintetizando e conflitando elementos entre as estruturas em que se dá o processo de socialização com suas estratégias e expectativas de autonomia praticamente nunca alcançadas, estas últimas sendo continuamente projetadas pelos mesmos.

¹⁰⁴ Quatro dos oito jovens entrevistados apresentaram situações semelhantes com relação a reciprocidade em ceder espaço em sua casa para morar algum família ou amigos. O irmão de Cristiano que cedeu espaço em sua casa para a mãe e para ele quando esta pegou fogo. Lizandra cede continuamente espaço em sua casa para seu irmão mais velho que é alcoolista e não tem conseguido emprego ou moradia. A tia e prima do Jonatas que foram morar em sua casa devido a problemas de inundação no local onde elas moravam. Moisés, que depois de ter morado com avós e tios em função de problemas de saúde mental de sua mãe, foi morar com os pais de sua namorada.

semelhantes à realidade de seus amigos, pares, vizinhos, conforme realidade apresentada na Tabela 11.

Há uma grande relação de informalidade e de serviços autônomos – costureiras, diaristas, biscateiros em suas redes (tabelas 10 e 11) – trajetórias que coincidem com as experiências de trabalho dos jovens investigados. Seus “conhecidos” que tiveram alguma mobilidade social ascendente, nas suas percepções, são pessoas que não necessariamente trabalham com vínculos formais estabelecidos e que não precisaram de uma alta escolaridade - autônomos e comerciantes seriam pessoas de suas referências que conseguiram atingir alguma ascensão e reconhecimento social.

Durante as entrevistas, quando os jovens foram interrogados sobre quais eram os trabalhos de seus vizinhos ou parentes que eles mais gostariam de realizar, sendo aqueles mais próximos do que eles desejariam como uma realização atual, aparecerem inúmeras situações de não escolarização que correspondem a essa análise. Graziela, por exemplo, destacou que gostaria muito de trabalhar na lavagem de carro de seu primo, “*seria bem melhor que meu trabalho de hoje*”. Luciane destacou a profissão de pedreiro de seus amigos, já que “*pra ser jogador de sinuca profissional (...)*” - como um de seus amigos mais próximos – “*(...) é preciso ter talento*”. Cristiano, por sua vez, comentou que gostaria de ser advogado como sua prima ou juiz, mas não dando certo, sentir-se-ia satisfeito com o trabalho do tio que tem ponto de taxi.

Tabela 10 – Familiares com quem moram que possuem mais de 15 anos de idade¹⁰⁵: principal ocupação ou atividade de trabalho nos dois últimos anos

ATIVIDADES	n de familiares	%
Desempregado; não trabalha ou nunca trabalhou	13	18,1
Operário em fábricas do setor calçadista	12	16,7
Pedreiro ou servente	09	12,5
Dona de casa	06	8,3
Motorista	04	5,6
Garçom	04	5,6
Costureiro/a	04	5,6
Diarista e empregada doméstica	04	5,6
Bicos / biscates	03	4,2
Crianças e adolescentes que trabalham nas ruas (em situação de trabalho infantil nas ruas das cidades)	03	4,2
Vendedor/lojista/comerciante	03	4,2
Aposentado	02	2,7
Músico	01	1,4
Açougueiro	01	1,4
Segurança	01	1,4
Padeiro	01	1,4
Metalúrgico	01	1,4
Carpinteiro	01	1,4
Total	72	100

*Foram citados pelos jovens 69 familiares com mais de 15 anos. Entretanto, na composição do quadro familiar, alguns jovens citaram crianças (03) também responsáveis pelo provento da renda familiar.

¹⁰⁵ A tabela inclui, além de indivíduos com mais de 15 anos de idade, situações e atividades de trabalho apontadas sobre as crianças que fazem parte de suas famílias, demonstrando que existe uma realidade de reprodução cíclica das condições de trabalho precoce e possível abandono da escola por parte dessas crianças que são seus filhos ou parentes. As crianças trabalham vendendo balas ou engraxando sapatos, conforme relato apontado nos questionários. É possível que existam situações além destes três casos indicados, já que as crianças e adolescentes que trabalham não são identificadas nas pesquisas devido ao conhecimento e experiências que os questionados possuem sobre legislações e/ou sobre uma série de programas destinados ao combate do trabalho infantil. Também é característico situações onde essas crianças e adolescentes não são considerados trabalhadores pelos seus familiares, e sim crianças que, de uma maneira obrigada ou voluntária, são encarregadas de complementar a renda da família assim como seus pais o foram quando crianças também, nas cidades ou nas lavouras. Para uma maior compreensão das relações e significações identitárias estabelecidas entre as crianças que trabalham nas ruas e seus responsáveis, ver CEDECA (2004).

Tabela 11 – Amigos, vizinhos e parentes (que não moram na mesma casa) e que são suas referências pessoais cotidianas: principal ocupação ou atividade de trabalho nos dois últimos anos

ATIVIDADES	n amigos/vizinhos ou parentes	%
Empregado com CLT: operário em fábrica de calçados (22); auxiliar de serviços gerais em empresas ou órgãos públicos (4); trabalha em supermercados (2); metalúrgico (2); enfermeiro (1);	29	32,6
Não está trabalhando; desempregado; nunca trabalhou	11	12,4
Dona de casa	08	9,0
Comerciante (lancheria, locadora, mercado, loja de artigos diversos)	08	9,0
Aposentado/pensionista	04	4,5
Doméstica	03	3,4
Garçom	03	3,4
Bicos/atividades diversas de renda variável	03	3,4
Motorista/motoboy	03	3,4
Costureira	03	3,4
Pedreiro/servente	03	3,4
Estudante	02	2,2
Carpinteiro / marceneiro	02	2,2
Mecânico	01	1,1
Cozinheiro	01	1,1
Telefonista	01	1,1
Não sabe/não respondeu	04	4,5
Total	89	100

*Foram citados 89 pessoas que seriam suas referências em termos de convívio cotidiano

É interessante notar que entre amigos, vizinhos e parentes dos 42 jovens questionados, foram destacadas apenas dois que são estudantes. Esse dado indica que pessoas de referência que não trabalham e só estudam são raras no seu convívio, nas suas relações cotidianas. Nesse sentido, por mais que o Projovem Urbano possa trazer em suas perspectivas a diminuição das desigualdades sociais entre os jovens no Brasil - oferecendo uma oportunidade para que jovens das classes populares ingressem de maneira mais tardia no mundo do trabalho e aproveitem o tempo de sua juventude para elevar a escolaridade e se qualificar profissionalmente para competir futuramente em condições de igualdade com jovens de outros estratos socioeconômicos - são poucas as referências e experiências que esses jovens compartilham sobre essa possibilidade.

Tal fato indica que existem limites para seguir uma trajetória de estudos que estão além das necessidades econômicas imediatas já apontadas nos dados que caracterizam suas trajetórias e cotidianos. Além do fator econômico de priorização do trabalho como necessidade emergencial de subsistências individuais e familiares, as realizações de suas redes

sociais de convivência, que poderiam servir de apoio e segurança dentro de buscas e riscos a serem vividos numa nova trajetória, apresentam poucas experiências neste sentido.

Sobre a perspectiva estratégica de diminuição de desigualdades mencionada, ela se apresenta de maneira análoga à proposta estratégica de políticas públicas para a juventude preconizada por Márcio Poschmann - um dos intelectuais brasileiros que vem sendo referência no tema ultimamente. Poschmann relata a necessidade de remodelar o plano institucional de políticas para juventude, onde estas deveriam oferecer condições para superação futura dos níveis de desigualdade através de programas que ofereçam aos jovens das camadas populares a oportunidade que as classes mais abastadas têm de viver a sua juventude como fase preparatória para a entrada no mundo do trabalho. O autor, em entrevista para o jornal “O Globo”, no ano que antecede o lançamento do Projovem em sua primeira formatação, afirmava, em relação às políticas para juventude, que:

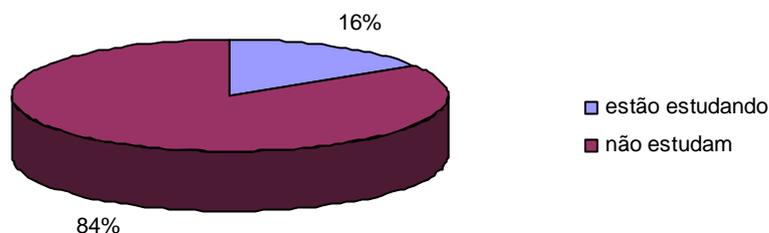
[...] parece insistir a afirmação de políticas ultrapassadas de condenação do jovem ao mercado de trabalho, sobretudo aqueles na fase etária mais precoce e de menor escolaridade [...] De cada 10 jovens de classe média e alta, nove estudam, enquanto somente quatro estudam a cada 10 jovens pobres, sendo três fora da respectiva série escolar. Mesmo que o país viesse a encontrar uma situação de pleno emprego, os jovens filhos de pais pobres ficariam no andar de baixo, enquanto os filhos das classes médias e alta no andar de uma hierarquia ocupacional, reproduzindo recorrentemente o padrão execrado de desigualdade de renda (Pochmann,2004, p. 7).

Esta análise propositiva não deixa de ser relevante e plausível enquanto uma alternativa voltada à diminuição das desigualdades no acesso às oportunidades no mercado de trabalho e renda. Porém, a perspectiva analítica presente nessa dissertação aponta para questões que precisam ser levadas em conta no processo de planejamento de uma política nacional de inclusão de jovens. Além dos fatores socioeconômicos que impedem a viabilização de uma vivência juvenil mais igualitária entre os jovens de diferentes segmentos – por serem co-responsáveis pelo sustento de suas famílias, tendo ou não filhos – este estudo indica que também é necessário considerar, nos projetos pedagógicos de programas como o Projovem Urbano, questões relativas a elementos subjetivos destes jovens, onde suas expectativas com relação ao futuro são, em boa parte, projetadas numa relação de experimentação, significação e reciprocidade com suas redes sociais, formando saberes práticos sobre as possibilidades e limites sobre as ações voltadas para sua “inclusão”.

5.4.2 A educação formal nas suas redes de convívio cotidiano

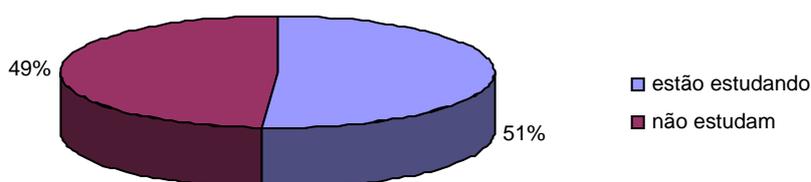
A realidade apresentada em suas famílias parece mais precária, com relação à situação escolar, do que a de suas redes de convivência com amigos, parentes ou vizinhos. Nas suas casas, jovens da mesma faixa etária que não estão estudando são uma imensa maioria (84%) (Figura 11). Situação que pode trazer prejuízos de incentivos familiares para a continuidade dos estudos: *“Lá em casa, da minha família, ninguém quer saber de estudar não, é difícil, (...) minha mãe diz que eu to perdendo tempo”* (Graciela).

Figura 11 – Situação escolar de familiares com quem residem com idades entre 15 e 29 anos



O que parece abrandar em parte essa situação é a relação mantida com outros jovens amigos e familiares que não moram na mesma residência; destes, 52% mantêm vínculos com a educação formal.

Figura 12 - Situação escolar de pessoas de referência com idade entre 15 e 29 anos



Sobre a escolaridade, a mesma análise se aplica, tendo a família com quem moram um baixo grau de escolarização, onde mais de 80% dos familiares não possuem o ensino

fundamental completo. Já sobre suas redes sociais que se estendem para além da família com quem moram atualmente, os dados indicam que estas possuem uma certa elevação no grau de escolaridade quando comparada ao ambiente doméstico, onde cerca de 1/3 delas possuem o ensino fundamental ou então o ensino médio concluído ou em curso. Mesmo que numa proporção também muito pequena, foram ainda relatadas três situações de indivíduos, consideradas pelos jovens como referências cotidianas, que estão cursando a faculdade – apenas 3,4% do total de pessoas referenciadas pelos questionados.

Tabela 12 - Escolaridade dos familiares que residem na mesma casa (indivíduos com mais de 15 anos de idade)

Escolaridade	n	%(n/69)
Não alfabetizado	04	5,79%
Até a quarta série do ensino fundamental	25	36,23%
Da quinta até oitava série incompleta do ensino fundamental	28	40,58%
Ensino fundamental completo	06	8,69%
Ensino médio incompleto ou em andamento	03	4,35%
Ensino médio concluído	02	2,90%
Não sabe	01	1,44%
Total	69	100%

Tabela 13 - Escolaridade de amigos, vizinhos e parentes (indivíduos com mais de 15 anos de idade)

Escolaridade	n	%(n/89)
Não alfabetizado	02	2,2
Até a quarta série do fundamental	14	15,7
Da quinta até oitava série incompleta do ensino fundamental	44	49,5
Ensino fundamental completo	05	5,6
Ensino médio incompleto ou em andamento	12	13,5
Ensino médio concluído	04	4,5
Faculdade (cursando ou concluída)	03	3,4
Não sabe	05	5,6
Total	89	100

* Pessoas com quem convivem cotidianamente, mas que não residem na mesma casa.

Nos dados qualitativos obtidos nas entrevistas, destacam-se relatos de diferentes situações que incidem de maneiras múltiplas sobre a identidade destes jovens. Mesmo tendo poucas relações sociais que apresentam maiores níveis de escolaridade, alguns jovens entrevistados trazem experiências positivas de alguns amigos e parentes com relação à

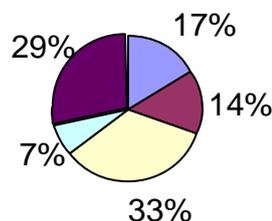
educação, ou a programas de incentivo para que jovens voltem a realizar um percurso escolar: *“minha sogra e a irmã de um amigo meu fizeram o Projovem, conseguiram empregos melhores e puderam se manter durante o curso por causa da bolsa também (Gabriel). Ou ainda: “meu primo esta fazendo faculdade, tinha um bom emprego numa ONG, numa trajetória de militância, e agora é conselheiro tutelar. Ele teve um progresso na sua vida” (Éder).*

Porém, mesmo tendo algum suporte indentitário em suas redes sociais sobre a educação como possibilidade de integração e mobilidade, eles também percebem os riscos de não haver sucesso ou realização neste sentido, fazendo inclusive comparações com pessoas que não estudaram e conseguiram uma melhor situação econômica:

Tem um amigo que fez um técnico em química no médio, mas não conseguiu um trabalho que o valorize. É um pau pra toda obra lá dentro da empresa, não trabalha como técnico e ganha bem menos que meu irmão. Meu irmão trabalhava em fábrica de calçado, começou a vender gás, montou uma praça, ficou como representante comercial de uma empresa de gás. Teve um crescimento bem grande, mesmo sem ensino fundamental completo. (Éder)

Os dados do questionário aplicado ajudam a demonstrar que a reflexividade desses jovens sobre os riscos de realizar esforços para se inserir numa nova dinâmica que concilie suas trajetórias, rotinas e desafios cotidianos de sobrevivência com a volta aos estudos, também se apóia em elementos de percepção de uma mobilidade social que nem sempre é acompanhada, em seus contextos, por uma elevação dos níveis de escolaridade – cerca de 33% dos jovens indicam essa percepção (Figura 13). Situação que gera mais elementos a serem considerados pelos jovens para superarem as condições consideradas de exclusão social pelo Projovem. Estas podem ser encaradas como situações rotineiras as quais conhecem e que trazem alguma certeza diante das imprevisibilidades do acesso a trabalho, renda, mobilidade, integração.

Figura 13 – Percepção dos jovens sobre os amigos e/ou familiares que melhoraram sua situação de trabalho e renda nos últimos anos



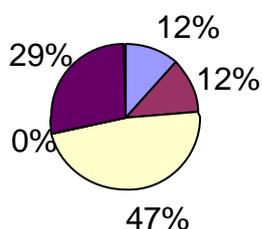
- a maioria tem o fundamental completo
- a maioria está cursando o médio
- poucos ou nenhum tem o ensino fundamental
- a maioria tem o ensino médio completo ou mais que o ensino médio
- não sabem /não responderam

Além de possibilidades de acesso a trabalho e renda sem elevação do grau de suas escolaridades, os jovens conhecem situações de pessoas com quem convivem que elevaram suas escolaridades e não conseguiram outras condições que desejavam, em termos de realização de uma carreira profissional.

O meu marido fez o fundamental, estudou até a 8ª série e trabalha de pedreiro e de servente. É um serviço digno, mas com 52 anos fica carregando saco de cimento nas costas o dia inteiro? Não é justo. Isso ocorre porque tem muita falta de emprego, de outros empregos, né?(Lizandra)

Entretanto, mesmo diante dos riscos de assumirem um projeto de elevação de escolaridade sem as certezas de integração social pós-realização do curso, os jovens apresentam um conhecimento de que aqueles que pioraram sua situação de trabalho e renda estão, na maioria, sem ao menos o ensino fundamental. Essa percepção, conectada ao fato de que indicam não conhecer ninguém que tenha piorado sua situação socioeconômica tendo uma maior escolaridade com o ensino médio completo ou já cursando uma faculdade, também gera elementos que eles analisam na hora de optar pelo ingresso no Projovem. *“Tudo é difícil, mas sem estudo, tudo pode ficar pior. Com o Projovem, a gente espera que as coisas melhorem”* (Graziela).

Figura 14 - Percepção dos jovens sobre amigos e familiares que pioraram sua situação de trabalho e renda nos últimos anos

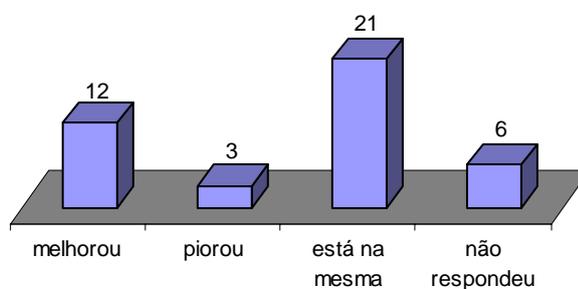


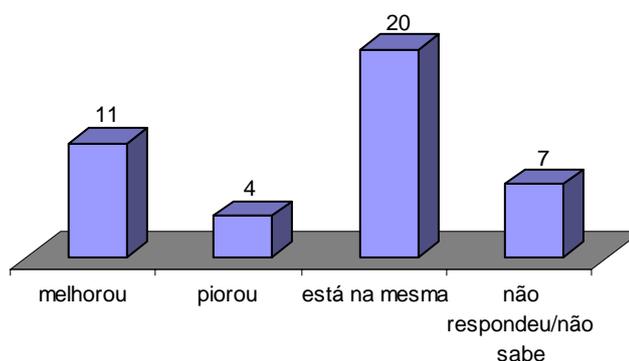
- a maioria tem o fundamental completo
- a maioria está cursando o ensino médio
- poucos ou nenhum tem o ensino fundamental
- a maioria tem o ensino médio completo ou mais que o ensino médio
- não sabem / não responderam

Além do conhecimento sobre os riscos de não atingirem uma esperada inserção profissional que lhes oportunize alguma mobilidade e reconhecimento, estes jovens convivem dentro de redes sociais que apresentam pouca mudança nas suas condições socioeconômicas. Ao menos é o que indicam suas percepções sobre a situação de trabalho e renda de familiares, amigos e vizinhos nos últimos anos.

Figuras 15 e 16 – Percepção dos jovens sobre mobilidade da situação de trabalho e renda de familiares, pares, amigos e vizinhos nos últimos anos

Percepção: situação de trabalho e renda de familiares nos últimos anos



Percepção: situação de trabalho e renda de pares, amigos ou vizinhos

Um contexto já relatado em seus processos de segregação simbólica, que se apresenta com poucas possibilidades de mobilidade, que nas suas percepções reproduz um “mais do mesmo” não parece ser um ambiente que oportunize experiências práticas para gerar alguma segurança que encoraje e incentive esses jovens a buscar ou acreditar numa trajetória de desenvolvimento e inclusão sócio-econômica. Mesmo assim, como veremos no próximo capítulo, esse jovens demonstram construir coletivamente expectativas e projeções de realizações futuras, com buscas que se voltam também à elevação da escolaridade e ao reconhecimento e integração social a serem conquistados através da realização de um trabalho digno.

CAPÍTULO 6

Percepções dos jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano como via de mobilidade social e inclusão cidadã

Para compreender os saberes que estes jovens apresentam sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano, neste capítulo são analisadas as expectativas que estes jovens apresentam em termos de mobilidade e integração social e percepções sobre o programa ser ou não uma via segura de realização dessas expectativas. Numa perspectiva heurística, procura-se nesta etapa combinar estas variáveis a outros elementos já analisados no capítulo anterior.

6.1 Expectativas sobre o Projovem Urbano

A partir das trajetórias, contextos cotidianos e de experiências compartilhadas com suas redes de informação e significação, podem ser destacadas diversas expectativas construídas por esses atores, expressas em objetivos e projeções futuras a serem realizadas com a participação no Projovem Urbano.

Quando questionados sobre seus objetivos, demonstram que a conclusão de etapas do ensino regular – médio (19%) e fundamental (14,2%) - e a inclusão em melhores oportunidades no mercado de trabalho estão diretamente relacionadas entre suas expectativas. A necessidade de ter um emprego melhor, bom ou digno (19%), somada aos interesses por qualificação profissional (14,2%) demonstram que as principais representações desses atores sobre as possibilidades do programa está vinculada mais a perspectivas de alcançarem um posto de trabalho qualificado, do que a simplesmente cursarem o ensino fundamental. Para alcançar seus objetivos profissionais, o ensino médio, nas suas percepções, oferece mais oportunidades de mobilidade do que o ensino fundamental disponibilizado no conteúdo curricular do Projovem Urbano.

Sobre esta relação, inclusive, é importante destacar que alguns jovens entrevistados no momento da matrícula acreditavam que o seu ingresso no programa resultaria na inserção

imediate em algum tipo de trabalho vinculado a proposta programática do Projovem: “(...) *pode te dar um trabalho, acho que já sai com trabalho*” (Jonatas). Outros, quando indagados sobre o que sabiam acerca do programa, relatavam um imaginário semelhante sobre uma inserção imediata no mercado de trabalho, o que também pode estar relacionado ao pagamento da bolsa auxílio – “*sei que é um estudo gratuito, além disso te arruma um emprego provisório, pra trabalhar e ter experiência. Tu estuda e trabalha, já que tem o dinheiro*” (Luciane).

Tabela 14 - Principal objetivo ao cursar o programa:

Objetivos	n	% (n/42)
Concluir etapas de estudos (ensino médio); ingressar no ensino médio, fazer o médio com curso técnico.	08	19,0
Conseguir um bom emprego, um emprego melhor, concluir os estudos para arrumar um emprego digno, com carteira assinada	08	19,0
Obter qualificação profissional	06	14,2
Concluir o ensino fundamental	06	14,2
"crescer na vida", melhorar de vida	05	11,9
Conhecimento/aprendizado/continuar estudando	03	7,1
“Ser alguém na vida”, ser um trabalhador reconhecido	02	4,8
Dar um futuro melhor para os filhos	02	4,8
“Pegar o certificado”	01	2,4
Cursar uma faculdade futuramente	01	2,4
Não respondeu	06	14,3

* Questão semi-aberta com tabulação de múltiplas respostas por jovem questionado: “Qual é seu principal objetivo ao cursar o Projovem Urbano?”.

Ainda sobre os dados apreendidos através da aplicação do questionário, mesmo que uma minoria dos jovens aponta para o objetivo de ser reconhecido através de um trabalho que lhes possibilite “ser alguém na vida” (4,8%), outros objetivos tais como a elevação de escolaridade, ou como uma mobilidade expressa como “crescer na vida” (9,5%) através da inserção profissional em um emprego “com carteira assinada” que seja “melhor” ou “digno” (19%) se apresentam de maneira claramente relacionada nas entrevistas qualitativas às necessidades de uma integração que se realiza via reconhecimento e acesso a condições justas e equitativas de vida.

Pretendo terminar ainda o primeiro grau, pra um dia pegar um serviço e fazer uma coisa mais reconhecida e que de melhores condições para meus filhos. Com estudo, tu tem como pegar, assim, uma caneta e fazer uma anotação que te pedem. Agora só com a segunda série, se te pedem: “ô

fulana, anota isso daqui pra mim [...]”. Não dá, tu passa vergonha. Acho que com estudo vou ter chance até de conseguir um bom emprego (Lizandra).

Espero que, com o Projovem, eu possa ter algum emprego bom, com carteira assinada. [...] ele pode me dar um serviço, um serviço melhor, uma vida melhor. Tendo serviço tu tem dinheiro pra comer, beber, ter o que comer, poder sair e viver algumas coisas diferentes (Jonatas).

Nas suas percepções, além dessas condições oportunizadas a partir do ingresso e conclusão do Projovem, a inserção no programa também se torna um fator que eleva suas auto-estimas: *“Acho que a educação e a qualificação profissional, pra gente que mora lá, faz com que te olhem de um jeito diferente, as pessoas se aproximam mais. No mínimo a vergonha diminui”* (Luciane).

Estes dados apontam para uma noção destes jovens de que existem possibilidades de construir “pontes” através do programa que oportunizem vivenciar uma trajetória escolar e profissional que vá além de suas rotinas atuais, projetando sonhos para além das fronteiras que estão acostumados a viver cotidianamente, numa tentativa de superar os limites que conhecem sobre seus contextos.

De acordo com o que foi relatado anteriormente, estes jovens percebem as condições de estigmatização que convergem em processos múltiplos de segregação social, procurando reverter através de caminhos conhecidos e difundidos amplamente na sociedade moderna, tais como o estudo e a qualificação profissional. Neste sentido, apesar de apenas um jovem apontar que seu objetivo ao participar do Projovem Urbano seria o de cursar futuramente uma faculdade (Tabelas 14 e 15), quando indicam sobre seus planos futuros em relação aos estudos, o ensino médio aparece como um objetivo majoritário (19%). Tanto entrevistados, como questionados, demonstram que a universidade não perpassa pelas suas perspectivas. Isso talvez ocorra por não medirem informações e significações sobre esta possibilidade em suas redes, visto que durante gerações, as universidades no Brasil estiveram destinadas às classes mais privilegiadas. Por mais que existam programas de incentivo a uma democratização do ensino superior, estes são muito recentes e parecem não permear o cotidiano destes jovens.

Quando indagados sobre seus sonhos, desejos e anseios em relação aos seus futuros profissionais, destacam-se, de uma maneira geral, entre os oito jovens entrevistados, uma perspectiva de uma mobilidade social que, de certa maneira, é balizada pelas experiências de seus contextos e refletida numa consciência das dificuldades a serem enfrentadas.

Quero poder ter um serviço bom, numa firma com carteira. Na verdade, queria ter uma firma, mas dentro do que é possível [...]. Nem precisa ser uma firma, mas com carteira assinada, ganhando mais ou menos ta bom, né(?)(Jonatas).

O mesmo ocorre com Cristiano, que relatou uma projeção profissional idealizada na experiência de uma prima que ele diz ser da *“parte da família que é rica”* a qual está cursando uma faculdade de direito. Entre os entrevistados, inicialmente ele foi o único que afirmou que seu sonho era fazer uma faculdade – também de direito, mas para ser juiz. *“(…) juiz ganha bem, melhor que advogado, né(?)”*. Porém, no desenvolvimento do roteiro de entrevista, quando questionado sobre qual seria seu principal objetivo ao cursar o programa, ele desenvolveu um relato diferente. *“Quero terminar o fundamental, né, com a bolsa, que ajuda. Quem é pobre, qualquer dinheiro ajuda. Se não tivesse a bolsa, eu ia fazer direto a oitava, só me falta a oitava”*. Na seqüência, relatou que tinha se inscrito para o módulo administrativo correspondente à qualificação profissional oferecida na proposta curricular, destacando suas perspectivas: *“vou ter um curso (...) um certificado, vou poder trabalhar em alguma coisa (...) não tem nada a ver com meu sonho, mas sendo alguma coisa (...) e ganhando dinheiro, para mim tá bom”*.

Nesse mesmo sentido, outro jovem entrevistado demonstra ainda mais um lado pragmático com relação a seus sonhos e perspectivas: *“quero é o que todo mundo quer, trabalhar, ter minha família, onde morar, o que comer (...) não quero grandes coisas. O que eu sempre sonhei era ganhar com a dança, mas não deu muito certo”*(Gabriel).

Tais expectativas de mobilidade e integração estão diretamente relacionadas aos saberes que possuem do que é possível projetar e realizar em seus contextos. Nesse sentido, como já destacado, o reconhecimento como jovens, como sujeitos de suas vidas a ser realizada com dignidade e equidade passa pelas oportunidades e necessidades conhecidas e mediadas com seus pares e familiares: ter no mínimo o ensino fundamental, quem sabe cursar o médio, para ter maiores chances de empregabilidade.

O acesso ao reconhecimento ou a uma condição digna de vida hora é projetada para suas realidades imediatas “do agora ou nunca” enquanto jovens que não tiveram muitas oportunidades de se qualificarem – *“já tô com 26 anos, se não aproveitar agora (...) depois vai ser pior”* (Éder) - ou para uma futuro mediato de seus filhos, numa tentativa de romper com seus ciclos de pobreza e dificuldades reproduzidas numa projeção inter-geracional de suas famílias, conhecidas e relatadas pelos jovens:

Qual é a pessoa que não tem vontade de progredir? Se a gente progredir, vai ser importante para os filhos. A gente é como é criado, se o pai e a mãe ter uma educação e dar uma também para os filhos, isso é muito importante quando eles forem adultos. As pessoas contam muito do jeito que são criados [...] depois se quiserem ser pedreiro, servente, aí é por escolha deles. É uma opção não obrigação.

Seja para suas necessidades imediatas ou mediatas, sendo pais ou não, os dados deste subcapítulo demonstram que existem entre estes jovens, expectativas de mobilidade e integração através da educação, neste caso, através do Projovem, mesmo que outros estudos, como o de Saraví (2009) apontem para uma percepção juvenil que desacredita que a instituição escolar seja uma via para essas expectativas. Expectativas relacionadas a um imaginário social que se apóia ora em algumas de suas experiências cotidianas, ora em informações da era moderna sobre oportunidades de educação que até então não eram frequentes em seus locais de convivência, já que os jovens entrevistados e questionados demonstraram que a maioria dos integrantes de suas redes sociais não tem o ensino fundamental (item 5.4.2, capítulo 5).

6.2 Percepções sobre as possibilidades trazidas pelo programa

As percepções sobre as possibilidades trazidas pelo programa estão de acordo com as expectativas apontadas acima quando vinculadas ao acesso a melhores postos de trabalho e renda e de conclusão de etapas do ensino regular, com conseqüente reconhecimento social e melhoria nas suas condições de vida. Quando questionados sobre as possibilidades oferecidas pelo Projovem, as representações tornam-se evidentemente vinculadas com a inserção em melhores oportunidades no mercado de trabalho (cerca de 50%), ocorrendo uma supervalorização para um dos principais limites percebidos pelos jovens, conforme análise realizada, mais adiante, no item 6.3.

Tabela 15 – Percepção dos jovens sobre as possibilidades que o ingresso e conclusão do programa pode oportunizar futuramente

Relatos	n	% (n/42)
Arrumar um bom emprego ou um emprego melhor	12	28,6
Vai ter mais oportunidades ou melhores opções de emprego	09	21,5
Conclusão do fundamental e inserção no ensino médio	06	14,3
Conseguir comprar a casa própria	04	9,6
Diminuição da timidez / confiança /auto-estima	03	7,2
Pode decidir a minha vida / o meu futuro	02	4,8
Abrir os olhos para o futuro	01	2,4
Poderá fazer uma faculdade	01	2,4
"muita coisa vai melhorar"	01	2,4
"o programa não muda nada para ninguém"	01	2,4
Não sabe	01	2,4
Não respondeu	04	9,6

* Questão semi-aberta com tabulação de múltiplas respostas por jovem questionado: “Em sua opinião, no que o Projovem Urbano pode impactar/melhorar a sua vida? Que mudanças positivas podem ocorrer quando concluir o programa?”.

Por mais que existam apenas poucos exemplos nas suas redes de relações que estariam realizando um percurso mobilidade social ascendente e de inclusão em trabalhos que lhes geram algum reconhecimento através da elevação da escolaridade, estes jovens demonstraram, através das entrevistas e questionários, perceber a educação realizada no ensino fundamental e médio como uma oportunidade de ascensão social e de melhoria nas suas condições de vida.

Tais percepções apontam para o fato de que estes jovens compartilham informação e significação de trajetórias na educação e no trabalho com seus pares e familiares sobre experiências que não estão necessariamente limitadas a suas experiências locais. Mesmo que de forma mais limitada em relação às condições que os segregam em seus espaços, estes jovens mediam informações que se disponibilizam de diversas formas na modernidade, seja pela TV, rádio, jornal, ou mesmo pela internet. Ou seja, numa relação de informação e constituição de suas identidades ampliadas para além do espaço social onde moram ou trabalham - propiciada pela relação espaço-tempo da modernidade que os conecta, mesmo de maneira limitada nas realidades periféricas, a novas experiências e informações constantemente renovadas (Giddens, 1991; 2002) - criam expectativas e percepções de uma realização de projetos de vida para além dos seus contextos imediatos de convívio.

Porém, estas experiências se apresentam, em seus relatos qualitativos, de maneiras quase sempre distantes em “outros amigos” ou “outros familiares”, que não vivenciaram

trajetórias semelhantes às suas – a prima da família que é mais rica e faz faculdade de direito (Cristiano) ou a amiga que é mais nova, não tem filhos e cursa faculdade de pedagogia (Graziela).

Nessa condição de distanciamento a grupos que possuem maior escolaridade, seus exemplos de realização profissional acabam sendo na maioria dos casos ancorados nas perspectivas que lhes parecem viáveis, de acordo com o conhecimento que possuem sobre as dificuldades de acessarem outros horizontes comuns a estratos sociais mais privilegiados num país onde a desigualdade social se dá num abismo entre ricos e pobres¹⁰⁶. “(...) *minha sogra conseguiu terminar o curso e tendo o fundamental conseguiu emprego na Beira Rio*¹⁰⁷ *para trabalhar na limpeza*” (Gabriel). “(...) *é uma porta aberta para o emprego. Se tem pelo menos a oitava série, já pode fazer ficha de emprego, já fica importante. Tem amigos que trabalham nas firmas, (...) já têm o primeiro grau. Tem um que trabalha de operador de injetora*” (Luciane).

Como já relatado, mesmo compartilhando informações de algumas experiências para além de seus contextos, em nenhum momento foi citado pelos entrevistados situações de elevação da escolaridade que os levasse até uma faculdade. Políticas de democratização do ensino superior são relativamente novas e pouco parecem circular nas suas redes de reciprocidade, informação e significação, o que dificulta que possam ancorar sonhos e perspectivas nessas novas oportunidades - apenas um jovem dos 42 questionados (2,4%) apontou o Projovem como possibilidade de uma ponte para cursar futuramente uma faculdade (tabela 15).

6.3 – Saberes sobre os limites do Projovem¹⁰⁸ em seus contextos de vida

Através dos dados até então apresentados, pode-se perceber que estes jovens - numa maioria composta por jovens trabalhadores, pais, co-responsáveis pelo provento da família, que vivem em condições de segregação e estigmatização nos locais onde moram, numa rotina

¹⁰⁶ Sobre a desigualdade social no Brasil, de acordo com o *Atlas da exclusão social* (Poschmann, 2004), a renda dos 10% mais ricos da população brasileira correspondeu em 2003 a cerca de 45,3% do PIB nacional. Para piorar este quadro de desigualdade, segundo a pesquisa, quando se incluem dados sobre patrimônio, a concentração elevou-se para 75,4% do total de riqueza patrimonial no Brasil.

¹⁰⁷ Empresa calçadista da região.

¹⁰⁸ Ao longo do estudo o termo *Projovem* é utilizado referindo-se ao *Projovem Urbano*. Como foi destacado no segundo capítulo (item 2.2), o programa se constituiu recentemente em nova nomenclatura que adiciona o “Urbano” para se diferenciar de outros programas vinculados ao Projovem Integrado.

de trabalho e incertezas mediadas e amenizadas nas suas relações de reciprocidade com suas redes sociais de convivência cotidiana - constroem sim expectativas de mobilidade social e integração ou inclusão cidadã pelas vias da educação formal onde podem se reinserir através de programas de inclusão como o Projovem Urbano.

Porém, o projeto de ser um jovem incluído em sua cidadania através de um período de moratória que lhe permita estudar para competir futuramente por postos de trabalho de uma maneira equitativa com jovens de outras classes sociais, parece uma realidade um tanto quanto distante da realidade e conseqüentemente do imaginário destes jovens que participam do programa. Muitos, durante o período de inscrições, achavam inclusive que o projovem já oferecia a porta imediata para acessar algum emprego. Outros representam a questão da integração social como reconhecimento pelo trabalho, ser um trabalhador. Até mesmo a questão da cidadania é conectada simbolicamente ao termo trabalhador, ser trabalhador é signo de ser cidadão, de estar integrado, de ser reconhecido (item 5.2.3, capítulo 5).

Nesse sentido, suas representações sobre essa mobilidade e integração parecem constituídas, em geral, pelo signo da vivência e realização de algum trabalho que lhes dê garantias de sustentação econômica e de reconhecimento social, seja para uma parte que valoriza a carteira assinada, ou para outros que valorizam experiências de êxito que seus amigos ou familiares tiveram em termos de trabalho, renda e reconhecimento, sem precisar concluir qualquer etapa do ensino regular para se encaixar em emprego formais em alguma fábrica - exemplos da sinuca, do posto de lavagem, da construção civil, da venda de gás de cozinha, citados anteriormente pelos jovens (item 5.4, capítulo 5).

O percurso de elevar a escolaridade e ter capacitação profissional, através da educação formal, parece se tornar uma via alternativa para muitos desses jovens, diante das diversas possibilidades informais de sustentação econômica e integração social que se reproduzem nas redes com quem convivem diariamente e, ainda, diante do conhecimento prático dos desafios a serem enfrentados em seus contextos bem relatados pelos mesmos, tais como a sensação do atraso, do tempo que se foi ao se tornarem responsáveis pelo seus proventos ou de suas famílias muito cedo. Diante da sensação de um tempo que “escorre pelas mãos” alguns entrevistados, quando indagados sobre o que mais lhes motivou a se inscrever no programa, demonstraram valorizar muito o fato de conseguirem terminar em um relativo curto espaço de tempo o ensino fundamental. *“O que mais me motivou foi que eu posso terminar o primeiro grau em pouco tempo. Antes de saber do Projovem eu ia deixando os estudos sempre para*

depois porque ia demorar muito” (Gabriel). Ou ainda, “(...) terminar mais rápido os estudos, com um curso que pode te dar um trabalho logo” (Jonatas).

Por essas razões, é possível que mesmo diante de tantas desistências, evasões, ou pouco engajamento por parte de alguns na sala de aula, a maioria apresenta uma avaliação positiva do programa, conforme dados da tabela 16. Este, dentro de possibilidades, de certa maneira, limitadas para uma integração e maior mobilidade, se constitui em uma oportunidade praticamente única. *“O Projovem é tudo o que tenho agora, não tem outra oportunidade, é essa a oportunidade que tenho. (...) preciso que me empenhar para conseguir recuperar o tempo que ficou pra traz, naquilo que for possível” (Gabriel).*

Tabela 16 - Expectativas realizadas e não realizadas em relação ao Projovem Urbano.

Expectativas que não estão sendo realizadas	n	% (n/42)
Todas estão sendo realizadas /praticamente todas realizadas	13	30,9
O não recebimento da bolsa	03	7,2
O curso de qualificação profissional/qualidade/realização com o curso	03	7,2
Não tinha grandes expectativas; "pensei que ia ser pior"	02	4,8
Burocracia na matrícula	02	4,8
“O curso está meio bagunçado”	01	2,4
Não respondeu / não sabe ¹⁰⁹	18	42,9
Expectativas que estão sendo realizadas	n	% (n/42)
Todas expectativas realizadas	12	28,6
Quase todas; muitas	04	9,6
O aprendizado; novas experiências	04	9,6
A bolsa	02	4,8
Superou as expectativas; achou que seria pior	02	4,8
"Estou decepcionado"; nenhuma expectativa está sendo realizada	02	4,8
“Não tinha muitas expectativas”	01	2,4
Não respondeu / não sabe	17	40,5

* Questão semi-aberta com tabulação de múltiplas respostas por jovem questionado: “Frente a suas expectativas iniciais no momento de matrícula, que expectativas não estão sendo realizadas? E quais expectativas estão sendo realizadas?”.

Entretanto, mesmo com uma avaliação majoritariamente positiva acerca do programa e construindo expectativas de melhoria em suas condições de vida e de suas famílias, idealizando algumas possibilidades de reconhecimento e mobilidade social através dessa oportunidade, a maioria dos jovens participantes indicou uma percepção de uma série de impossibilidades de realização de seus planos e expectativas, mesmo cursando o Projovem.

¹⁰⁹ Estas questões abertas do questionário não foram respondidas pela maioria. Parte do fato se explica pelo pouco tempo destinado a aplicação do questionário, já que este competia com o conteúdo programático em sala de aula.

Tabela 17 – Percepções que os jovens apresentam sobre os limites do Projovem Urbano

Percepção sobre os limites do programa	n	% (n/42)
Não melhorará a sua renda ou a vida financeira, não conseguirá um bom salário, ter um emprego que pague mais de 1 salário mínimo	08	19,1
Não possibilitará um emprego digno, ter chances de competir por um bom emprego, "trabalhar nas coisas que gosto", "ter um serviço"	07	16,7
Terminar o ensino médio; continuar os estudos	04	9,6
Não possibilitará a casa própria	03	7,2
"Não vai mudar muita coisa"; "a maioria das coisas"	03	7,2
Não resultará em uma vida melhor para os filhos	02	4,8
"Não mudará a vida de ninguém" ; "não pode mudar nada"	02	4,8
"Não vou conseguir fazer uma faculdade"	01	2,4
Não trará alteração das condições de trabalho e renda da família	01	2,4
Ser feliz	01	2,4
Pode mudar tudo o que quiser	01	2,4
Não sabe	05	11,9
Não respondeu	07	16,7

* Questão semi-aberta com tabulação de múltiplas respostas por jovem questionado: "O que você gostaria que mudasse na sua vida futuramente, que mesmo com a conclusão do Projovem, não será alterado?"

Conforme os dados acima, estes jovens, em uma projeção de uma previsibilidade imaginária sobre seus futuros, apresentam, no nível de uma consciência discursiva (Giddens, 1989), situações que indicam a inviabilidade de realização de expectativas e objetivos importantes, destacados na inicialmente com certo grau de entusiasmo e algum grau de esperança por eles durante as entrevistas.

"Não conseguir um trabalho melhor, um emprego digno, algum que pague mais do que um salário mínimo" (35,8%), "não conseguir uma casa própria" (7,2%), ou "não conseguir continuar os estudos e cursar o ensino médio" (9,6%), "não repercutindo numa vida melhor para os filhos" (4,8%) e "não alterando muitas ou a maioria das coisas" (7,2%) é o mesmo que praticamente dizer que "não pode mudar nada" (4,8%). Pois tudo aquilo que projetaram anteriormente - respondendo às questões da entrevista e questionário colocadas no início do roteiro, as quais refletiram seus sonhos, expectativas, objetivos - parece agora, numa breve análise tácita das inúmeras barreiras contextuais em que vivem, não poder ser alcançado.

Situação de desesperança que Merton¹¹⁰ - mesmo que dentro de uma análise teórica diferente, apoiada numa perspectiva estrutural-funcionalista, que procurava compreender

¹¹⁰ Merton (1965) verificou o fato de que a segunda geração de imigrantes nos EUA se envolvia em situações violentas concluindo relações destes atos com uma frustração juvenil advinda da não realização de expectativas de ascensão social, existentes em valores coletivos repassados anteriormente em suas famílias, frente a uma realidade de desigualdade nas oportunidades de mobilidade.

outro fenômeno como os atos violentos de gangues nos EUA durante os anos 60 – percebeu como uma profunda desilusão dos jovens, retratada na sua considerada “Teoria da Frustração”, conforme assinala DICK(2006).

Tal frustração torna-se evidente não apenas nos dados resultantes do questionário (Tabela 17), mas também em determinadas falas relatadas nas entrevistas sobre o que não seria possível mudar em suas vidas mesmo com o ingresso e conclusão do Projovem¹¹¹:

Ajuda a fazer algumas coisas que eu quero, mas não muito. Não é o suficiente para mudar o quadro que eu queria. Não vai, sabe, me possibilitar chegar de imediato onde quero. Vai me dar o fundamental (ensino fundamental), mas vai ficar ainda muito longe dos meus sonhos (Éder).

[...] não tem trabalho para todo mundo, quem não trabalha vai fazer o quê? Vai roubar, usar droga, ficar revoltado, não tem o que fazer. Aí a violência não acaba. Mesmo com o Projovem, a violência, em geral, não vai mudar (Jonatas).

Talvez afirmem esses limites por imaginarem ou perceberem que seus passados não podem ser mudados e que esses incidem diretamente sobre seus futuros. Nesse sentido, apareceram situações como: “(...) *o que não pode ser mudado? Não sei, não tenho certeza (...) o passado, eu acho. Gostaria que fosse diferente, mas agora tenho que batalhar e ver no que dá*” (Gabriel). A mesma afirmação partiu de outra entrevistada: “*acho que o meu passado. Queria apagar todas as brigas com meu pai. Ele bebia e batia na minha mãe. Isso me prejudicou*” (Graziela).

Não tendo, em suas trajetórias, oportunidades iguais com direitos de viver uma infância digna, com acesso a uma educação de qualidade, com a sociedade, sua família ou Estado garantindo seu bem estar, sua sustentação, integração e desenvolvimento dentro de uma sociabilidade permeada por acessos também à saúde, lazer, cultura, moradia conforme diretrizes normativas do ECA¹¹², é provável que percebam que seria muito mais fácil viver uma condição mais justa e igualitária se o passado tivesse sido diferente. Não precisariam “*correr atrás da máquina* (Luciane)” de maneira tão desigual, tendo que lidar com injustiças, preconceitos, segregações que dificultam ainda mais suas poucas oportunidades. “Conhecimento e oportunidade para todos” como lema relevante do programa Projovem, talvez precisasse ser lema de um tratamento equitativo em termos de acesso a direitos sociais

¹¹¹ Durante as entrevistas, foi perguntado aos jovens o que, na opinião deles, gostariam que mudasse em suas vidas hoje e futuramente que, mesmo com a conclusão do Projovem, não pode ser mudado.

¹¹² Muitos desses jovens, aqueles que tem até 21 anos, são a geração que nasceu com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

para todos os cidadãos desde suas infâncias, para que as desigualdades não fossem reproduzidas nos seus futuros, quando as ditas oportunidades se encaixam com uma série de dificuldades, angústias medos e outras necessidades emergenciais - como o de trabalhar em qualquer coisa precária para sobreviver.

Tais percepções sobre os limites do programa em garantir uma via para atingir suas expectativas e necessidades pode ser uma explicação para a pouca adesão que estabelecem com o programa, destacada pelas altas taxas de evasão, ou baixa frequência nas aulas ou situações de pouco envolvimento com as propostas pedagógicas, conforme dados já apresentados na introdução do presente estudo.

A prévia explicação teórica voltada para a compreensão deste comportamento indicou uma hipótese que considerava como elemento indutor dos elevados índices de abandono, o conhecimento prático que estes apresentariam sobre os limites das propostas do Projovem frente a seus contextos cotidianos, dificultando a realização futura de suas expectativas de mobilidade social ou inclusão. As percepções apontadas na Tabela 17 e nos relatos já evidenciam a existência do conhecimento sobre estes limites. O quanto esse conhecimento repercute reflexivamente nas suas ações, pode ser compreendido em alguns relatos que, ao serem prestados nas entrevistas, no momento, pareceram surpreendentes – conforme situações descritas abaixo.

Quando uma das jovens foi entrevistada já como participante do Projovem, foi-lhe perguntado se pretendia continuar estudando após a conclusão do curso oferecido. Esta, então relatou um sim, de certa maneira, inusitado e pouco esperado: “(...) *sim, vou continuar da quinta em diante, tentar fazer todo o primeiro grau de novo.*” Quando questionada porque faria todo o ensino fundamental de novo, já que com o Projovem Urbano já teria concluído esta etapa, ela destacou que:

[...] assim dá para aproveitar mais, tem mais tempo e não só um ano e meio. Tem coisa que eu não gosto nem de pensar, quando acabar esse um ano e meio, aí cada um vai pro seu lado, vai voltar a ser como era antes. Além da saudade, vão ter outras preocupações. Tem que arrumar emprego, tem que dar conta das obrigações [...] e vai que depois de tudo isso a gente não consegue mudar nada.

Instigada a refletir mais sobre a situação que a preocupava e para tentar achar alguma solução para o impasse da conclusão do curso, ela retomou:

O projovem acaba rapidinho e acho que não dá para fazer ele de novo. Na minha sala até tem dois que já fizeram e tão fazendo de novo. Não concluíram. Eu falei pra professora que quando chegar novembro eu desisto e depois volto no outro ano de novo, sabe [...] a gente deu risada (Graziela).

A insegurança em não atingirem suas expectativas na maioria relacionadas a ter algum reconhecimento e ascensão social via inclusão no mercado de trabalho é reforçada por uma percepção clara destes jovens sobre as grandes dificuldades de acessarem postos formais de emprego, que se dá em função não apenas de seus conhecimentos sobre a “discriminação por endereço”, já ressaltada em Novaes (2003; 2004). Essa percepção também é construída de acordo com os conhecimentos que possuem sobre as situações de desemprego ou subemprego que vivenciaram ou que seus familiares e amigos vivenciam. Por mais que alguns indicadores de emprego no Brasil tenham reagido no Brasil nos últimos anos, os jovens demonstram um conhecimento prático sobre as dificuldades de acesso ao mercado formal, seja pela falência ou saídas de empresas para outras regiões, seja pela sub-contratação ou terceirizações, retratadas enquanto acirramento das relações contratuais e crise da sociedade salarial (Castel, 2004).

Seguindo esta lógica, surgem reflexões durante as entrevistas tais como “*tem muita empresa fechando ou demitindo, é claro que não vai ter emprego pra todo mundo*” (Éder). “*Tem firma que fecha e vai pra outros lugar*” (Luciane). As terceirizações e subcontratações são percebidas também como situações que dificultam o acesso ao emprego com carteira assinada. “*Eu fico lixando fivela em casa o dia inteiro (...) às vezes vou das sete da manhã as sete da noite. É difícil, mas, muitas vez, é o que se tem*” (Graziela).

Esses relatos demonstram que para alguns destes jovens, o programa parece se tornar mais uma via de viver algum processo de integração com a escola enquanto ambiente de sociabilidade abandonado de maneira precoce junto com suas infâncias. Uma sociabilidade com outros pares da mesma idade, com novas oportunidades de informação e convivência, com a possibilidade de serem também reconhecidos como jovens que podem sonhar e ter outras perspectivas como de “*ir um pouco além*” de seus enredos ou “*abrir a mente*” (Lizandra).

Outros elementos, além desta sociabilidade juvenil construída na escola, tais como a própria bolsa-auxílio, que seriam um meio para viabilizar as estratégias do Projovem de inclusão pela escolaridade, profissionalização e cidadania, acabam se tornando elementos centrais na opção por frequentar o curso. “*Na verdade, o que mais me chamou a atenção no*

início foi a bolsa (...) é normal isso, pra quem é pobre qualquer dinheiro que entra é lucro(...)”(Cristiano).

Centralidade esta que se realiza, provavelmente, pela bolsa ser uma das oportunidades que aparentam uma “certeza”, um elemento concreto de resultado da ação que desempenham ao participar das atividades curriculares do programa. Certeza que se faz necessária, seja diante de um futuro percebido como imprevisível e inseguro (Giddens, 1991), seja frente a um devir percebido como previsível quando expressam saberes sobre os limites rotineiros à sua volta – desemprego, estigma e segregação, trabalhos com relações contratuais e salariais precárias, pouca mobilidade de pares e familiares.

Numa última etapa da análise proposta nesta investigação, a reflexividade que os jovens apresentam sobre os limites do programa em contemplar suas expectativas futuras de mobilidade e integração social pode ser elucidada sob a análise de diversas variáveis já interpretadas ao longo dos capítulos 5 e 6. Estas são retomadas, de maneira sinteticamente organizada, conforme os oito itens a seguir:

1 – A perspectiva de arriscar-se em novas alternativas, para além de suas rotinas constituídas em seus contextos cotidianos de sobrevivência individuais ou coletivos. Rotinas essas que ao serem consideradas neste estudo como eixos de segurança de como agir, se sustentar, viver, projetar-se, se constituem como um desafio a ser superado em determinadas condições ontológicas em que se projetem novidades.

2 – O fato de que não encontram exemplos práticos, em suas redes de relações cotidianas, onde “sucesso escolar” signifique concretamente “sucesso” em termos de emprego, renda, reconhecimento social. Para eles, o cotidiano apresenta-se como “um mais do mesmo”, com poucas melhorias na sua situação de trabalho e renda - “a maioria está na mesma” (Figuras 15 e 16, item 5.4, capítulo 5). A percepção dos jovens sobre os poucos exemplos de indivíduos de suas redes que obtiveram mobilidade dividem-se entre os que não concluíram o ensino fundamental (33% dos questionados), os que já possuem ensino fundamental ou estão cursando o médio (31%). Uma minoria apontou a percepção de que estes indivíduos teriam o ensino médio ou estariam cursando a faculdade (7%) – conforme dados da figura 13, item 5.4.

3 – A conexão com informações renovadas diariamente num espaço-tempo local ampliado ao global apresenta tanto situações que incentivam a elevação da escolaridade e a capacitação

profissional, quando fornecem elementos simbólicos sobre fracassos e insucessos de jovens que estudaram, obtiveram níveis de escolaridade distantes da sua realidade como o ensino técnico ou a graduação, e que, mesmo assim, não conseguiram alguma integração em um trabalho digno de seus esforços.

4 – A percepção de que tem que “*correr atrás do tempo perdido*”, diante de dificuldades vivencidas “*num passado que não pode ser mudado*”, em condições desiguais em relação à trajetória escolar de outros jovens de estratos sociais que possuem mais estudo e mesmo assim encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

5 – O conhecimento que possuem sobre a realidade de desemprego na região, falência de empresas ou migração para outras regiões, ou pelas experiências práticas de acirramento das relações contratuais, com trabalhos manuais terceirizados, flexibilizados em fabriquetas domésticas.

6 – O fato de terem consciência prática dos estigmas que cercam os jovens moradores da periferia e que dificultam o acesso ao mercado de trabalho, lhes segregando em relação a outros espaços com experiências e informações que gerariam oportunidades de integração e mobilidade social.

7 – O fato de um projeto de “inclusão pela cidadania” ou pelo “acesso a direitos” demonstrar ser algo muito vago para estes jovens, com pouca ressonância nas suas representações sociais como elemento simbólico que mobilize seus projetos, suas projeções de maneira segura para enfrentar os desafios do presente - baixa renda, filhos ou co-responsabilidade pelo sustento da família - ou inseguranças com o futuro – medo de sobrar no mundo do trabalho.

8 – Por último, as representações que estigmatizam políticas públicas como incapazes de oferecer condições reais de igualdade, reconhecimento ou integração. “*Uma amiga disse que a coisa é mais séria no Projovem*” (Lizandra). Não podem ser negados os impactos que as experiências mediadas coletivamente sobre o insucesso de outros projetos e programas sociais podem trazer nas crenças desses jovens sobre a viabilidade do Projovem Urbano. (...) *achava que era tudo igual, que ia ser só enrolação e só brincadeira de novo, mas lá parece mais sério*” (Graziela). O conhecimento prático - experimentado e mediado simbolicamente nas suas redes de saber local (Geertz, 1997) - sobre os poucos resultados que programas públicos ditos “de inclusão” apresentaram em suas trajetórias acabam reforçando representações

negativas sobre diversas outras políticas públicas, as quais passam a ser pré-significadas em seus contextos de interação como incapazes de transformar suas realidades¹¹³.

Diante dessas oito perspectivas analíticas sintetizadas e entre outros elementos destacados ao longo deste estudo, pode ser avaliado que os jovens desenvolvem - dentro desse contexto de reflexividade realizada a luz da informação constantemente renovada sobre suas experiências individuais e coletivas em seus contextos e para além de seus contextos cotidianos - um saber prático sobre os limites de programas como o Projovem. Limites quanto ao programa ser efetivamente uma via segura e garantida de mobilidade social ascendente e de reconhecimento nos contextos e trajetórias por eles vivenciadas. A expressão de percepções sobre os limites estando vinculadas com a reprodução de condições sociais por eles conhecidas, ao mesmo tempo em que negam suas projeções e expectativas futuras – casa própria, emprego com bom salário, futuro melhor para os filhos - demonstra incidir sobre suas vinculações e permanência no programa. Situação esta, que foi, numa perspectiva mais rudimentar, indicada na hipótese que conduziu o estudo (ver capítulo 1).

A ocorrência de uma reflexividade calcada em saberes tácitos e discursivos sobre esses limites demonstra que os desafios passam a ser percebidos como riscos difíceis de serem superados num ambiente de interação social estigmatizado, que não vivenciam plenamente seus direitos quando fragilizados das proteções sociais (Castel, 2004), sem garantias coletivas que gerem alguma segurança para realização de seus projetos de vida. Neste sentido, é preciso considerar que a debilidade histórica da presença do Estado efetivando direitos e garantias sociais nas periferias urbanas também tem incidência sobre suas inseguranças e ceticismo com relação à realização de suas expectativas. Conseqüentemente, sobre a construção de seus projetos de vida e sobre a reprodução cíclica das condições de pobreza ou miserabilidade de suas famílias.

Todos esses fatores combinados apresentam, dentro de uma perspectiva da sociologia compreensiva apoiada pelo conjunto de dados quali-quantitativos destacados, uma interpretação que contribui sobre a explicação do fenômeno destacado inicialmente na nesta dissertação, onde foram evidenciados uma alta procura, com listas de espera, avaliações

¹¹³ Conforme dados da amostra (ver apêndice 2), nas suas percepções, programas públicos voltados a inclusão social “não oferecem possibilidade de evolução, de continuidade futura”(28,6%), “não cumprem com as promessas”(19,1%) ou “não possibilitam inserção em trabalho e emprego” (16,7%), sendo o trabalho e emprego, como já analisado, uma das suas principais expectativas. Situação muito claramente expressa neste relato: “muita gente acha que o Projovem é algo ruim, como outros programas que o povo aí conhece, onde as pessoas não se interessam de verdade pela gente” (Graziela).

positivas sobre o Projovem, seguidas de elevada evasão, baixa frequência e situações de pouco engajamento com a proposta.

Cabe ressaltar que por mais que apareçam majoritariamente avaliações positivas acerca do programa, os próprios gestores entendem que esta política possui diversos problemas para realização de seus objetivos de inclusão cidadã que ofereça “conhecimento e oportunidades para todos”. De acordo com as informações repassadas pelos quatro gestores entrevistados, ocorreriam limites relacionados à preparação do quadro de recursos humanos que realizam em nível local o que foi planejado em nível nacional, às dificuldades de gestão de um programa complexo em termos de execução, ou aos limites orçamentários que rondam as políticas sociais repercutindo na qualidade dos programas e na infra-estrutura disponível.

A partir de uma política que possui suas fragilidades e diante dos saberes que os jovens apresentam sobre limites contextuais para atingir algum grau de maior mobilidade – acrescidos do fato de vivenciarem poucas experiências coletivas de ascensão social através da elevação da escolaridade e das circunstâncias que geram pouco acesso às informações sobre outras políticas recentes de democratização da educação superior no país - é possível analisar que por mais que apresentem expectativas de elevação de escolaridade e de, através desta, conseguir alguma ascensão e reconhecimento social, estes jovens não projetam expectativas maiores das que vivenciam corriqueiramente.

Em parte, porque demonstram que suas expectativas geradas a partir do ingresso a uma política de “segunda oportunidade” se confrontam com todos os limites que diagnosticaram. Mas também, é provável que percebam que suas perspectivas de mobilidade - ou de pares, amigos e familiares - não se realizam costumeiramente “via elevador”, mas, em geral, e com muitos sacrifícios, “via escada de serviços”. Situação que também limita suas representações sobre o possível.

Através dos quadros analíticos apresentados, este estudo procurou demonstrar o quanto é necessário que as políticas sociais se aproximem do imaginário construído e renovado constantemente sobre essas políticas. O quanto o conhecimento prático dos atores sobre suas condições de vida e o quanto as redes de informação e significação vivenciadas são variáveis importantes a serem consideradas no planejamento para que se viabilizem projeções de uma mobilidade social ascendente e inclusão cidadã destes jovens (e de suas redes) que possam equalizar as desigualdades sociais existentes.

Projeções estas, para que possam vir a se realizar, precisam estar apoiados em certas circunstâncias, a serem oportunizadas com maiores investimentos nas políticas democratizantes, que gerem algumas garantias para estes jovens, alguma confiança de que podem superar dificuldades vivenciadas em suas rotinas. Rotina essa que, enquanto elemento gerador de segurança, constitui-se de um saber prático de como *seguir adiante* em contextos de segregação e estigmatização, de pobreza material e de dificuldades de acesso a bens e serviços postulados normativamente nos direitos da sociedade moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordou as percepções de jovens sobre o Projovem Urbano – programa nacional que prevê a inclusão cidadã de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental através de uma proposta educativa que integra elevação da escolaridade, capacitação profissional e incentivos a participação cidadã. Tratando das expectativas e saberes desenvolvidos por estes atores sobre as oportunidades e limites apresentados pelo programa, procurou compreender de que maneira tais saberes, práticos e contextuais, impactam nas suas adesões ao Projovem.

Como foi destacado na apresentação introdutória desta dissertação, o estudo iniciou os primeiros contatos com o objeto empírico questionando o fato deste apresentar uma elevada procura por parte dos jovens e um alto grau de expectativas institucionais pelos órgãos técnicos e gestores, ao mesmo tempo que ocorriam elevados indicadores de evasão. Quando percebidas a reprodução dos elevados índices de evasão nos diferentes espaços – local (Novo Hamburgo) e nacional – a partir de informações coletadas em relatórios anuais municipais e nacionais sobre programa e em entrevistas exploratórias com os gestores, este fenômeno tornou-se o elemento motivador da busca de compreensão sobre o imaginário de jovens e gestores sobre as oportunidades e limites do Projovem Urbano

De acordo com pressupostos teóricos e hipotéticos iniciais, foi desenvolvido um projeto inicial de pesquisa que procurava avaliar possíveis dissociações de expectativas e objetivos entre o nível institucional de gestão do programa e o nível prático cotidiano dos jovens matriculados – hipótese¹¹⁴ que não se confirmou plenamente na pesquisa de campo, quando realizadas as entrevistas com os jovens e gestores municipais e nacionais.

Tendo um material teórico e empírico que oportunizara a construção de um cenário analítico acerca das expectativas geradas pelo ingresso no Projovem Urbano e a percepção dos jovens sobre a viabilidade desta política em seus contextos cotidianos, a hipótese e questões que envolvem o objeto de estudos desta pesquisa foram reformuladas no intuito de oferecer uma análise sobre os saberes desses jovens, procurando apontar elementos que elucidassem a reflexividade (Giddens, 1989) destes atores sobre os limites e possibilidades do Projovem ser uma via de realizar suas expectativas de integração e mobilidade social

¹¹⁴ Ver capítulo 1 quanto ao percurso das hipóteses realizado neste estudo.

ascendente. Tal análise procurou contribuir com a compreensão do fato inicial que motivou este estudo – as elevadas expectativas institucionais com o Projovem Urbano concomitantes com um elevado número de evadidos e pouco engajamento por parte de alguns jovens que participam.

As expectativas de mobilidade e integração social dos jovens do Projovem Urbano, bem como a resignificação, realizada a partir das vivências em seus contextos cotidianos, sobre as possibilidades e limites do Projovem ser uma via de realização destas expectativas pode ser analisada de maneira comparativa aos dados e proposições analíticas expressas por Saraví (2009) – o qual ressalta que os jovens dos setores populares não perceberiam atualmente as instituições da educação e do trabalho como uma possibilidade de mobilidade e integração social e agiriam de maneira cética nestes ambientes.

A análise desenvolvida numa perspectiva epistemológica compreensiva - realizada com o suporte de dados quantitativos e qualitativos levantados através de métodos de entrevistas, observação e aplicação de questionário - apontou, *entretanto*, para resultados em parte semelhantes e em parte distintos do estudo de Saraví (*idem*). Distintos quando demonstram que existem expectativas de mobilidade e inclusão cidadã por parte destes jovens via educação e profissionalização que os levariam a uma possível melhoria de vida em relação às suas situações socioeconômicas atuais. Estes jovens percebem que uma das poucas possibilidades, ou alternativas, que possuem de superar suas condições precárias e de ter algum reconhecimento social como “alguém que tem estudo” ou que “trabalha regularmente” se realiza através de oportunidades como a do Projovem, através do qual podem concluir uma etapa da educação formal – ensino fundamental - e projetar alguma perspectiva de se encaixarem em melhores condições de trabalho e renda.

Por outro lado, ocorreria certa semelhança com o estudo apontando anteriormente, e com a análise de Willis (1977) e Giddens (1989), quando os dados apontam para uma percepção destes jovens sobre os riscos de que o Projovem Urbano não altere dificuldades encontradas e conhecidas em seus contextos cotidianos. Situação que parece reforçar uma perspectiva cética com relação à consolidação prática de maiores expectativas e uma baixa motivação para que venham a aderir de maneira mais confiante no programa.

A partir desses resultados, pode-se concluir que a análise vai ao encontro da última hipótese formulada para conduzir a investigação (ver capítulo 1), complementando-a e

aprofundando-a. Nesse sentido, é possível indicar que os jovens demonstram perceber o Projovem como uma oportunidade para realização de algumas expectativas de mobilidade e integração social. Entretanto, estas expectativas são balizadas nas informações e significações mediadas em seus cotidianos sobre o *possível* nas condições sociais vivenciadas em contextos das periferias urbanas. Possível este que faz o programa ser representado (Spink, 2003) como uma alternativa entre outras conhecidas em seus cotidianos que não exigem a elevação da escolaridade. Percebido como uma possibilidade que não gera tanta certeza para superar as condições precárias em que vivenciam suas trajetórias juvenis ou para garantir uma mesma segurança estabelecida em suas rotinas de previsibilidade, nas quais conhecem - no sentido prático de seus saberes - os riscos e oportunidades encontrados em suas realidades.

Retomando o processo de construção do cenário analítico¹¹⁵ desta dissertação, verifica-se que apesar de os jovens pesquisados demonstrarem ter objetivos de mobilidade e inclusão social através da elevação da escolaridade e de uma inserção em melhores postos de trabalho, e de haver certa realização de expectativas com relação ao Projovem, suas percepções sobre o programa em ser uma alternativa para melhoria de suas condições de vida parece se dar de maneira mais tímida, prática, numa certa “previsibilidade” mediada pelos saberes sobre as dificuldades conhecidos em seus contextos.

Quando percebem situações de desemprego de seus pares ou de outros estratos com maior escolaridade, ou, ainda, quando demonstram pouco conhecer ou experimentar nas suas redes as vias de acesso democrático ao ensino técnico e superior, parecem não encontrar um “solo firme” ou “caminho confiável” para superar as suas inseguranças sobre resultados futuros provenientes da experiência no Projovem. Suas incertezas, quando balizadas em redes sociais cotidianas que possuem poucas trajetórias e oportunidades de trabalho firmadas através da elevação de escolaridade, não encontram uma ancoragem segura, significativa em termos de *experiências em comum*, que possibilitem projeções de alcançar efetivamente uma maior mobilidade e integração a partir da conclusão do programa.

Os dados quali-quantitativos sobre o que gostariam que mudasse em suas vidas que não pode ser alterado mesmo com a conclusão do curso¹¹⁶ evidenciam perspectivas que indicam uma percepção de que suas realidades pouco mudariam com o Projovem e de que

¹¹⁵ Em relação a análise desenvolvida nos capítulos 5 e 6.

¹¹⁶ Questão levantada nas entrevistas e no questionário aplicado. Seus dados foram analisados no item 6.3 do capítulo 6.

algumas expectativas maiores, como uma escolaridade além do ensino fundamental e inserção em melhores postos no mercado de trabalho, são pouco tangíveis. Neste sentido, percebem a reprodução cíclica das situações precárias em que vivem como algo mais evidente de ocorrer do que a mobilidade em suas condições sociais.

Diante do conhecimento prático sobre suas privações e precariedades econômicas, sobre dificuldades de reconhecimento e mobilidade em situações que estigmatizam e segregam os jovens moradores das periferias, ou, ainda, frente às necessidades imediatas com a subsistência individual ou familiar, suas ansiedades e incertezas com relação ao futuro parecem serem controladas na condução de práticas que se vinculam às suas rotina, que se vinculam ao compreendido como certo, como garantido.

A ocorrência de uma reflexividade calcada em saberes práticos sobre esses limites demonstram que os desafios passam a ser percebidos como riscos difíceis de serem superados num ambiente de interação social que não vivencia plenamente seus direitos, sem garantias coletivas que gerem alguma segurança para realização de seus projetos de vida. Neste sentido, é preciso considerar que a debilidade histórica da presença do Estado não efetivando direitos e garantias sociais nas periferias urbanas tem também incidência direta sobre suas inseguranças e ceticismo com relação à realização de suas expectativas; e, conseqüentemente, sobre a idealização de seus projetos de vida e sobre a reprodução cíclica das condições de pobreza e miserabilidade de suas famílias.

O que poderia parecer simples num primeiro momento para estes jovens e também para outros agentes numa análise leiga sobre suas condições (educação e capacitação = inclusão cidadã = mobilidade = reconhecimento = diminuição das desigualdades), se torna algo incerto, inseguro, com riscos aparentes difíceis de serem suportados cotidianamente. Quando buscam referenciais de resultado para prever possíveis resultados futuros, para acalmar a ansiedade, a dúvida e a insegurança do fracasso de se esforçarem e não conseguirem atingir as projeções construídas, restam poucas experiências, conhecidas em seu meio, de realização dessa “*seqüência lógica de oportunidades*”. Ao mesmo tempo, não faltam limites contextuais de uma condição precária e desigual de existência com a qual precisam lidar cotidianamente.

Um sentido inovador deste estudo, verificado a partir do desenvolvimento da análise e na elaboração dessas considerações conclusivas, se dá na compreensão de que os jovens

apresentam saberes, no nível de uma consciência discursiva (Giddens, 1989), de que o programa é uma via para almejem uma ascensão escolar e melhores postos de trabalho que possam, no futuro, vir ao encontro de suas expectativas relacionadas à melhoria de suas condições socioeconômicas. Da mesma forma, demonstram uma percepção, também expressa discursivamente, sobre os limites conjunturais em seus contextos periféricos que impedem ou dificultam a realização plena dessas expectativas. Mas, não demonstram expressar, em formas discursivas mais claras, que essas condições perceptivas sobre os limites de se esforçarem em um novo percurso escolar com riscos de não conseguirem mudanças mais significativas acirram sua adesão ao programa e os levam, na maioria, a não concluir esta proposta. Proposta esta que seria uma das poucas oportunidades que possuem para elevarem sua escolaridade e se qualificarem, mesmo que de modo inicial e parcial, tecnicamente. E que diante de tantas desigualdades e poucos direitos garantidos, esta oportunidade poderia fazer alguma diferença nas suas atuais condições de vida.

Como este estudo foi desenvolvido em torno de circunstâncias sociais e sociológicas típicas de uma política pública de inclusão social, torna-se relevante apresentar algumas considerações propositivas sobre tal política. Nesse sentido, com relação aos apontamentos práticos e sugestões desenvolvidas para melhorias no programa, observando as condições até então expostas e algumas características apresentadas pelo Projovem nos materiais de divulgação, relatórios e entrevistas com a gestão local e nacional, são percebidos alguns problemas e desafios a serem discutidos e analisados.

Entre estes problemas esta a idéia de planejar a “inclusão social” de jovens que – como o próprio Projeto Pedagógico Integrado do programa define - possuem singularidades como as de gênero, idade, graus de empobrecimento diversos, através de um programa que sintetize todas as suas diferentes experiências, contextos, condições sociais e projetos de vida em um ano e meio de formação fundamental, prévia qualificação profissional com baixa expectativas de inserção e desenvolvimento de ações civis voluntárias, sem um canal expressivo de diálogo com estas realidades diversas.

Resolver aparentes problemas de inclusão de um público jovem diverso, em um programa planejado em nível nacional, sem levar em conta questões não aparentes tais como as expectativas com relação ao futuro, os saberes práticos das possibilidades destas se realizarem em um contexto de poucas alternativas e a reflexividade desses jovens ditos “excluídos” sobre as ações de “inclusão” representadas com tendo poucas garantias de

continuidade¹¹⁷, indicam não apenas uma saída pouco plausível. Mais do que isso. Numa análise ainda preliminar, essa relação dual pode representar uma estratégia que coloca um projeto de democracia social – quando organizado através de políticas emergenciais de inclusão - na sua “contra-mão”. Seja pelo fato de que as múltiplas evasões podem vir a ser significadas pelos jovens como novos fracassos em suas trajetórias escolares ou profissionais, reforçando alguns estigmas já existentes, seja pelo possível reforço simbólico de um descrédito sobre as políticas sociais de inclusão, a partir do que pode ser representado pelo imaginário popular enquanto “fracasso” de um programa quando a maioria dos inscritos não o conclui.

Um desafio, a partir da premissa da reflexividade destes jovens, seria considerá-los sujeitos propulsores de melhorias nesta política, superando a herança das políticas que os consideravam “sujeitos a adequação” de objetivos institucionais elaborados por outros estratos sociais.

A noção de reflexividade sobre a vida cotidiana - a idéia de que estes jovens conhecem suas realidades, os limites e possibilidades de seus contextos, bem como as contribuições e falhas dos elementos propostos no Projovem para suas perspectivas de vida – coloca em cena, talvez, a necessidade de revisão dos projetos de participação cidadã e de monitoramento e avaliação do programa. Neste caso, ao invés da diretriz de promover e incentivar as suas participações cidadãs apenas em atividades voltadas ao desenvolvimento de “suas comunidades”, estes poderiam participar mais ativamente da avaliação, do monitoramento e da proposição de melhorias no programa, visto que sua gestão estratégica ocorre em nível nacional e precisa criar canais de diálogo com os participantes em seus diversos contextos locais.

Outra via estratégica que parece necessária é o fomento do conhecimento destes jovens sobre as novas oportunidades de educação que nunca antes foram oferecidas para as gerações que lhes antecederam. Programas e políticas de inclusão pela educação como o Projovem, vinculado ao ensino médio, técnico e acesso a universidades via políticas

¹¹⁷ Ver no apêndice 4 dados de suas percepções sobre programas públicos de inclusão conhecidos em seus contextos. O problema de falta de continuidade dos programas aparece como destaque (cerca de 30% dos questionados). O mesmo pode ser relacionado às incertezas dos jovens quanto às possibilidades de progressão imediata a outras etapas do ensino regular, bem como a falta de previsibilidade de inserção no mercado de trabalho.

inclusivas¹¹⁸ são, ainda, relativamente novos. Possuem, no momento, pouca ressonância em suas redes de convivência; ao mesmo tempo em que não aparecem em seus relatos, deixam de existir enquanto uma perspectiva que possa representar o acesso ao ensino superior e a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Também é relevante que as políticas sociais de inclusão de jovens, que se realizam através de propostas que integram educação, qualificação profissional e cidadania, prevejam possibilidades mais garantidas de continuidade destas propostas através da progressão aos níveis de ensino médio e superior, e da realização de estágios, da oferta de vagas no mercado de trabalho, ou de bolsas para continuidade dos estudos (...), buscando diminuir a insegurança e a ansiedade e oportunizar uma integração social mais “palpável” para os setores excluídos da população.

Sobretudo, numa consideração final sobre programas que se destinam a inclusão de populações marginalizadas historicamente nos processos econômicos, políticos e culturais das sociedades modernizadas ou em processo de modernização, destaca-se que é necessário criar estratégias onde as propostas de uma inclusão cidadã possam se realizar em condições de exercício de uma cidadania ativa dentro dos próprios programas a serem encarados como um direito.

Nesse viés propositivo de uma condição ativa, as questões e problemas percebidos pelos jovens integrantes, que ocorrem na implementação do Projovem, poderiam também ser revertidos com as suas participações na resolução dos mesmos. Essa via propositiva poderia se constituir como uma alternativa para construir um imaginário sobre o tema cidadania, onde os próprios programas de inclusão possam lhes garantir efetivamente uma condição de sujeitos de direitos com participação ativa nas políticas e programas sociais destinados as populações pobres. Condição que traz a possibilidade de que estes jovens se reconheçam como sujeitos desse processo, e deixem de compreender o governo como um “ente benevolente que ajuda os pobres” através de seus projetos.

Uma proposta pedagógica de educação cidadã que garanta espaços para a participação dos jovens na avaliação contínua do programa poderia reverter situações, apontadas em partes da análise desenvolvida neste estudo, que indicam que as políticas parecem ser representadas

¹¹⁸ Entre todo o grupo de jovens e de gestores entrevistados, apenas os gestores nacionais apontam a progressão escolar através dessas novas políticas de democratização do ensino (escolas técnicas federais, ProUni, cotas na universidade) como uma possibilidade do programa.

simbolicamente nos espaços de interação destes jovens como caridade ou privilégio e não como diretos. Representações sociais essas que limitam suas possibilidades de incidir, modificar, participar e regular políticas públicas a eles destinadas, de acordo com suas necessidades, expectativas e percepções sobre o ideal.

Como apontado no segundo capítulo, numa longa trajetória das políticas sociais destinadas a populações excluídas de direitos, “ser parte” de um projeto se constitui, em termos de significado, como “ser parte de um problema social”. Nessa condição simbólica, os sujeitos que vivenciam as mazelas da exclusão tendem ser encarados também como um projeto: projeto de outros, onde “os excluídos” tornam-se sujeitos sem voz, sem opções, sem contribuições para ajustes na formulação das políticas a eles endereçadas. Se as suas vozes tornam-se apenas um utensílio para uma atividade “cidadã” destinada a incidir nas condições sociais de “suas comunidades”, sem possibilidade de ser uma voz no programa que os provocam, essa cidadania participativa propagada na proposta, passa a não ter muita ressonância em termos de significado contextualizado. Isso porque, novamente, os jovens não são os sujeitos ativos de seus direitos, nem mesmo nos espaços em que se situa esse discurso.

Por fim, concluindo as considerações para além das sugestões propositivas que procuram contribuir com melhorias nesta política, em relação à complementaridade deste estudo, é importante ressaltar a importância de que se desenvolvam também estudos sobre os jovens concluintes. Uma investigação sobre suas condições sociais, rotinas, redes de interação cotidiana, trajetórias escolares e profissionais, expectativas e percepções sobre o programa podem oferecer elementos fundamentais para a análise aqui desenvolvida. Ao mesmo tempo, também é relevante a elaboração de estudos sobre os resultados, os impactos nas condições socioeconômicas dos jovens que concluíram o Projovem em suas edições anteriores, verificando com que qualidade ocorreram as mudanças, se ocorreram, após a conclusão do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.** Última Década, n. 16, CIDPA Viña del Mar, mar. 2002, p. 119-155.
- ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude.** In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.** São Paulo: Scrita, 1994.
- ANCELOVICI, Marcos. **Organizing against globalization: the case of ATTC in France.** Politics e Society, vol.30, n3, September/2002.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** Parte 2. São Paulo: Schwarcz, 2007.
- _____. **Crises da República.** São paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- _____. **A vida do Espírito.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- BANGO, Julio. **Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios.** In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”. Política, Favor e Dependência Pessoal.** Rio de Janeiro:Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular.**São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. **Cidadania e Direitos Humanos.** São Paulo: IEA, USP, s.a..disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em setembro de 2009.
- BLANCO, Diego Monte. **As infâncias “construídas” em São Leopoldo.** In.: CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. Pesquisa: Crianças e adolescentes em situação de rua. Série Cadernos, São Leopoldo:CEDECA, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORTOLACI, Miriam. **Relatório de execução física e qualitativa do Projovem Urbano de Novo Hamburgo.** Nova Hamburgo: FEEVALE, 2009.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, P. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. A. (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório parcial de avaliação do Projovem 2007.** Brasília, 2008.
- BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório de atividades - 2006.** Brasília, 2007.

- BRESCIANI, Stella (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ufrgs, 2001.
- CARVALHO, José Antônio Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, Lucia, YAZBEC. Maria C. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2004.
- CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em agosto de 2008.
- CASTRO, Jorge A., et al. **Gasto social e política macroeconômica: trajetória e tensões no período 1995-2005**. Brasília: IPEA, 2007. [on line]
- CEDOPE (Cadernos). **Vale dos Sinos: Resgate histórico e visão popular do desenvolvimento**. Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 18. São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas - UNISINOS, 2001.
- CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. **Pesquisa: Crianças e adolescentes em situação de rua**. Série Cadernos, São Leopoldo: CEDECA, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização**. In: TEIXEIRA, A.C.C.(Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto PÓLIS, 2005.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.
- COURA, Claudinéia Pereira. **Trajetórias e Representações Sociais dos Jovens Urbanos**. Disponível em [\(http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=932%3Ajuventude-e-segregacao-urbana\)](http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=932%3Ajuventude-e-segregacao-urbana).(2009).
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DICK, Hilário (coord.). **Discurso à beira dos Sinos – A emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo**. Cadernos IHU, ano 4, n. 18, 2006.
- DRAIBE, Sônia Miriam. **A Reforma dos Programas Sociais Brasileiros: panoramas e trajetórias**. XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT12: Política e Economia. Petrópolis, 2000.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena Comunidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.
- FARR, Roberto M.. **Representações sociais: a teoria e a história**. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FEDOZZI, Luciano J. **Esfera Pública e Cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.19, n.2, 1998, p 236-271.

FERRARO, Alceu R. **Exclusão, Trabalho e Poder em Marx**. Sociologias, Porto Alegre, ano 1, N.1, jan/jun 1999. , p.300-325.

GEERTZ, Clifford James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. **O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. **Identidade e Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude: documento de conclusão**. Rio de Janeiro, 2004.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, esferas e políticas públicas**. In: Democracia Viva, N. 30, 2006, p.80.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base Estatcart de Informações Municipais**. Ano 2003. (CD-ROM).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Informações dos Censos de 1991 e 2000. Ano 2003.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In. JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros.: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

KEIL, Ivete M. **Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na polis?** In: BAQUERO, M. (org.). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KEIL, Ivete M.. **Infâncias plurais**. In: CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. **1º Ciclo de Estudos sobre Infância e Juventude no Vale dos Sinos**. São Leopoldo: Serie Cadernos, 2006.

- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano**. Cebrap. n. 63, p. 9-30, junho de 2002.
- LEGROS, Patrick; Et al. **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- LEVINAS, Emanuel. **Entre Nós: Ensaio sobre alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Humanismo do Outro Homem**. Petrópolis: Vozes, 1993
- LOMINITZ, Larissa. **Cómo sobreviven los marginados**. 15ª edición, México: 1975.
- MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI, M.; Mannheim, K. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: PAULUS, 1997.
- MARTINS, Jose de Souza **Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”**. In :. Martins, J.S. A sociedade vista do abismo-novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo:Vozes, 2001, pp.25-47.
- MAY, TIM. **Pesquisa Social – questões métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEDEIROS, Marcelo. **Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 30 aos anos 1990**. Texto para discussão n. 852. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/td.html.
- MERTON, R. **Social structure, anomie and desviance**. IN.: Elements de théorie et de méthode sociologique. Paris: 1965
- NOVAES, Regina. **Desemprego: como sair dessa?** Entrevista organizada pelo portal Mundo Jovem, publicada na edição 346, maio de 2004. Disponível em <http://www.mundojovem.com.br/entrevista-05-2004.php>.
- NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999.
- OLIVEIRA, Fabiano Vianna. **Indivíduos em rizoma – a sociabilidade em rede de um grupo formado a partir da internet (a galera ZAZ)**. Dissertação de mestrado apresentada Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (2001).
- OLIVEIRA, Antônio Santos. **A violência e a criminalidade como entraves ao processo de democratização da sociedade brasileira**. Caderno CRH, Salvador, n.38, jan/jun.2003
- PAUGAM, Serget. **Abordagem sociológica da exclusão**. In: VERÁS, Maura Padini Bicudo (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serget Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

PEREIRA, Lucélia. **Juventude, participação e direitos: um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no Projovem**. Rio de Janeiro: PUC - Rio. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

POIRIER, J.; C. – VALLADON, S.; RAYBAUT, P.. **Histórias de vida – teoria e prática**. Celta Editora, 1999.

POSCHMANN, Márcio. **A elite joga fora uma oportunidade**. Rio de Janeiro, jornal *O Globo*, Caderno Opinião, 27/2/2004, p. 7. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/em/tetxt2.htm>.

POCHMANN, M. (Org.) ; CAMPOS, A. (Org.) ; BARBOSA, A. (Org.). **Atlas da Exclusão Social: Os Ricos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REIS, Elisa P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. São Paulo: RBCS, v. 15, n. 42, 2000, p. 144-152.

RIZZINI, Irene (Org.) **A Arte de Governar Crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Nino: Ed. Santa Úrsula/ AMAIS, 1995.

_____. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. **The advocacy coalition framework: innovation and clarifications**. In: SABATIER, Paul A. *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARAVÍ, Gonzalo A. **Juventud e sentidos de pertenencia em América Latina – causas e riesgos de la fragmentación social**. Revista CEPAL, n. 98, 2009.

SOUKI, Guimarães Lea. **A atualidade de T.H.Marshall no estudo da cidadania no Brasil**. Civitas, v. 6, n. 1, jan./jun., 2006.

SOUZA, Celina. **“Estado da Arte” da área de políticas públicas: conceitos e principais tipologias**. G14. XXVII Encontro da ANPOCS. 2003.

SOUZA, Jessé. **Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPINK, Mary Jane. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do equador**. In: VERÁS, Maura Padini Bicudo (Ed.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serget Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P.C.R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Set/Dez, 2003. Disponível em [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/\(...\)](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/(...))

TELLES, Vera S. . **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. In: VILLAS BOAS, Renata. (Org.). Participação popular nos governos locais. São Paulo: Polis, 1994.

URIARTE, Urpi. **Multiculturalismo e identidade. Dilemas e perspectivas no caso peruano**. Perspectivas, São Paulo, n. 20/21, 1997/1998, p. 223-246.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília: EdUNB, 1991.

WILLIS, P. **Learning to labor: how working class kids get working class Jobs**. New York: Columbia University Press, 1977.

ZALUAR, Alba. **Exclusões e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas práticas**. RBCS. São Paulo, v.12, n.35, 1997, p.29-47.

ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. **Pobreza não gera violência**. Ciência Hoje. [s.l.], v.20, n.115, nov. 1995, p. 62-68.

Sites consultados:

IBASE: <http://www.ibase.org.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

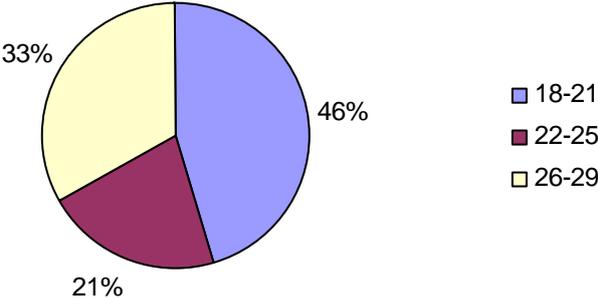
IPEA: <http://www.ipea.gov.br>

PROJOVEM: <http://www.projovemurbano.gov.br>

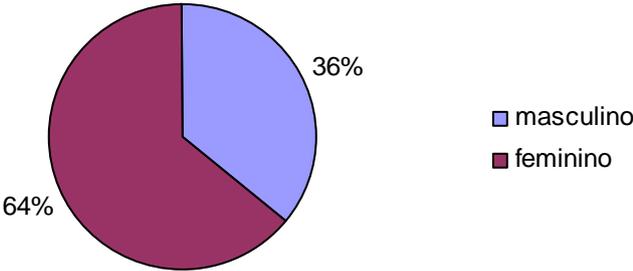
Secretaria Geral da Presidência da República: <http://www.presidencia.gov.br>

APÊNDICE I – Dados iniciais de identificação da amostra quantitativa

idade



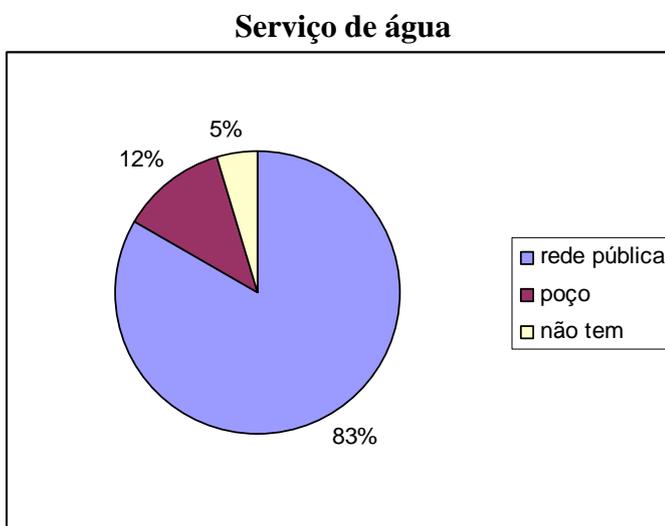
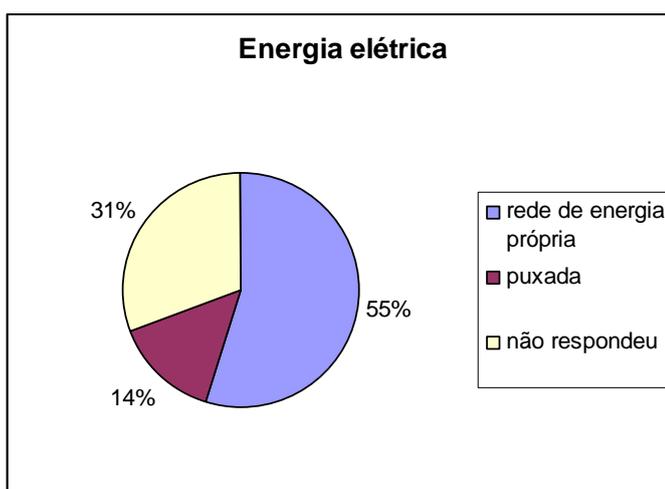
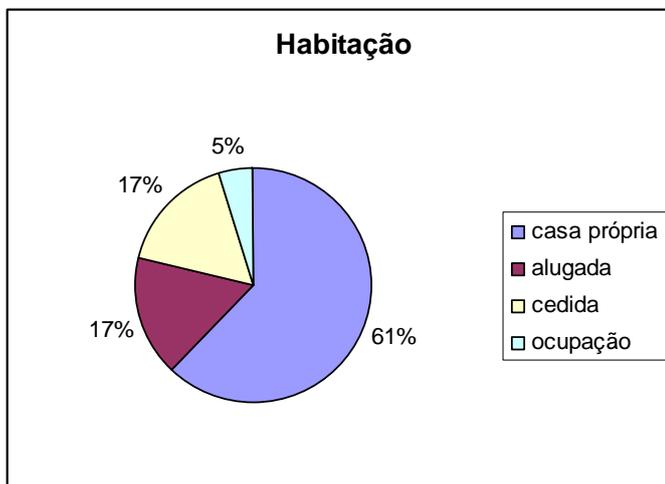
sexo



APÊNDICE II – Características dos jovens entrevistados

Quadro 2 - Caracterização geral dos jovens entrevistados

Jovens	Idades	Estado civil	Filhos	Mora com:	% médio de contribuição com renda familiar
Josué	18	solteiro	Não	Sozinho	(mãe contribui com R\$ 200,00 para aluguel e alimentação)
Cristiano	18	solteiro	Não	Mãe na casa do irmão	Menos de 50%; (mantida pela mãe e irmão, principalmente)
Luciane	29	viúva	04	Filhos	100% (atividades de trabalho/babá e segurança/ mais bolsa família e Projovem Urbano)
Jonatas	19	União estável	01	Pais, irmãos e companheira	Nenhuma (renda mantida pelo trabalho de pedreiro do pai)
Gabriel	20	solteiro	Não	Pais da namorada	20% (mantida principalmente pelo pai da namorada que é vigilante)
Graziela	22	solteira	02	Mãe, 3 irmãs e seus dois filhos	Mais de 75% (composta por bolsa família, bolsa ProJovem Urbano e renda do trabalho de preparação de fivelas)
Lizandra	30 anos	casada	03	Marido e dois filhos	Cerca de 30% (composta pelo seu seguro desemprego e pela renda mensal do marido/pedreiro)
Éder	26	solteiro	Não	Pai e mãe	Nenhuma (renda composta por aposentadoria do pai)

APÊNDICE III – Dados da situação habitacional dos jovens pesquisados**Dados citados na análise**

APÊNDICE IV – Dados de avaliação dos jovens sobre programas públicos

Tabela 18 - Experiência com outros programas ou projetos realizados por governos, ONG's, associações ou centros comunitários:

Em quais programas ou serviços já participou?

Programas	n	% (n/15)**
Bolsa-família	8	53,3
Agente Jovem	3	20
CAPS (Centro e Atendimento Psico-social)	3	20
Serviços voluntários (de alfabetização ou alimentação)	3	20
Projetos de ONG's ou associações comunitárias	3	20
Cooperativas	1	6,7
PETI (Programa de Erradicação do trabalho infantil).	1	6,7
Mutirão de limpeza Urbana	1	6,7

* Questão estruturada de múltipla escolha, com última alternativa aberta.

** apenas 35,7% dos jovens relataram já terem participado diretamente de algum outro programa social desenvolvido por governos ou sociedade civil (ONG's, Universidades, associações...);

Tabela 19 - Percepção sobre os maiores problemas dos programas que conhecem:

Afirmações	n	% (n/42)
Não oferecem possibilidade de evolução, de continuidade futura	12	28,6
Não cumprem com as promessas	8	19,1
Não possibilitam inserção em trabalho ou emprego	7	16,7
Fazem muitas cobranças, muita papelada	6	14,3
Não dão em nada	2	4,7
Não fecham com nossas necessidades	2	4,7
Não respondeu	8	19,1

* Questão estruturada de múltipla escolha, com última alternativa aberta.

APÊNDICE V – Roteiro de entrevistas

Roteiro que guiou as questões das entrevistas realizadas com os jovens matriculandos, participantes e evadidos:

1 – Identificação

Nome:
Apelido:
Idade:
Naturalidade:
Bairro:
Situação conjugal:
Filhos:
Renda individual:
Renda familiar / composição da renda familiar:

2 – Realidade do bairro onde moram:

Condições de moradia
Convivência
Discriminação
Violência, conflitos (...)
Acesso e disponibilidade de serviços públicos;
Acesso a direitos
Programas governamentais e não governamentais; experiências associativas, comunitárias;

3 – Quadro de composição das redes de convivência cotidiana:

3.1 Família (pessoas que moram na mesma residência)
Nomes, parentesco, idade, escolaridade, estuda (sim ou não), principal atividade (para os entes que trabalham).

3.2 Pares, vizinhos e outros familiares
Nomes, tipo de relação estabelecida, idade, escolaridade, estuda (sim ou não), principal atividade (para os entes que trabalham).

4 – Rotina

Atividades cotidianas;
O que mudou com o ingresso no programa (para participantes e evadidos);
Rotina de vizinhos, pares, familiares;

5 – Educação

Frequêntou escola antes do projovem, quando?
Escolaridade
Idade em que parou de estudar
Motivo pelo qual parou de estudar

Trajétórias na infância e adolescência e relação com a escola
 Relevância da educação para familiares e amigos

Para participantes e evadidos:

Opinião: O Projovem é melhor ou pior do que a escola que conhecia? Em que? Por quê?

Para evadidos:

Pretende voltar a estudar futuramente?

Pretende voltar a cursar o Projovem?

6 - Trajetória no mundo do trabalho

Situação de trabalho atual;

Já trabalhou antes?

Experiências;

Condição das experiências;

Relevância comparativa entre trabalho e escola;

7- Educação, trabalho, mobilidade e reconhecimento a partir das redes sociais de convívio cotidiano;

Situação socioeconômica da família;

Mudanças nos últimos anos;

Percepção das mudanças nas redes de convivência;

Pessoas que melhoraram situação de trabalho e renda

Como melhoraram?

Pessoas que ascenderam com pouca escolaridade; e com mais escolaridade

Pessoas que, mesmo com mais escolaridade, não conseguiram obter uma condição digna de vida;

Experiências de trabalho mais relevantes em suas redes sociais;

Desejos, expectativas que seriam semelhantes as experiências encontradas?

Educação e profissionalização: relação com reconhecimento e com oportunidades;

Sonhos/projetos para o futuro;

O que é mais importante hoje / prioritário atualmente?

8 – Experiências e percepções sobre os programas sociais de inclusão:

Experiência em projetos governamentais;

Experiências com projetos não-governamentais;

Opinião sobre os aspectos positivos dessas experiências;

Opinião sobre os maiores problemas dos programas;

Resultados na vida das pessoas de sua comunidade;

9 – Projovem Urbano:

Principal motivação para cursar o programa;
Objetivos com o curso / principal objetivo
Expectativas que possuem com a conclusão do mesmo;
Pretende continuar estudando após a conclusão do curso? Como?
No que o programa pode impactar a sua vida;
O que gostaria que mudasse e que, mesmo com a conclusão do curso, não pode ser alterado;

Participantes e evadidos:

Expectativas projetadas na matrícula realizadas e não realizadas;
Se fosse planejar o programa, no que ele seria diferente;
No que ele impactou sua vida, como impactou?
Quais resultados o programa tem apresentado para as pessoas que terminaram o curso;
Opiniões sobre os motivos das evasões;

Participantes:

O que vai acontecer quando terminar o programa; como vai ficar seu cotidiano; facilidades e dificuldades;

Evadidos:

O que mais gostou e o que menos gostou no programa;
Maiores dificuldades;
O que deveria ser alterado;
Motivos da desistência;
Possui objetivos atualmente? Quais?

10 – Cidadania

O que mais faz falta em termos de serviços públicos em sua comunidade?
Quem deve garantir os serviços;
Opinião sobre o papel do governo e do cidadão na sociedade:
Você se considera um cidadão? Por que?
Há quem não seja cidadão?
Quem é cidadão no Brasil? Por que?
Qual a importância de programas como o Projovem? Opinião sobre o que eles podem mudar na realidade brasileira;

III. Quadro de ocupação e escolaridade de amigos, vizinhos, namorado(a), familiares (pessoas com quem convive diariamente que não moram na sua casa):

Primeiro nome	Indique a relação que tem com a pessoa (namorado/a; amigo; vizinho, parente)	Idade	Escolaridade (indicar até que série estudou)	Ele (a) estuda? Sim ou não?	Destaque a principal ocupação ou trabalho da pessoa nos últimos dois anos

Obs.:indicar apenas as pessoas próximas, que são significantes/importantes na sua vida;

IV. SITUAÇÃO HABITACIONAL:

A) A casa onde mora é: () própria; () alugada; () cedida; () ocupação

B) Possui: () chuveiro elétrico; () geladeira; () televisão; () rádio; () telefone; () internet;

C)Energia elétrica: () sim () não. Caso afirmativo, é puxada? () sim () não

D) Água: () rede pública () poço () puxada () não tem

E) Tem rede de esgoto na sua rua? () sim () não () arroio

F) Na comunidade onde mora, tem: (assinale as alternativas que correspondem à realidade de onde você mora)

() transporte público próximo; () praça para lazer () escola próxima

() atividade cultural/ caso afirmativo, qual atividade? _____() posto de saúde

() serviços de assistência. Quais? _____

V. ROTINA

Assinale os itens que dizem respeito à sua rotina diária (o que você faz de atividades no seu dia-a-dia de maneira mais constante):

() acorda tarde () acorda antes das 8h () trabalha em um turno em casa

() trabalha em um turno fora de casa () trabalha o dia inteiro fora de casa

() trabalha o dia inteiro em casa () passa pelo menos 3h conversando com amigos/vizinhos

() assiste mais de 2h de TV durante manhã ou tarde () não faz nada além do ProJovem

() faz bicos ou procura fazer para ter uma renda extra

() participa regularmente de atividades culturais e/ou desportivas

() participa de atividades da comunidade (associações/ grupo de jovens / igrejas / trabalho voluntário); () outra(s) _____

VI. ESCOLARIZAÇÃO:

Freqüentou escola antes do ProJovem? () sim; () não Até qual série? _____

Que idade tinha quando parou de estudar? _____ anos;

Porque parou de estudar? _____

No seu entendimento, o ProJovem é () melhor , é () pior, ou () igual a escola que eu já conhecia; **porque:** _____

Você pretende continuar estudando regularmente depois que concluir o Projovem Urbano?

() não, meu objetivo agora é terminar o ensino fundamental, com capacitação profissional

() talvez sim, mas no momento, estou em dúvida em cursar o ensino médio

()pretendo e vou fazer o ensino médio () pretendo e vou cursar a faculdade

VII. MINHA HISTÓRIA NO MUNDO DO TRABALHO:

a) Você está trabalhando? () sim () não. Para quem respondeu sim, qual sua atividade ou ocupação principal atualmente: _____

Você já trabalhou antes? () sim () não. Para quem já trabalhou anteriormente, o que fazia, que atividades ou ocupação desenvolvia?

b) A sua situação de trabalho e renda melhorou ou piorou nos últimos anos?

() melhorou () piorou () está na mesma

Descreva no que melhorou e/ou no que piorou: _____

c) A situação de trabalho e renda de sua família (pessoas com quem mora atualmente):

() melhorou para maioria () piorou para maioria () a maioria está na mesma

Descreva no que melhorou e/ou no que piorou: _____

Quem melhorou (indicar os nomes)? _____

Quem piorou (indicar os nomes)? _____

d) A situação de trabalho e renda da maioria de seus amigos, nos últimos anos:

() melhorou () piorou () na mesma

Descreva no que melhorou e/ou no que piorou: _____

e) Dos amigos e familiares que melhoraram sua situação de trabalho e renda:

() a maioria tem o ensino fundamental; () a maioria tem mais que o ensino fundamental;

() poucos ou nenhum tem o ensino fundamental; () a maioria já tem ensino médio ou mais que o ensino médio;

f) Dos amigos e familiares que pioraram sua situação de trabalho e renda:

() a maioria tem o ensino fundamental; () a maioria tem mais que o ensino fundamental;

() poucos ou nenhum tem o ensino fundamental; () a maioria já tem ensino médio ou mais que o ensino médio

VIII. PROJOVEM:

Qual é o seu principal objetivo ao cursar o PROJOVEM URBANO?

Assinale os dois itens mais importantes para você no programa:

() terminar o ensino fundamental; () capacitação profissional ; () participação cidadã

() bolsa auxílio () fazer novos amigos () quebrar a rotina; () outro _____

Na sua opinião (**somente na sua opinião**), no que o PROJOVEM pode impactar/melhorar a sua vida? Que mudanças positivas podem ocorrer quando concluir o programa?

Na sua opinião (**somente na sua opinião**), o que você gostaria que mudasse na sua vida futuramente, que mesmo com a conclusão do ProJovem, **não será alterado**?

Frente às suas expectativas iniciais no momento de matrícula, que expectativas **NÃO** estão sendo realizadas? _____

E quais expectativas estão sendo realizadas? _____

X. GERAL:

O PROJOVEM é destinado a pessoas de 18 a 29 anos. Esta faixa de idade é a faixa na qual se considera a população como “população jovem do Brasil”.

O que é ser jovem em sua opinião? _____

Você se identifica ou é identificado, no seu dia-a-dia, como jovem diante de parentes, amigos e vizinhos? () Sim; () Não; () apenas no ProJovem;

Para aqueles que responderam NÃO, como você é identificado ou se identifica diante das relações sociais mais próximas (amigos / parentes / vizinhos)? _____

O que você entende por cidadania? _____

Em SUA OPINIÃO, quem é cidadão no Brasil? Por quê? _____

Participa ou já participou de outros programas públicos ou projetos sociais realizados por governos, ou ONG's, ou Associações, ou Centros comunitários anteriormente? () sim () não

Quais? () Bolsa-família; () PETI; () Agente Jovem; () Núcleo de ASEMA

() CAPS Álcool/Drogas ou CAPS Infantil ou CAPS Mental

() Mutirão de limpeza urbana;

() Cooperativas organizadas por projeto de governo ou ONG's

() outros / especificar: _____

Na sua opinião, qual(is) os maiores problemas desses projetos ou programas. Que limites eles possuem para cumprir com as suas expectativas?

() não dão em nada (não fecha, com nossas necessidades e/ou expectativas () não cumprem com as promessas () não oferecem possibilidades de futuro/evolução/continuidade

() não possibilitam inserção em trabalho/emprego () fazem muitas cobranças/muita papelada

() outros _____

Quais os fatos positivos que esses projetos/ programas apresentam, na sua opinião?

() bolsa/R\$; () oportunidades de obter informação; () abrem relações sociais/novas experiências;

() acesso a educação formal ou cidadã; () outros: _____